

ELEN PATRICIA DE JESUS SILVA DAVI

TRABALHADORES NA “FRONTEIRA”:
experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad Del Este
(1990/2006)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras.
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História
2008

ELEN PATRICIA DE JESUS SILVA DAVI

TRABALHADORES NA “FRONTEIRA”:
experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad Del Este
(1990/2006)

*Dissertação apresentada ao curso de
mestrado de História e a Banca
examinadora na Universidade Estadual
do Oeste do Paraná (UNIOESTE,
Centro de Ciências Humanas,
Educação e Letras) como exigência
para a obtenção do título de Mestre em
História, sob a orientação do **Professor
Doutor Rinaldo José Varussa***

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras.
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História.
2008

Banca Examinadora

Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida

Professor Dr Antonio de Pádua Bosi

Professor Dr Rinaldo José Varussa

(orientador)

Dedicatória

*A **Deus**, por tudo que representa e
por tudo que me proporciona.*

*Aos meus pais, Dalva e Davi, pelo
amor incondicional, apoio e dedicação
constante durante toda a minha vida,
sobretudo por terem me ensinado que
a fé é o fundamento de nossa
existência e que família é a base
segura para a vida moral e espiritual.*

AGRADECIMENTOS

Ao professor Rinaldo Varussa, pelas sugestões constantes, por iluminar meus caminhos ou até mesmo desvendá-los quando não me pareciam claro. Também, pela confiança e dedicação que depositou em mim desde os primeiros passos na graduação.

Ao Professor Dr. Antonio de Pádua Bosi pela contribuição valiosa nas discussões em sala, na banca de qualificação, pelos apontamentos sempre necessários e preciosos.

A professora Dr. Heloísa de Faria Cruz pela participação na banca de qualificação e pelas reflexões sempre bem recebidas.

Ao professor Dr. Paulo Roberto de Almeida pelo aceite do convite para a banca.

A todos os meus colegas e professores do programa de mestrado da UNIOESTE e que de forma direta ou indireta contribuíram para construção dessa trajetória de pesquisa.

As minhas queridas e inesquecíveis amigas, Judite, Maralice, Luciana, Enegelly e Marlene, obrigada por tudo; pelas horas de estudos, pelos momentos desabafo, pelo companheirismo, pelas risadas...

Margareti, Kéia, Adriana, Alice, Carmem e Rosemar, pela energia positiva e pelo apoio incondicional. A Alana confidente de longa data, obrigada por ter ajudado compreender melhor o significado do que vem a ser amizade, ética e profissionalismo.

Aos sacoleiros e laranjas, pela luta diária. E por permitirem conhecer parte de sua história de vida e trabalho.

A Patrícia Turmena, Luciana Vedovato, pelo crescimento pessoal durante nossa convivência, me fazendo descobrir minha melhor parte.

Aos meus pais Dalva e Davi e a minha irmã Juliana, pelo carinho e a torcida constante.

Ao Marcelo Uliana, pela companhia sempre presente de uma maneira ou de outra, desdobrando –se em refúgio e estímulo.

RESUMO

Essa dissertação visa discutir parte das experiências e os modos de viver dos chamados sacoleiros e laranjas, bem como suas relações de trabalho e com a cidade de Foz do Iguaçu, constituída a partir do comércio estabelecido na fronteira Brasil - Paraguai.

Por meio desse enfoque, propus-me entender discutir as relações desses sujeitos com os órgãos públicos e privados (tais como A Receita Federal, Prefeitura, imprensa jornalística), partindo das dinâmicas constituída por eles, suas estratégias de trabalho forjadas, bem como os significados estabelecidos com relação atividade e a cidade.

Propus-me compreender, também, como esses sujeitos se constituem enquanto classe, a partir das suas trajetórias, migrações, experiências individuais e coletivas, bem como suas formas próprias de viver, inserir, agir e interpretar o espaço urbano. Enfim, desvendar as dinâmicas dos sacoleiros e laranjas revela-se também uma forma de situar as memórias desses trabalhadores como fazendo parte do processo de afirmação e construção dos espaços sociais, reafirmando sua condição de agentes produtores na cidade de Foz do Iguaçu.

Palavras-chaves: trabalhadores, trajetórias, espaço urbano.

ABSTRACT

This dissertation aims to argue part of the experiences and the way of living of the people who contraband goods from Paraguay to Brazil, called sacoleiros and laranjas, as well as their work relation and their relation with Foz do Iguaçu, a town which was built from the established trade in the border of Brazil and Paraguay.

Having this focus, I intended to understand and discuss these workers' relations with the public and private organs (such as the IRS, the City hall, the Press), starting from their dynamics, their forged work strategies, as well as the established meanings in relation to this activity and the city.

I also intended to understand how these people interact as a working class, from their paths, migrations, individual and collective experiences, as well as their own ways of living, inserting themselves, acting and interpreting the urban space. Finally, unmasking the dynamics of these workers also turned out to be a way of placing those workers' memoirs as a part of the construction of the social spaces, reaffirming their condition as production agents in the city of Foz do Iguaçu.

Word-key: workers, paths, urban space.

SUMÁRIO

1 - APRESENTAÇÃO.....	08
2 - CAPÍTULO I	
Trajetória e Trabalhadores.....	23
3 - CAPÍTULO II	
Mundo do trabalho e sua paisagem social na fronteira: práticas e experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu - Ciudad Del Este.....	55
4 - CAPÍTULO III	
As percepções e marcas lançadas pelos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu. PR.....	88
Trabalhadores e Viveres Urbanos.....	114
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
6 - ACERVOS E FONTES.....	132
7 - BIBLIOGRAFIA.....	137

APRESENTAÇÃO

É muito comum os chamados “Camelódromos”, as “Feiras de importados”, as lojas “Um e noventa e nove” distribuídos em várias cidades, serem as referências que a maioria da população brasileira tem sobre o comércio de mercadorias importadas do Paraguai, ou do chamado “contrabando”. Da mesma forma, tanto as análises sociológicas, econômicas e da imprensa quanto às da população em geral tendem a camuflar uma diversidade de experiências e situações dos trabalhadores que atuam nesse universo.

Essa dissertação é um exercício nesse sentido: investigar parte da história dos sacoleiros e laranjas, procurando compreender a dinâmica de luta por trabalhar e viver em Foz do Iguaçu, partindo das transformações sociais vividas a partir da década de 90. Tomo ainda como referência aquelas pessoas que possuem a jornada dividida em duas formas de trabalho na luta pela sobrevivência: a de sacoleiro e a de vendedor ambulante.

Por meio desse caminho, procurei entender como se estabelece às relações sociais entre os órgãos públicos e privados (Receita Federal, Imprensa, entre outros), os demais trabalhadores e a população em geral, partindo das dinâmicas constituídas por eles, suas estratégias de trabalho forjadas, bem como os significados estabelecidos com relação ao trabalho.

Contudo, a construção de um caminho mais adequado não foi uma tarefa muito fácil, principalmente porque esse caminho, por vezes, está repleto de percalços com os quais tive que lidar nesta trajetória de pesquisa. Desde meus primeiros passos na pesquisa de iniciação científica ainda na graduação, ouvia dos professores que a História, enquanto processo, não é construída de forma homogênea e cristalizada.

Essa noção pode ser sintetizada, no sentido de que o historiador/pesquisador, pensando em seus pressupostos teóricos e metodológicos, não deve ignorar as rupturas, as contradições, e principalmente a realidade que em muitos casos não estão previstos no seu repertório de teorias ou de perguntas e respostas. Por essa razão, E. P. Thompson chama

atenção para a necessidade de um diálogo entre conceito e evidência como fundamento da própria pesquisa histórica, enfatizando que:

“A explicação histórica não revela como a história deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma ‘lei’, nem são os ‘efeitos’ de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo.”

1

Portanto, investigar as experiências dos sacoleiros e laranjas em suas formas de pensar, agir ou sentir, é também reconhecer sua historicidade, as formas ou maneiras que estes sujeitos organizam sua vida material e social, enfim como narram e interpretam suas relações no trabalho e na cidade.

Nesse sentido, também foram fundamentais os diálogos, não só com a orientação direta, bem como com as disciplinas e seminários na linha de pesquisa “Trabalho e Movimentos Sociais” que participaram fundamentalmente da construção desse trabalho, da experiência da pesquisa em si, desde debates em sala de aula, das discussões em grupo, das sugestões e críticas sempre necessárias e úteis.

É preciso sublinhar que o recorte temporal da pesquisa prioriza os modos de viver dos sacoleiros e laranjas entre os anos de 1990 a 2006. Trata-se de focar as experiências desses sujeitos naturais, residentes ou que migram para o município de Foz do Iguaçu e que se assumem ou surgem nesse período enquanto trabalhadores da fronteira. Isso não significa desconsiderar a importância das vivências desses trabalhadores que antecedem a data acima descrita, visto que suas narrativas podem e devem ser consideradas desdobramento de processos anteriores, chamando a atenção para o significado que as diversas temporalidades assumem na construção desses sujeitos. Negar essas diversas temporalidades, expressas nas suas falas e trajetórias, significa também ignorar a compreensão dos processos históricos que permeiam e são a base para a formação social desses trabalhadores.

¹ THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p 61.

Diante do complexo universo que permeia a paisagem da fronteira constituída entre Ciudad Del Este e Foz do Iguaçu, chama ainda atenção para a pluralidade de categorias que se constitui num objeto de pesquisa. Dentre essas categorias, para além dos sacoleiros e laranjas, encontram-se o crescente número de taxistas, catadores de papel e latinhas, entre outros trabalhadores brasileiros e paraguaios que atuam tanto nas lojas e barracas de Ciudad Del Este, quanto no transporte de mercadorias, cuja característica mais visível é a inserção no mercado dito “informal”² e a sua colocação à margem da legislação trabalhista.

Entretanto, não procurei me prender a tais dicotomias como formal/informal ou ainda legal-ilegal (dado os estigmas que a atividade carrega), mas compreender, como tais conceitos formulados e difundidos pelos especialistas, juristas, economistas e pelos meios de comunicação social são também construídos de outras formas e olhares pelos sujeitos que vivenciam esse processo, considerando como legítimas ou não, de acordo com suas noções de direito, justiça e conveniência pessoal. Entendo que o binário formal/informal é dimensão das relações sociais, o que seria impossível compreendê-las separadamente. Essas dimensões são construídas pelos sujeitos em questão, social e historicamente construídos. Estas percepções advêm das experiências que estes sujeitos acumulam ao longo de suas trajetórias, vivenciadas e interpretadas pela matéria prima básica, ou seja, os sacoleiros e laranjas, que compõe uma infinidade de memórias, contradições, conflitos, adequações e resistências.

Assim, sendo, procurei estabelecer um pequeno e necessário diálogo com alguns trabalhos que constituem a historiografia e a bibliografia sobre o “Mundo do Trabalho”. Nessa tarefa, busquei entender também como os desafios colocados no mundo dos

² Os debates e as pesquisas referentes às atividades consideradas informais vêm sido realizados por vários campos das ciências sociais, visando construir uma caracterização mais precisa e um arcabouço teórico possibilite a ampliação dos conhecimentos e o melhor entendimento das atividades consideradas informais. De acordo com os estudos de Luiz Antônio Machado, a noção de informalidade emergiu na década de 1960 para explicar os problemas ligados à incorporação produtiva de um crescente contingente de trabalhadores que se deslocam do campo para os centros urbanos. Ainda de acordo com relatório da Organização Internacional do Trabalho de 1973, o que diferencia o exercício informal do formal, ao considerar o primeiro um trabalho assalariado e aquele autônomo. Neste período, o “setor informal da economia”, conforme Luis Antonio Machado, foi considerado um campo de atuação estratégica para uma ampla camada da população que buscava fugir do desemprego. Contudo, ainda permanecem várias questões e indagações a respeito deste tema, vislumbrando muitas vezes que se faça um uso indiscriminado da palavra “informal”. Vale ressaltar que existem diversas e complexas realidades que não podem atestar apenas pela oposição conceitual binária entre formal/informal, ou pela a posse ou não da carteira de trabalho assinada pelo empregador. Mais informações consultar SILVA, Luiz Antonio Machado. “ Mercado de trabalho, ontem e hoje: Informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento” . In: Santana, Marco Aurélio. Ramalho, José Ricardo. *Além da fábrica: trabalhadores sindicatos e a nova questão social*. Editora BOIMTEMPO: São Paulo, 2003.

trabalhos contemporâneo são vivenciados pelos múltiplos sujeitos, não só no tempo da dominação e do capital, mas nas suas práticas e modos de trabalhar específicos, com costumes, valores, culturas, com outras formas de lutas e resistências.

Conforme Eduardo de Noronha³, as atividades consideradas informais compõem como mais um elemento que reforça o processo de modificação, adaptações e reajustes no mercado de trabalho no Brasil. Na busca pelas condições mínimas de sobrevivência, grande parte daqueles que vivem da venda da força de trabalho, seja pela ausência de oferta de emprego, muitos trabalhadores são levados a se sujeitarem as condições precárias, com baixos salários, péssimas condições de trabalho, perda de direitos trabalhistas, extensão da jornada de trabalho, entre outros aspectos.

Esse período caracterizado pela reorganização do mercado de trabalho e pela desconstrução do assalariamento, na concepção do autor atinge praticamente todos os setores da estrutura social. Para ele, é um erro considerar que a “*informalização das relações de trabalho*” é uma compensação vantajosa como defende as políticas neoliberais, ao passo que seria uma apreensão simplista que não comporta diante das transformações e implicações que atinge as diferentes categorias de trabalhadores na sua inserção socioeconômica.

Da mesma forma, as reflexões de Maria Augusta Tavares e Luiz Paulo de Oliveira⁴, possibilitaram-me pensar várias questões a respeito das noções historicamente construídas sobre o trabalho. Em outros termos, o que antes era (mais especificamente a década de 80) identificado como subemprego, baixa produtividade, concebido como algo exterior ao processo de acumulação, atualmente, proliferam sob o rótulo de independência, autonomia, trabalhadores que não conseguem ingressar no denominado mercado de trabalho formal, bem como aqueles que são deslocados pelos processos de terceirização. Ademais, parafraseando Tavares, estes sujeitos tendem “... a explorar sua própria força de trabalho”, apontando o papel fundamental das atividades consideradas informais na era de acumulação flexível do capital. Diante dessas considerações, Oliveira destaca ainda:

³ NORONHA, Eduardo G. “Informal, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 18, número 53, 2003.

⁴ TAVARES, Maria Augusta. “Os Fios (In) Visíveis da Produção: Informalidade e Precarização do Trabalho”. In: *Revista Outubro*, 2002.

“... que a marca do trabalho informal nos dias atuais de modernidade neoliberal é que seu caráter transitório tornou-se permanente, o que antes era considerado como um caso atípico do mercado de trabalho urbano, agora passa a ser uma regra normativa do mercado flexível, se transformando numa forma de inserção, que engloba da maioria da classe que vive do trabalho...O estatuto do trabalho assalariado socialmente protegido, simbolizando a carteira assinada se constitui enquanto principal expectativa subjetiva a compor o imaginário social do trabalhador informal, a qual possibilita que a condição permanente seja experimentada como condição provisória.”⁵

Essa situação ficou muito clara na fala do trabalhador Marco Aurélio, quando ele afirma que seu exercício na fronteira é temporário. Trabalhando há mais de cinco anos como laranja, ele observa: “*Eu sei que não vai ser para sempre*”, ressaltando a condição “permanente - provisória” vivida por alguns trabalhadores da fronteira. Assim, o trabalho com “carteira assinada” passa a ser a principal expectativa de alguns dos sacoleiros e laranjas.

Foi de fundamental importância também o diálogo mantido com a obra: sacoleiros e laranjas “*na tríplice fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*”⁶ de Eric Augusto Cardin. Conforme o autor, para compreender as práticas dos sacoleiros e laranjas, devemos situá-los nas mutações que vem ocorrendo no mundo do trabalho, bem como no universo das relações mais amplas das transformações do capital, que vem afluindo de sobremaneira nesse processo de trabalho considerado precário e informal que permeia o cotidiano desses trabalhadores.

Desse modo, para Cardin os diversos sujeitos que estão inseridos na circulação ilegal de mercadorias contrabandeadas no Paraguai, não estão excluídos do processo econômico, pois “*para além de influenciarem na determinação dos preços no mercado interno devido à concorrência, que possibilita as mercadorias de diferentes procedências*”⁷, estes sujeitos atuam e representam, enquanto categoria de trabalho, a flexibilização, o individualismo, tão defendidos pelo sistema capitalista.

Penso que mesmo tendo como objeto de análise os sacoleiros e laranjas na tríplice fronteira o que traz uma perspectiva inédita e importante diante dos trabalhos

⁵ OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus. *A condição provisória permanente dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua na cidade de Salvador*. 2005. (Dissertação de mestrado). p 20 e 21

⁶ CARDIN, Eric Gustavo. *sacoleiros e laranjas na tríplice fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Arraquara- São Paulo: 2006. Dissertação (mestrado).

⁷ CARDIN, op cit. p 45.

produzidos localmente (ou de sua ausência), está contida uma preocupação de fundo na obra de Eric Cardin, referente a caracterizar esses trabalhadores enquanto vítimas em suas práticas e ações na fronteira diante dos agravantes da expansão do desemprego e das formas de trabalho consideradas informais e precárias, da globalização, pobreza, entre outros aspectos.

Ao lidar com o processo de produção das mais variadas atividades conceituadas como informais e/ou precárias, bem como suas implicações nas relações de trabalho, tais como o desemprego e a pauperização dos trabalhadores, alguns desses trabalhos acabam por vezes deixando de lado as experiências vividas pelos sujeitos no enfrentamento das situações cotidianas.

Desse modo esses trabalhos, acabam muitas vezes, caindo num problema que por vezes me deparei: os conceitos descolado da realidade vivida pelos agentes históricos. Um esforço constante de compreender, não apenas no plano teórico, mas nas relações sociais concretas estabelecidas pelos sacoleiros e laranjas, a partir dos anos 90.

Embora tenha me debruçado sobre vários outros trabalhos, trago para a discussão apenas os quatro citados anteriormente por serem, em minha opinião, mais representativos em face da presente discussão. Cabe, portanto, destacar que essas pesquisas caracterizam por suas especificidades marcantes, e que em hipótese alguma tenho intenção de homogeneizá-las. Acredito na possibilidade, com a apreensão dessas obras, de enriquecer minhas reflexões a partir de diálogos com perspectivas e evidências por vezes diferenciadas.

Contribuíram também de forma marcante para minhas reflexões as pesquisas que investigam os modos de viver e trabalhar dos mais variados sujeitos sociais, antes “ignorados” pela historiografia⁸, evidenciados numa diversidade de experiências e memórias, campos de lutas e afinidades, para além das marcas que estes sujeitos imprimem ao seu redor.

⁸ Dentre essas obras cito: PAOLI, Maria Célia P. M. *Desenvolvimento e Marginalidade: um estudo de caso*. São Paulo: Pioneira, 1974. MORAIS, Sergio Paulo. “Modos de vida e relações de Convivência: Trajetórias e Vivência de Carroceiros na Cidade de Uberlândia. (1980/2000)”. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia Janeiro: 2003. MEDEIROS, Antunes. *Trabalhadores e Viveres Urbanos: Trajetória e Disputa na Conformação da Cidade de Uberlândia 1970/2001*. Universidade Federal de Uberlândia, 2002. (Dissertação de mestrado). CRUZ, Heloisa de Faria. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência (São Paulo 1900 1920)*. São Paulo: Marco Zero, 1991.

No que se refere aos sacoleiros e laranjas, a primeira vista, as duas categorias aparecem mensuráveis, indistinguíveis, o que se torna natural, principalmente quando essa indistinção apresenta-se entre os próprios depoentes. Assim, essas duas categorias vão se combinando e se dissolvendo num emaranhado de relações complexas.

Os sacoleiros são pessoas que trabalham em Ciudad Del Este, revendendo e distribuindo as mercadorias adquiridas no país vizinho nas mais variadas regiões do Brasil. Portanto, esses sujeitos ainda podem atuar de forma individual ou com ajuda de outros trabalhadores, como atravessadores e distribuidores no Brasil, para distribuir os inúmeros produtos adquiridos no Paraguai. Os laranjas são trabalhadores contratados para transportar as mercadorias importadas, previamente estabelecidas, em troca de uma determinada quantia em dinheiro. Sua função revela-se de suma importância no comércio inter-fronteira, no auxílio aos sacoleiros ou designados “patrão” na travessia dos produtos adquiridos e passados pela Ponte Internacional da Amizade e pelos postos de fiscalização da Polícia e Receita Federal.

Existem também os vendedores ambulantes, que atuam como sacoleiros comprando mercadorias no Paraguai para revender em Foz do Iguaçu. A Avenida Brasil, (estabelecida no centro comercial de Foz do Iguaçu), nesse sentido, apresenta esta característica necessária para o desenvolvimento da atividade do vendedor ambulante, ao passo que esse espaço constantemente torna-se palco de disputas entre os próprios trabalhadores, o poder público e/ou ainda entre estes com os comerciantes legalmente estabelecidos.

Quanto à denominação sacoleiro e laranja, não se sabe precisamente se o termo foi construído historicamente pelos órgãos oficiais ou refere-se uma própria invenção dos trabalhadores. Entretanto, o que se percebeu que os depoentes não demonstraram nenhuma rejeição quanto à denominação, talvez seja pelo fato de combaterem certas intitulações, criadas pela imprensa e oficialidade, que normalmente buscam construir enquanto “contrabandista”.

Ao abdicar de supostas generalizações, não os classificando como categoria estanque, torna-se possível compreender os diferentes motivos sobre os quais estes trabalhadores constroem e atribuem significados as suas experiências, as formas como interpretam seu exercício e o qualificam perante as demais profissões, os pontos de tensões

e afinidades estabelecidas no ambiente familiar e no trabalho, contribuindo, conseqüentemente, no processo de formação de sua própria identidade.

Investigar as práticas dos sacoleiros e laranjas, residentes em Foz do Iguaçu-PR, nos anos 1990 a 2006, também faz parte das minhas inquietações, não só enquanto pesquisadora, mas como moradora do município, vizinha e sobrinha de alguns desses trabalhadores. Devido a esta experiência, senti motivação para pesquisar como estes sujeitos disputam sentidos e posições sobre a atividade, a cidade e suas vidas.

Dessa forma, ao longo desse período, o comércio inter-fronteira, foi determinante para uma significativa parcela da população local. Segundo dados da Prefeitura de Foz do Iguaçu, mais de 67% da população iguaçuense deposita nas atividades de compra e revenda de mercadorias adquiridas em Ciudad Del Este seu principal, por vezes único meio de sobrevivência.

Conforme, o artigo dos economistas Alfredo e Antônio Carlos sobre *“Um estudo sobre o eixo cascavel–Foz do Iguaçu, na região oeste do Paraná”*⁹ o turismo de compra no final dos anos 1980 e do início dos anos 90, caracterizado pela crise da abertura econômica do governo Collor de Mello, apresenta um caráter diferenciado do comércio realizado atualmente na fronteira Brasil- Paraguai. Enquanto, o primeiro período era caracterizado por grande parte das pessoas que visam adquirir produtos importados para seu próprio consumo, o segundo, a partir da década ainda de 90, é marcado pelo grande número de pessoas que visam revender os produtos adquiridos do Paraguai no Brasil.

Nesse cenário, para além das belezas das Cataratas do Iguaçu, da Usina Hidrelétrica de Itaipu, Foz do Iguaçu configurou-se também como um paradigma nacional do segmento que ficou conhecido como "turismo de compras", pelo intenso fluxo comercial, sendo ponto de parada obrigatório para os sacoleiros, que viajavam rumo à cidade vizinha Ciudad Del Este para adquirir produtos a preços bem mais atrativos e revendê-los no Brasil.

Entretanto, percebe-se que, nesses últimos anos, as transformações nas políticas aduaneiras, influíram também nesse contexto. Acrescentam-se as pressões do governo brasileiro, que passou a fiscalizar com maior rigor as mercadorias que atravessavam a Ponte Internacional da Amizade, com valores acima da cota de isenção de impostos. Visando

⁹ FONSECA, Alfredo Peris e LUGNANI, Antônio Carlos. *Um Estudo Sobre O Eixo Cascavel–Foz Do Iguaçu, Na Região Oeste Do Paraná*. 2003.

acabar com as práticas desses trabalhadores, a Receita Federal, órgão responsável pela fiscalização na Ponte da Internacional da Amizade, vem utilizando ações repressivas, apresentando como justificativa o aumento crescente da perda de divisas oriundas da comercialização de mercadorias sem a devida taxação de imposto.

Contudo, essas medidas repressivas adotada pela Receita Federal, em parceria com outros órgãos públicos (Polícia Militar, Prefeitura, Secretaria da Fazenda, entre outros) estão acompanhadas por uma série de estratégias elaboradas pelos trabalhadores da fronteira, marcado em sua historicidade pelas relações conflituosas.

Sobre o julgo do contrabando e o do descaminho¹⁰, esses trabalhadores correm o risco para além da apreensão de suas mercadorias importadas, as penalidades judiciais, visto que se trata de “*Crimes praticados por particulares contra a administração pública em geral*”, como proclama o artigo 334 da constituição brasileira¹¹.

O mesmo ocorre com aqueles que se arriscam como sacoleiro e vendedor ambulante para revender seus artigos no município de Foz do Iguaçu. Geralmente esses sujeitos atuam sem o alvará ou licença com permissão concebida pela Secretaria da Fazenda. Na maioria das vezes, isso se dá porque seus produtos importados são institucionalmente proibidos de entrarem em terras brasileiras (tais como bebidas, cigarros, CDs, DVDs, etc.) ou pela não prestação de tributos das mercadorias comercializadas por esses trabalhadores para a Secretaria da Fazenda. Movido por essas preocupações buscarei, portanto, analisar no terceiro capítulo como esses trabalhadores experimentam e lidam com essa legislação, com o poder público, com o empresariado, e principalmente como se estabelecem essas relações no espaço urbano de Foz do Iguaçu. Considero ser importante, na busca pela compreensão desses trabalhadores, apreendê-los também nas formas que esse espaço urbano é pensado pelos sujeitos em questão, que nele vivem, trabalham, constroem e dele se apropriam.

¹⁰ Com adverte ainda o artigo 334 da legislação brasileira, embora se assemelhe em sua prática, o contrabando e descaminho formulam se como conceitos distintos, visto que, “enquanto aquele consigna a importação ou exportação fraudulenta de mercadorias, cuja entrada ou saída do país seja absoluta ou relativamente proibida, o descaminho é o ato fraudulento que se destina a evitar, total ou parcialmente, o pagamento de direitos e impostos previstos pela entrada, saída ou consumo (pagável na alfândega) de mercadorias”. Mais informações consultar: www.dji.com.br/penal/contrabandooudescaminho.

¹¹ Dados obtidos no site da Receita Federal. Mais informações consultar legislação www.receita.fazenda.gov.br/.

Além dessa ação direta com o poder público, esses trabalhadores também são alvo dos ataques da imprensa local, seja por parte dos editoriais dos jornais ou a partir das reclamações de um empresariado, que os culpam pelo atraso do país ou por denegrir uma suposta “imagem de cidade turística”.

A escolha dos Jornais “A Gazeta do Iguaçu”¹², “O Jornal do Iguaçu”¹³, decorre pela visível circulação na região oeste do Paraná, especialmente em Foz do Iguaçu, e pelo considerável número de manchetes, reportagens e/ou artigos, que abordam o tema proposto. Em algumas das redações conferidas, a partir dos anos 90 observei um maior destaque dos periódicos para órgãos institucionais, tais como a Polícia e Receita Federal em suas atuações, enaltecendo a importância destes para o município de Foz do Iguaçu no combate à criminalidade, marginalidade, violência, dentre outros aspectos. Ao lidar com a imprensa, enquanto fonte de pesquisa, compartilho das concepções das autoras Maria do Pilar de Araújo Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Yara Aun Khoury, advertindo que para “(...) o historiador fica a impossibilidade de considerar qualquer forma de linguagem como neutra e despolitizada e a necessidade de considerá-las como constituindo certas modalidades de relações sociais e influenciando na constituição de certa memória”.¹⁴

As matérias dos jornais revelam-se de suma importância para compreensão das práticas e dos pensamentos dos representantes da Receita Federal, por vezes, pautado nos interesses do empresariado local que se julga “lesado pela concorrência desleal” travada com esses trabalhadores, no combate ao intitulado “contrabando” e as ações desses trabalhadores, “culpando-os pelo atraso do país”.

Contudo, por meio dos depoimentos orais, foi possível também captar outra dimensão dessa realidade vivida que nem sempre vai de encontro com a imagem construída pelas classes dominantes. Não é necessário apenas pesquisar sobre o intitulado contrabando ou ação dos sacoleiros e laranjas na fronteira. Porém, considero importante compreender

¹² O jornal “A Gazeta do Iguaçu” foi inaugurado em 11 de novembro de 1988, por quatro sócios Emirio Gatti, José Bento Vidal, Lício Mezzano e Mário João Boff. De acordo com a jornalista Cecília, a imprensa designa discutir os temas “mais influentes e conflitantes” de Foz do Iguaçu, (e das cidades circunvizinhas), auto-intitulando-se defensora do município. Consulta realizada com a jornalista Cecília no dia 05 de agosto de 2004.

¹³ O “Jornal do Iguaçu” foi fundado por Rodrigo Hauagge do Prado em 1999. Ainda de acordo com a equipe jornalista, “O Jornal do Iguaçu” destina-se as classes A e B.

¹⁴ VIERA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em História*. Editora Ática: São Paulo, 1995. p 63.

como esses trabalhadores pensam e lidam diariamente com esses aspectos no seu trabalho e na vida. Busco, portanto, situar tanto nas fontes jornalísticas, nas fontes orais quanto em outros documentos escritos, enquanto argumentos, forjados numa dada realidade social, expressando também nas suas entrelinhas a visão da sociedade que se quer ter, a história que se quer construir e registrar, seus engajamentos políticos e o compromisso com determinadas classes sociais.

As reflexões de E.P.Thompson tornam-se de suma relevância para entender esses trabalhadores, não apenas nos seus “*significados, atitudes e valores*”, mas também no plano concreto das relações sociais. Relações sociais, por sua vez, constituídas por elementos diversificados, tais como, ações, explorações, padrões, modos de vida, costumes, tradições e resistência.¹⁵ Tal contexto ainda tratava de perceber os sacoleiros e laranjas enquanto classe no seu constante “fazer-se”, entendida por Thompson como um “fenômeno histórico”, no qual “uma série de acontecimentos dispares e desconectados”¹⁶ são vivenciados pelos indivíduos, tanto em nível de valores quanto na cultura, onde :

“Os homens e as mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo, não como sujeitos autônomas, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...)”¹⁷.

Mesmo que as ações e reivindicações desses sujeitos diante das tentativas de inibir sua atividade na fronteira não sejam estruturadas a partir de representações oficiais como partidos ou sindicatos, elas também trazem, em seu bojo, uma perspectiva de transformação da realidade social, tomando como princípio atender suas necessidades mais imediatas, ou seja, trabalhar. Nessa perspectiva, esconder suas mercadorias nas próprias vestimentas, vans e moto-taxis, buscar horários alternativos para desviar da fiscalização na Ponte da Amizade ou até mesmo confrontar-se com os representantes Federais, são ações que podem ser entendidas como resistência e que fazem parte importante das estratégias de luta e sobrevivência desses trabalhadores.

¹⁵ THOMPSON, E. P. “Estudos sobre a cultura popular tradicional”. . In: *Costumes em comum. Costume e Cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁶ THOMPSON, E.P. “Padrões e Experiências”. In: *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão*. V. 2. Tradução Renato Bussato Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁷ THOMPSON, *A miséria da teoria ... op. cit.*, p 82.

Nesse sentido, os diálogos estabelecidos com esses sujeitos tornam-se imprescindíveis para compreender como esses trabalhadores ingressaram e lidam com a atividade, sua rotina, quais as estratégias lançadas, bem como se estabelecem suas relações nesse universo da fronteira Foz do Iguaçu -Ciudad-Del Este.

Nessa direção, os percalços foram significativos no que se refere aos primeiros contatos com os trabalhadores e a realização das entrevistas. Cabe, portanto, compartilhar a experiência de trabalhar com fontes orais, visto que não foi uma empreitada fácil conseguir depoentes para colaborar com a presente pesquisa. Alguns traziam informações interessantes e muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa, mas negava ou esquivava-se a gravar qualquer depoimento, geralmente indicando outro para fazê-lo. Apesar de sempre ressaltar a importância historiográfica daquele depoimento para a pesquisa, o comprometimento com o depoimento, com o anonimato e a transcrição, muitos trabalhadores recusavam-se a falar. As justificativas ou argumentos utilizados eram dos mais diversos; alguns diziam não saber “falar bem”, diante do gravador, receosos de não dominarem um vocabulário mais acadêmico; muitos confessavam temer represálias dos “*seus patrões*”, ou que, de alguma forma, comprometesse o andamento de sua atividade.

Cabe ressaltar que “silenciar” ou “negar-se” a fornecer uma entrevista ou maiores informações, faz parte importante das estratégias de luta e sobrevivência desses sujeitos, marcado em seu cotidiano por incertezas e precariedade.

Raras foram às vezes em que os sacoleiros não se revelaram com medo de se comprometerem com “as autoridades”, justificado principalmente pela criminalização de sua atividade, principalmente por parte da imprensa e dos órgãos públicos. Essa situação, na medida do possível em alguns casos foi sendo superada, ao mesmo tempo em que se foi justificando a importância de sua História, desmistificando supostas representações de entidades fiscais por trás desta pesquisa. Elucidadas tais questões, os sacoleiros e laranjas mostraram-se sempre atenciosos e empenhados em contar sua trajetória de vida.

A relação de confiança entre o entrevistado e os depoentes e os primeiros contatos com esses trabalhadores foi um passo muito importante para compreender, pelo menos em parte o universo vivido por esses trabalhadores. Acredito que, como Portelli “... *que os documentos da história oral são sempre o resultado de um relacionamento, de um projeto compartilhado no qual ambos, o entrevistado e o entrevistador são envolvidos, mesmo se não*

harmoniosamente.”¹⁸. Afinal, o entrevistador e o entrevistado estão sempre se estudando e os resultados da entrevista são o produto de ambos, narrador e pesquisador.

A flexibilidade dos horários e a imprevisibilidade das viagens realizadas pelos trabalhadores apresentaram-se, durante a realização das entrevistas, como uma das principais dificuldades enfrentadas. A seleção dos entrevistados, que instituem o quadro dos informantes do presente trabalho, perpassaram as várias formas. A mais viável que se encontrou para chegar ao futuro depoente foi através de amigos, que por sua vez, estavam próximos às vivências dos sacoleiros e laranjas. Outras vezes, a realização de outras entrevistas vinha da indicação do próprio depoente trabalhador.

É importante destacar que procurei lidar com as fontes orais com as mesmas preocupações na investigação com as demais fontes, sem privilegiá-las em prejuízo de outros documentos, tais como as fontes jornalísticas. Ao lidar com os depoimentos tomei-os como uma produção narrativa, que não se pautam na reprodução fidedigna da realidade, mas comportando múltiplas interpretações (re)definidas e lançadas a partir de suas vivências.

Embora a fala desses trabalhadores remeta-se a uma série de particularidades e especificidades, estas não se encerram em si mesmas, articulando o jogo da palavra, da consciência, da memória, sendo passíveis de modificações e transformações presentes na dinâmica social na qual se inserem.¹⁹ Da mesma forma, acredito ser importante considerar a produção da memória desses indivíduos como desdobramento das experiências vividas, a partir de suas relações sociais, que por sua vez, são implementados e interpretados no presente, contribuindo para o processo de construção e afirmação de identidade desses sujeitos.²⁰

Assim, pensando o primeiro capítulo, procuro apresentar os trabalhadores sacoleiros e laranjas, em termos de relações de trabalho, família, migração, escolhas, negações, buscando a partir de suas trajetórias plurais situá-los no campo das relações sociais que permeiam o universo da fronteira.

¹⁸ PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente.” In: *Revista Projeto História*. Estudos pós Graduados da Puc São Paulo: 1997. p 35.

¹⁹ PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: Vol I, 1996. p 59-72.

²⁰ KHOURY, Yara Khoury. “Muitas Memórias, outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História”. In: *Muitas Memórias, outras Histórias*. Editora: São Paulo: Olho D’Água., 2000. p 116-138.

Utilizo, para tanto, como fonte de pesquisa, os dados disponibilizados pelo Departamento de Ação Social da Prefeitura de Foz do Iguaçu, que fizeram um levantamento do número de pessoas atuando com carteira assinada e não assinada, autônomas e desempregadas no município, contribuindo para certo mapeamento dessa população no município.

Como documento de análise, ainda conto com o relatório da Sindireceita (Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal) sobre “*Considerações sobre o combate ao “contrabando” em Foz do Iguaçu. A abordagem integral de combate e o desenvolvimento socioeconômico com medida necessária*”, elaborado por Samuel Benck Filho e Sérgio de Paulo Santos²¹. Com base nesse relatório foi possível apreender como esses trabalhadores são tratados pelos órgãos oficiais, não só enquanto medidas repressivas, mas enquanto argumentos forjados na sociedade, numa tentativa de enquadrar esses sujeitos em “*ações ilícitas e criminosas*”.

No segundo capítulo me preocupo com as condições de trabalho vivenciadas por esses sujeitos, sua rotina, suas estratégias lançadas mediante um mercado de trabalho, por vezes considerado “informal”, bem como esses lidam e encaram sua atividade. Trato também de como esses trabalhadores são alvos constantes das ações dos órgãos Federais, em conjunto da Polícia Rodoviária e Federal. Aqui, a análise dos jornais é fundamental, no sentido de comunga juntamente com os órgãos públicos, com as tentativas de criminalização desses sujeitos.

Já no terceiro capítulo, tratei de analisar como esses trabalhadores experimentam e se constroem na cidade, nas suas relações com os comerciantes estabelecidos na região, com os órgãos públicos e demais trabalhadores. Isso significa considerar a cidade, conforme Dea Fenelon²², como um espaço privilegiado para a construção de experiência social, sendo constituídas por pequenas e grandes lutas travadas no interior e entre as classes pelo direito de construir e ordenar essa cidade.

Juntamente com as estratégias de trabalhar e viver na cidade, esses trabalhadores, sacoleiros, laranjas e vendedores ambulantes, também deixam suas marcas e significados

²¹ FILHO, Samuel Benck; SANTOS, Sérgio de Paula. *Considerações sobre o combate ao “contrabando” em Foz do Iguaçu. A abordagem integral de combate e o desenvolvimento socioeconômico com medida necessária*. Relatório Anual Sindireceita. 2004.

²² FENELON, Dea R. *Cidades*. São Paulo: Olho D água, 1999.

impressos na constituição deste espaço. Na sua lida pelo trabalho no espaço urbano, tanto os sacoleiros como os laranjas são alvos de uma legislação específica, elaborada pelo poder público, por vezes, em confluência com os interesses do empresariado que tenta coibir seu exercício.

A documentação cedida pela ACIFI (Associação Comercial Industrial de Foz do Iguaçu) e a entrevista do representante comercial Mario Camargo revela-se de suma importância, nessa direção, para entender como esses trabalhadores são abordados e pensados pela classe dominante em suas ações na cidade.

Todavia, a presença desses trabalhadores, bem como o significativo número de pessoas que se deslocavam para Foz do Iguaçu com destino ao comércio paraguaio, ainda trazia grandes controvérsias quanto à atuação desses sujeitos no município. O baixo movimento desses trabalhadores na fronteira, devido principalmente aos arrochos da fiscalização respingam nos mais variados setores do comércio iguaçuense e paraguaio que se estende desde a rede hoteleira, de alimentação e transporte pois os mesmos se sentem lesados e atingidos financeiramente, acentuando a importância econômica e social da atividade para região.

Tendo como suporte essas discussões, busco compreender, então, a trajetória desses trabalhadores na sua luta pelo direito de viver e trabalhar também na cidade. Pensei reconstruir parte dessa história dos sacoleiros e laranjas nas suas relações sociais, que ao contrário, é diversa, marcada por acomodações, conflitos, descontinuidades e resistências. Portanto, cabe ressaltar, que as duas categorias investigadas não se apresentam prontas e acabadas, ao contrário, elas são portadoras de uma diversidade e heterogeneidade acentuadas.

CAPÍTULO I

Trajetórias e Trabalhadores

O ofício de sacoleiro e laranja constitui exercício de constante luta, tanto daqueles que vieram para o município de Foz do Iguaçu/Pr, trazendo em suas bagagens desejos, expectativas e frustrações quanto daqueles que nele nasceram objetivando sempre a busca de melhores condições de vida. Esta luta, composta de pequenas vitórias e várias derrotas, torna-se parte da história dessa cidade batalhar por uma vaga no mercado de trabalho, moradia, saúde, escola e lazer. Cabe enfatizar que essas batalhas travadas num espaço de lutas de classes não ajudaram apenas a historicizar o cotidiano das tensões vividas, mas também e, sobretudo as transformações dos próprios sujeitos e a maneira de como eles se viram transformadores desse meio social.

Muito mais do que versões sobre as modalidades vividas por esses sujeitos o trabalho da memória, presente nas suas locuções, expressam subliminarmente lutas pelo reconhecimento e publicização de suas trajetórias. Acredito como Thompson²³, que os sacoleiros e laranjas, apresentam-se enquanto homens e mulheres num grupo heterogêneo, assim como são diversificadas suas experiências no interior da classe. Foi possível identificar trajetórias diferenciadas, ações, atitudes, as mais diversas desses sujeitos e que ao iniciarem suas experiências enquanto trabalhadores sacoleiros e laranjas, em vários momentos colocaram em xeque as expectativas que traziam quando ingressaram na atividade. A exemplo, de dona Nelci de Fátima Martins, quarenta e seis anos, que veio de Rondônia com seu marido e seus dois filhos e que ao se estabelecer em Foz do Iguaçu, na década de 80, deparou-se com as condições adversas entre elas à ausência de emprego, buscou estratégias para reverter essa situação. Sua inserção na atividade de laranja é justificada pela falta de “*emprego na cidade*”.

²³ THOMPSON, E.P. “Padrões e Experiências”. In: *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão*. V. 2. Tradução Renato Bussato Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Para dona Nelci, como tantos outros trabalhadores que migraram para a região de Foz do Iguaçu²⁴, o município desempenhava um importante papel na constituição de novos horizontes, e conseqüentemente, a possibilidade de abandonar as decepções, carências, dificuldades e perseguições, que vivenciaram em seus lugares de origem. Nesse sentido, a procura por melhorias das suas condições de existência, a possibilidade de acesso ao trabalho é recorrente nas falas dos depoentes como motivo da vinda para o município, no sentido de beneficiar-se de serviços não disponíveis na sua terra natal, como narra dona Nelci:

“Eu sou de Rondônia... Eu vim pra Foz com meu marido, no tempo da Itaipu, meu marido trabalhava lá, meu ex marido agora, trabalhou na Itaipu. Aí quando ele saiu, que a gente ficou aqui e voltou pra Rondônia, aí eu e ele ficou doze anos e separamo. Daí eu fiquei mais um ano e vim embora pra cá di volta, porque achava que aqui tinha mais emprego do que lá... Cheguei aqui sem saber o que ia fazê, porque trabalhá de doméstica, trabalhá de diarista, qualquer outro serviço que a gente ia trabalhá aqui tinha, alguma, alguma pessoa que conhecesse a gente, apresenta a gente num emprego né? Aí eu conhecia umas pessoas, uma ex concunhada minha que trabalhava nesse serviço, e aí eu comecei também...”²⁵

Foz do Iguaçu aparece também nesse cenário, como um local privilegiado para atender as transformações do mercado de trabalho e do capital. Neste sentido, as expectativas não satisfeitas deram a esses trabalhadores coragem necessária para enfrentar e

²⁴ De acordo com Luiz Eduardo Catta em sua análise sobre o município de Foz do Iguaçu, o aumento do número de pessoas exercendo atividades inter-fronteira data principalmente nos primeiros anos da década de 90, sendo fruto ainda das políticas neoliberais do presidente Fernando Collor de Mello, abalando todos os setores da economia do município, o que gerou ao mesmo tempo, “*um aumento no universo de desempregados que para sobreviver, recorreram a economia formal*”. Situada no extremo oeste do Estado do Paraná, Foz do Iguaçu, possui uma população estimada de 300 mil habitantes, com um dos mais visíveis índices de desemprego. .

No início dos anos 1970, Foz do Iguaçu experimentou o crescimento urbano considerável para a região, se consideramos que a população que antecedia aquela data era 33 mil apenas, em relação à década de 1990 de 270 mil habitantes. Ainda segundo o autor, o término das obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em 1980, favoreceu para que partes daqueles trabalhadores que migraram para região se estabelecendo no município, e que se encontraram desemprego e com as dificuldades para retornarem ao mercado de trabalho, acabassem depositando no comércio inter-fronteiras, bem como nós serviços de sacoleiro uma das alternativas para o desemprego. No entanto, não podemos atribuir nem o suposto desenvolvimento do município, e as suas conseqüências à construção da hidrelétrica de Itaipu, visto que a inserção desses sujeitos em atividades consideradas informais ou no comércio de importados de Ciudad Del Este, está vinculado a uma rede de outros fatores. Da mesma maneira, que seria simplista pensar que a migração de milhares de pessoas para o município a partir da década de 1970 seria obra única e exclusiva do capital gerando em torno da construção da Usina Binacional, do comércio inter-fronteiras e do turismo. Mais informações consultar: GONZÁLES, Emílio. “Discussão acerca da Historiografia de Foz do Iguaçu”. In: *A invasão das Morenitas: Experiências sociais na constituição urbana da cidade Foz do Iguaçu (1993-2001)*. CATTA, Luiz Eduardo. *O Cotidiano de uma Fronteira: a perversidade da modernidade*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

²⁵ Nelci de Fátima Martins. Entrevista realizada no dia 23 de dezembro de 2005.

procurar viver e trabalhar com dignidade. Ao retornar em 1992, a cidade que terminava de colher os frutos da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu no que se refere ao término da construção, dona Nelci depara-se com a expulsão de milhares de pessoas de seus postos de trabalhos e com dificuldades de retornarem ao mercado de trabalho.

Trabalhando há mais de cinco anos, dona Nelci confessa que ingressou no ofício de laranja com muitos medos e receios, dada as construções que a fronteira apresenta enquanto um espaço violento e criminoso, as dificuldades ligadas à intensiva jornada de trabalho, as incertezas de uma renda fixa, a fiscalização intensiva, a concorrência entre os mesmos trabalhadores.

A trajetória de itinerante, que percorreu ao longo de sua vida, entre Rondônia, pequenas cidades do Paraguai e Foz do Iguaçu, possibilitou que a depoente também realizasse um balanço das atividades que já exerceu. Dentre elas está o exercício de auxiliar de cozinheiro em Rondônia, que em sua memória foi marcado por momentos de estabilidade e tranqüilidade para sua família, quando comparado ao “*trabalho no Paraguai*”. Esta estabilidade é reforçada pela dona Nelci, pela seguridade em carteira, com todos os direitos e benefícios garantidos pela legislação, o que por sua vez, reforça a noção de dignidade que o registro formal representa para a laranja:

*“... como eu digo, não passa tanto desgosto, tanta raiva, como passa no Paraguai, a gente dá risada, agente brinca né, porque chorar não adianta né. Mas tá louco trabalho registrado tem mais dignidade, você tem fundo de garantia, tem férias, tem décimo, tem muita coisa que nem seja menos, mas é amparado né? É amparado”.*²⁶

Ao deparar-se com outras relações de trabalho, novos ritmos, que era “diferente” daquele modo de trabalhar, para a laranja, contribuiu para outras percepções sobre o seu universo de trabalho na fronteira. A compreensão do processo de adaptação de dona Nelci na atividade associa-se aquele contexto, muitas vezes desumano da fronteira e que inevitavelmente passa pelo mundo das necessidades, das incertezas e dificuldades de obter dinheiro e retornar ao mercado de trabalho considerado formal.

²⁶ Nelci, entrevista já citada.

Nas suas palavras “*o trabalho registrado tem mais dignidade, que nem seja menos*”, assenta a própria maneira que ela experimenta suas condições atuais de serviços no Paraguai, com os percalços que enfrenta na compra e revenda de mercadorias superando qualquer valor salarial que compense seu “bem estar” enquanto trabalhadora:

“Não, gosta, gosta. A gente não gosta... É muito sofrido, trabalhá na chuva, na lama lá, na lama é sofrido, é bastante sofrido, na hora do sol quente você... Fazendo aquele calor dentro da perua abafada naquelas filas. Não gosto não se eu tivesse outro meio pra trabalhar, eu não iria pra aquele Paraguai não, de jeito nenhum... Mas que não tem cão caça com gato”²⁷.

A expressão de dona Nelci “*quem não tem “cão caça com gato*”, reacende as inúmeras estratégias de sobrevivência a que esses trabalhadores se lançam diariamente, diante das poucas oportunidades de emprego que a região oferece para maioria da população, herdadas denominadas “formas de trabalho precário”, quando se não o desemprego. Dona Nelci ainda conta que as ameaças de desapropriação do imóvel alugado por falta de pagamento, no bairro Jardim Jupira, no qual reside há mais de cinco anos, bem com as incertezas “... *de chegar com algum dinheirinho em casa no final de um dia de trabalho na Ponte*” tornou-se uma constante na sua vida de trabalhadora da fronteira.

Na verdade, dona Nelci como muitos outros laranjas, operam com encomendas já solicitadas, especialmente aparelhos eletrônicos. Compete também à entrega com segurança dos artigos importados para os seus respectivos compradores. Normalmente, os sacoleiros que, muitas vezes, estão já fixados nos hotéis de Foz do Iguaçu sua espera ou ainda “*eu, eu levava também, mercadorias pra, viajei pra Teresópolis, levava para Niterói, Arraial do Cabo Petrópolis, eu levava...*”²⁸

Em outras circunstâncias, eles se dirigem em locais pré-determinados pelos sacoleiros, geralmente algum hotel popular, ou dependendo da mercadoria comprada, a lugares desconhecidos pelas autoridades policiais, onde fazem a entrega mediante o recebimento de seus pagamentos.

Essa trabalhadora revela não só em sua fala, mas ao quebraimento de sua voz, uma significativa dose de desesperança, rememorando as tentativas frustradas de ingresso a

²⁷ Nelci, entrevista já citada.

²⁸ Nelci, entrevista já citada.

outros empregos: “... *já trabalhei de doméstica, chapeira , babá, mas agora não tem, não tem serviço... Tô de laranja... Foz do Iguaçu não tem emprego mais, vai faze o quê...*”²⁹

As variadas ocupações exercidas ao longo da vida pela dona Nelci, não expressa um caso singular na sociedade, mas fazem parte do repertório de uma significativa parcela da população que compartilha a busca pelo emprego, como Cicera Alves Pego, de trinta e sete anos. Ao migrar de Campo Mourão (PR) para Foz do Iguaçu, já casada e com quatro filhos, ela relembra das dificuldades de adaptação às condições de vida e trabalho experimentado na cidade, relutando desde início, em se deixar absorver pelos novos ritmos e obrigações que ia contra aqueles vividos por ela e sua família.

“Eu sô de Campo Mourão, vim pra cá com minha família, depois nois voltamos pra lá, e hoje estamos aqui mesmo, de volta... Sou casada, tenho quatro filhos. Lá em [Campo Mourão] já trabalhei de doméstica, de balconista, tudo um pouquinho, mas agora aqui... Ah! Tem muita falta de desemprego... Porque aqui em Foz é difícil serviço e lá é o único meio agora tá tendo pra ganha algum dinheiro. Mas eu não gosto do Paraguai não, pretendo saí do Paraguai... Porque você tem que joga uma bolsa pesada nas costa e não tem que agüenta, mas você tem que leva... É muita, desordem, sujeira lá dentro, porque quando chove assim... Pode i di chinelo, de bermuda porque de tênis e jeans não adianta.”³⁰

Permanecer definitivamente na cidade significou para Cicera conjugar um novo modo de viver, que nem sempre representa um modo conformado de trabalhar como laranja. Ao mesmo tempo em que ela vai se apropriar de justificativas, tais como o desemprego no município, que legitimem sua atuação nesse espaço caracterizado pela trabalhadora pela “desordem” e “sujeira”.

Os ritmos desses trabalhadores são ditados a partir dos limites e possibilidades que o comércio inter-fronteira apresenta a começar pelas condições de higiene, saúde, a relação com os comerciantes paraguaios e outros trabalhadores brasileiros, entre outros fatores, que tendem caracterizar na concepção de Cicera, não apenas o seu trabalho de laranja, mas seu universo de exploração e desigualdades.

Diante disso, o desejo de possuir sua casa própria, satisfação na profissão, bons salários, e conseqüentemente, uma vida mais confortável, confronta-se com outra realidade experimentada pela trabalhadora na cidade, desemprego, violência, a incerteza de moradia:

²⁹ Nelci, entrevista já citada.

³⁰ Cicera Alves Pego. Entrevista realizada no dia 02 de janeiro de 2004.

“Nós não tem casa, casa própria, nois vive de aluguel aqui, moramo no Murumbi, agora aqui na Vila C, na, na Vila “C” é de aluguel també , tá tudo muito difícil de conseguir aqui... Meu marido tá desempregado, não consegue serviço, nenhum aqui... Só tem o Paraguai...”³¹

Percebi que sua instalação na cidade, bem como sua inserção no exercício foi encarada pela depoente como um deslocamento penoso e obrigatório, acompanhado pelos estranhamentos àquele lugar e trabalho que lhe parecia significativamente diferente do seu modo de viver até então.

A migração desses trabalhadores para o município para Foz do Iguaçu é acompanhada pelas experiências diferenciadas em relação a viver na cidade e as expectativas que levaram estes sujeitos a buscarem outras oportunidades. Assim, se de um lado, encontramos pessoas que, como dona Nelci, resistem e encontram as mais variadas maneiras de sobreviver e conformar-se aquela situação, sobre outro ângulo encontramos pessoas que, como Cicera, buscam reverter seus desencantos e frustrações lançando outras perspectivas, dentre elas o retorno a sua terra natal:

“Olha eu tenho vontade de volta pra, pra Campo Morão sim di, di estuda... Pretendo, pretendo saí daquele Paraguai sim, dessa vida... Eu tenho muita vontade assim de trabalha em loja, eu sempre tive vontade também de ser enfermeira. Eu trabalhei, trabalhei pra uma senhora dois anos e pouco, era bem velhinha mesmo, agora ela já faleceu né? Eu tinha dezoito pra dezenove anos. Então, eu não tive assim como estuda, porque meu pai faleceu nois tinha... Meu irmão mais novo tinha três meses eu tinha nove anos pra sustenta a gente... Eu tinha nove...”³²

É interessante destacar, como Cicera e outros trabalhadores constroem suas narrativas com relação a viver na cidade articulando projetos do passado, presente e futuro. Nesse sentido, a vinda para Foz do Iguaçu, morar e trabalhar, são fortemente marcados na narrativa da trabalhadora pelas perspectivas passadas, contrabalançando nas suas lembranças o que deveria ser a vida de sua família na cidade e o que foi.

De acordo com a pesquisa realizada pelo departamento de Ação Social da prefeitura de Foz do Iguaçu, o quadro de trabalhadores desempregados nos anos 2005 e 2006 nos principais bairros do município foram de 23,5%. Índice apreciável se levarmos em consideração o número restrito de pessoas exercendo atividades legalmente registradas que

³¹ Cicera, entrevista já citada.

³² Cicera, entrevista já citada.

foi de apenas 27,8%. Observe a seguir o quadro mais amplo da população trabalhadora com idade de 16 a 65 anos:

Tabela 01: Dados da população por região com faixa etária entre 16 e 65 anos (em idade ativa).³³

REGIÕES	Três La goas	Vila C	Mo rum bi	Por to Mei ra	Jd São Pau lo	Jd Amé rica	Impe ra triz	A.K. L.P	Cen tro	Cam pos	Cari mã	Médi a%
Atividade atual	26%	28%	27%	29%	29%	17%	28%	32%	26%	26%	38%	27,8
Trabalha c/ carteira assinada	39%	38%	40%	35%	38%	45%	39%	30%	33%	35%	29%	36,5
Trabalha s/carteira assinada /Autônomo	26%	25%	23%	25%	21%	25%	23%	22%	22%	24%	23%	23,5
Desempregado	1%	1%	2%	3%	3%	1%	2%	5%	4%	3%	2%	2,5
Servidor Público / Estatutário / Militar	1%	1%	2%	2%	3%	6%	2%	3%	7%	5%	2%	3,1
Empresário	5%	6%	5%	5%	5%	5%	5%	7%	7%	6%	5%	5,5
Pensionista / Aposentado	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1,1
Outras Fontes												

Ao voltar seu foco de análise para determinadas áreas consideradas mais populosas da cidade, o diagnóstico apresentado pela Secretaria da Ação Social apresentou-se também limitado em vários aspectos do quadro socioeconômico regional, no que tange a qualidade de vida e trabalho da população iguaçuense, incluindo também aqueles que sobrevivem da comercialização das mercadorias importadas do Paraguai. Evidentemente, longe de refletir a real conjuntura dessas pessoas, homogeneizando realidades tão

³³ Dados fornecidos pela Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu – Paraná.

complexas, os números estáticos disponíveis pela prefeitura podem correr o risco de alterações, visto os possíveis interesses da gestão atual³⁴ de apresentar uma cidade que prospera e em desenvolvimento contínuo, camuflando suas contradições e diversidades.

É importante ainda salientar, que para além, das condições de vida e trabalho, que vivem esses trabalhadores desempregados, subempregados ou marginalizados do mercado de trabalho, esses dados acabam não dando conta dos baixíssimos salários da população que se encontra legalmente registrada em carteira, que trabalha além do expediente, ou concilia outras atividades para auxiliar na subsistência.

Todavia é possível tecer algumas considerações. Dentre elas encontram-se um excedente de trabalhadores dispostos a atuar nas mais variadas formas de empregos na cidade. Não é mera coincidência que a média de 36% de pessoas que atuam sem carteira ou consideradas autônomas, perpassa as demais atividades, como a título de comparação, os trabalhadores com carteira assinada que são apenas de 27,8%, como já menciona a tabela acima.

Essa retração no mercado de trabalho impulsiona um número maior de trabalhadores desempregados na busca pela sobrevivência, para inscrever e frequentar diariamente os órgãos oficiais responsáveis pela procura de alternativas, no intuito de inseri-los em novas ocupações, tais como o SINE. Segundo as informações do Sistema Nacional de Emprego (SINE) em Foz do Iguaçu, no ano de 2004 havia 2.184 trabalhadores inscritos em seu arquivo, em busca de emprego.

Ainda, de acordo com o relatório da Sindireceita, órgão da Receita Federal, elaborado por Samuel Benck Filho e Sérgio de Paulo Santos, o universo da informalidade em Foz do Iguaçu/Pr a partir de 2000, era de 90.000 pessoas, incluindo trabalhadores sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria, trabalhadores não remunerados e trabalhadores domésticos sem carteira assinada. Na concepção dos autores, a ampliação do setor informal no município está diretamente relacionada com o acréscimo do “*comércio ilegal na fronteira*”, que por sua vez, tornou-se uma fonte de sustentação econômica para uma parcela significativa da população local. Para eles:

³⁴ Em 2004 Paulo Mac Donald Ghisi , pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) , foi eleito prefeito de Foz do Iguaçu

“Foz do Iguaçu e partes das cidades da região enfrentam um desafio econômico e social complexo e com conseqüências de repercussão sobre a economia nacional, qual seja, redirecionar as atividades de uma parcela considerável da população que sobrevive envolvida direta ou indiretamente com o contrabando, convertendo à legalidade e a formalidade. Sobre a realidade do contrabando, sua influência local e regional, o quantitativo e o perfil socioeconômico da população envolvida, há estudos escassos e grande parte dos números apresentados, inclusive números oficiais, têm sua obtenção desprovida de embasamento científico e metodológico, o que permite variações ao sabor do desejo do impacto ou de amenização do problema, mas é possível que apenas em Foz do Iguaçu em torno de 40 mil pessoas estejam atuando diretamente na atividade ilegal de internação de mercadorias provenientes do Paraguai”³⁵.

A preocupação da Sindireceita, enquanto órgão que defende e assume os interesses do Governo Federal, expressa nas linhas acima o combate ao intitulado contrabando e suas repercussões para a cidade de Foz do Iguaçu e o país. Elas refletem um juízo precipitado sobre o assunto, visto que há a necessidade de converter, principalmente aqueles trabalhadores que atuam na compra e repasse de mercadorias de Ciudad Del Este, para a formalidade parecendo assumir mais uma postura repressora do que apresentado alternativas concretas para uma população envolvida sistematicamente em atividades avaliadas como precárias e sem garantias sociais na fronteira.

Por certo as questões sociais, suas práticas, que envolvem o intitulado “contrabando” e o “descaminho” de mercadorias em Foz do Iguaçu, são visualizadas ou experimentadas, de formas diferentes, por aqueles que convivem com essa realidade e seus problemas. É preciso atentar, dessa forma, para seu processo histórico, para sua natureza social, bem como as condições sociais e econômicas para que gerações de pessoas adotem a atividade como meio de subsistência.

Uma posição emblemática, nesse sentido é o de Claudinei da Silva Oliveira, vinte nove anos, ao expor sua opinião em relação a seu exercício: *“Eu não acho que eu tô fazendo nada de errado, porque aquele que vem aqui comprar ele não roubou, ele comprô e pago, só que eles ponharam no papel que é ilegal, eles é... A Receita...”*³⁶

A conceitualização do desemprego ou das formas de trabalho considerado informal-precário não se restringe ao circuito fechado destinado a quadros normativos e das instituições que intervêm junto à população designando como desempregada/empregado,

³⁵ FILHO, Samuel BencK; SANTOS, Sérgio de Paula, op cit. p 2.

³⁶ Claudinei da Silva de Oliveira. Entrevista realizada no dia 14 de novembro de 2004.

ativo/inativo, entre outros, se expressa também na esfera subjetiva, nas experiências das pessoas que vivenciam tais situações. Desse modo, como Claudinei, muitos dos sacoleiros e laranjas, aprendem a lidar e (re) significar também seu trabalho, de acordo com suas trajetórias individuais e coletivas, nas suas relações concretas, praticada numa determinada dinâmica, que vai muito além da dicotomia formal/informal, legal/ilegal, prontamente classificável e definida.

Ao contrário dos demais depoentes, Claudinei não se casou e não tem filhos, fato que para ele contribuiu para dar continuidade aos seus estudos³⁷. Claudinei migrou de Toledo (PR) para Foz do Iguaçu, no final da década de 90, aderindo à prática de laranja, por intermédio de um amigo que trabalhava já há algum tempo na atividade.

Da mesma forma que sua chegada ao município foi impulsionada dentre uma série de fatores, pela propaganda positiva de amigos e familiares que aqui já moravam e confirmavam a probabilidade de um futuro melhor. Para ele o ofício lhe proporcionou o ingresso e a manutenção de sua faculdade, a compra de sua casa, do seu carro e o sustento de seus pais. *“Olha não é muito, mais hoje eu já tenho meu carro, minha faculdade, minha casa, uma casa boa, boa mesmo no Parque Imperatriz, é no Imperatriz ...”*³⁸.

Tais aquisições ainda não impediram que o depoente ponderasse sobre sua condição de trabalho, expressando seu desejo de um dia desvencilhar-se da intitulada informalidade, e, conseqüentemente, arrumar um emprego estável, amparado constitucional e socialmente:

“Ninguém quer ficar ali, qualquer um, você pode fala, com dez pessoas no Paraguai, ninguém vai falar pra você que gosta de trabalhar lá né? Porque né? É um lugar é... Uma atividade ilegal assim, ninguém gosta de trabalhar, é um trabalho sofrido. Oh, oh, eu acho assim que, que é, e acho que a que a pessoa tinha que, que, o pessoal que vive disso, tinha que usa isso pra muda, a minha referência e como todas as outras que deram certo assim é... Usa de uma forma legal assim isso, e assim é uma fonte de renda. Então vamo, vamo saber usar sabe, porque ali é sofrido, você tem que sabe usar e a forma, o jeito de você usa o dinheiro, que não seja desperdiçando, que não seja de forma errada, tentar estudar crescer pra poder sair dali. Que nem eu, eu tenho minha família tal entendeu? Então, eu tive princípios, educação né? Eu, eu usei aquilo como um trabalho digno, né? Tô estudando, né? Tô trabalhando né? Eu tô, tô crescendo, assim e tal, mas de forma que, que eu... De forma positiva que eu ganhei dinheiro lá. Mas tem muita gente

³⁷ Na época da entrevista Claudinei realizava o terceiro período do curso de Educação de Educação na Faculdade CESUFOZ (Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu) de caráter privado. Atualmente Claudinei ainda atua no comércio inter-fronteira.

³⁸ Claudinei, entrevista já citada.

que usa de forma negativa né? Que são com as drogas com o álcool, sabe com outras coisas, que na verdade não tem expectativa de vida nenhuma...”³⁹

É interessante notar, na narração acima, a maneira como Claudinei situa-se e percebe suas relações de trabalho. Ao fazer uso de referências morais e familiares, ele procura diferenciar-se daquelas pessoas que “... *não tem expectativa de vida nenhuma...*” e distinguir-se do universo caótico e turbulento da fronteira. Nesse sentido, vencer os empecilhos e dificuldades na atividade ou buscar alternativas torna-se uma conquista importante, para Claudinei, na construção de valores e objetivos de vida.

Nessa perspectiva, Foz do Iguaçu, pelo menos num primeiro momento, é construída nas locuções desses trabalhadores enquanto campo de possibilidades. Além da rede de relações pessoais, persiste ainda, uma forte influência dos meios de comunicação, dos jornais, revista, rádio que divulgam constantemente Foz do Iguaçu como cidade do turismo e da energia, vendendo a imagem de uma rede hoteleira e comercial promissora.

Marco Aurélio representa um desses milhares de trabalhadores, que ao fugir do desemprego, depositou em Foz do Iguaçu a esperança de dias melhores, ou pelos menos a garantia de conseguir trabalho.

O desejo de adentrar no mercado de trabalho, ao lado da necessidade de prover sua subsistência e posteriormente de sua esposa e filha de quatro anos, marcou desde muito cedo a trajetória de Marco Aurélio da Silva. Nascido em Cascavel (PR), aos vinte quatro anos, atualmente residindo no bairro Vila “C”, ele relatou que já exerceu as mais variadas atividades nas áreas do comércio iguaçuense desde sua chegada ao município em 1990. Antes de se estabelecer na atividade, sua inclusão enquanto laranja é assinalado por ele, pelas muitas idas e vindas em outras tarefas: “*já trabalhei no supermercado, na farmácia, no frigorífico, di vigia, já fiz de tudo um pouco*”. Da mesma forma que seu curto tempo nos trabalhos é justificado por ele pela pouca credibilidade do “*jovem no mercado de trabalho*”.

Ao contrário de dona Nelci ou Cícera, o exercício em Ciudad Del Este, mesmo que não acompanhado por uma série de regulamentações que o ampare enquanto trabalhador, apresentou-se para Marco Aurélio como um fator preponderante na possibilidade de maiores retornos financeiros:

³⁹ Claudinei, entrevista já citada.

“Eu já trabalhei uns três, quatro anos no Paraguai. Daí parei de trabalhar. Eu, quando eu casei com ela, a gente foi pra Lajeado do Sul, e lá eu trabalhei em outros lugares. Daí eu voltei pra Foz, e comecei a trabalhar em farmácia, trabalhei um ano e pouco. Daí meu tio me chamou pra trabalhar no Paraguai, eu fui... E ali eu ganho mais do que qualquer outro serviço”.⁴⁰

Sobre outros aspectos, ele ainda realiza um exercício de reflexão no que tange ao não tomar a atividade enquanto profissão, e principalmente de como ele encara seu exercício, pois:

“Eu gosto da atividade, mas não tiro enquanto uma profissão, porque não é uma coisa que eu não quero pra minha vida, mas uma coisa que eu tô fazendo agora e pra mim está sendo bom. Eu não chamo isso de profissão, mas é uma coisa que eu tenho... Mais é uma coisa que tá me dando lucro por enquanto. Porque tá... Eu sei que não vai ser pra sempre...”⁴¹

Desse modo, as escolhas também se fazem presente na vida desses sujeitos, o que impede que avaliemos o ingresso desses trabalhadores na atividade de sacoleiro e laranja apenas sobre uma ótica da necessidade econômica, existindo outras dinâmicas e significados na trajetória de vida e de trabalho desses sujeitos.

Entretanto, Marco Aurélio levanta alguns aspectos negativos no seu exercício, dentre eles encontra-se a dependência com os “compradores de fora”, pois sua tarefa de comprar e repassar com seu tio aparelhos para DJs e iluminação para casa de shows, está sujeito exclusivamente às necessidades das encomendas já solicitadas de São Paulo.

Apesar de “*gostar da atividade*”, na sua fala ficou claro que a escolha pelo exercício veio ao encontro de suprir suas necessidades mais imediatas também, encarando como um trabalho passageiro, mesmo que a insegurança de ingressar em outros empregos seja constante em sua argumentação. Para a maioria dos trabalhadores sacoleiros e laranjas informar sobre as formas e maneiras de ingresso na atividade que exercem, requer a elaboração de uma justificativa plausível para si e para os outros, que legitime a própria condição de trabalhador na fronteira.

⁴⁰ Marco Aurélio, entrevista já citada.

⁴¹ Marco Aurélio, entrevista já citada.

A necessidade de esses sujeitos elaborarem e apresentarem uma justificativa plausível sobre suas condições de trabalho revela a importância da centralidade do trabalho, enquanto forma de integração social, e as consequências econômicas, sociais e morais de sua ausência. Enquanto força de trabalho, estes sujeitos necessitam assegurar a sua própria reprodução social, e muitas vezes da família. Não sendo capaz de assegurar através de um emprego assalariado, o trabalhador precisa encontrar outras alternativas de sobrevivência, mesmo que sob o rótulo de informal ou provisório que lhes permitam viabilizar sua existência e fugir do desemprego.

Conforme Luiz Paulo Oliveira, em sua investigação sobre os trabalhadores de rua na cidade de Salvador, esse caráter, julgado “provisório” para muitos trabalhadores, como foi o caso de Marco Aurélio, transforma-se em “permanente”, contribuindo para as novas relações entre capital e trabalho, que visa camuflar as mais variadas formas de trabalhos de rua, ou considerar um caso atípico diante do mercado de trabalho urbano, mas que simultaneamente depende dessa força produtiva, passando a ser uma normativa do mercado flexível, englobando a maioria da classe trabalhadora. Em suas considerações o autor ainda destaca:

“ A práxis do trabalhador informal se realiza na negação e afirmação do “provisório e permanente”, que se constituem como dimensões inseparáveis de uma condição. Do ponto de vista da elaboração e das representações dos sujeitos à inserção na informalidade é concebida como uma solução “provisória” para o drama do desemprego e uma forma plausível de reprodução social, mas o próprio tempo de permanência e a negação de suas elaborações , demonstrando que os sujeitos fincaram raízes no trabalho informal.” ⁴²

A própria incerteza da duração da atividade na região diante das perseguições e pressões dos órgãos Federais, da dependência com o país vizinho e com os futuros compradores aqui no Brasil, faz com que Marco Aurélio marque essa temporalidade como “*Eu sei que não vai ser pra sempre*”. Essas questões estão constantemente marcadas num ir e vir nas narrativas da maioria dos depoentes; ao mesmo tempo, em que falam das suas atividades anteriores ao exercício de sacoleiro e ou laranja, da vontade de (re) ingressar ao mercado considerado formal, expressam suas decepções com relação aos enclaves enfrentados ao longo de sua trajetória no mundo do trabalho (desemprego, idade,

⁴² OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus, op cit. p 169 e 170.

qualificação profissional, etc..) e projetam suas expectativas para o futuro: *“Eu tô estudando, tô fazendo o supletivo, sabe, tô fazendo um curso di vigia, pra vê se trabalho numa empresa tipo a Itaipu, ganha mais também né... Do que o Paraguai né ?”*⁴³

Diante dessas circunstâncias, a questão salarial torna-se uma das referências nas locuções desses sujeitos. A maioria constata que a média de salário se estende entre um a três salários mínimos. Muitos, principalmente entre os laranjas, ressaltam que atividades nesses últimos cinco anos, devido a uma série de fatores que vai desde a alta do dólar à fiscalização da Receita Federal, *“não dá nem pro gasto”*. Essa preocupação perpassa ao longo de suas interlocuções, mesmo porque a renda da atividade torna-se primordial, por vezes única, no sustento familiar, visto que a maioria que integra o núcleo domiciliar, pais, esposa, filhos se encontram desempregados ou atuam conjuntamente no exercício.

Contudo, isso varia de acordo com a posição que o trabalhador ocupa no comércio de mercadorias importadas. Neste caso estamos lidando com os sacoleiros e laranjas residentes em Foz do Iguaçu, dentre uma diversidade de categorias e funções que se ocupam a comprar, repassar, distribuir e revender os produtos paraguaios. Isso ainda permite observar que essa complexa dinâmica, que em vários aspectos foge do alcance dessa pesquisa, mas que é relevante para futuras investigações, não está condicionada as preocupações exclusivamente locais; a começar pela origem e produção dessas mercadorias, fabricadas em diferentes lugares do mundo, e que chegam a Ciudad Del Este para prontamente serem distribuídas no Brasil aos inúmeros camelódromos, shoppings populares e cadeias de “1, 99”, entre outros.

Ademais, para compreender esta ampla rede de relações que contempla o comércio paraguaio e brasileiro, é preciso situar o grupo heterogêneo de trabalhadores que atuam nesse espaço. Nele encontramos, além dos laranjas e sacoleiros, os vendedores ambulantes, taxistas, moto - boys, catadores de papel e latinhas, entre outros brasileiros que depositam no comércio inter-fronteiras seu principal meio de sobrevivência, porém sem nenhum direito trabalhista.

A este volumoso número de trabalhadores residentes em Foz do Iguaçu, estimados em aproximadamente 40 mil pessoas que dependem direta e indiretamente do comércio paraguaio, adiciona-se ainda aqueles oriundos do próprio Paraguai, que trabalham tanto nas

⁴³ Marco Aurélio, entrevista já citada.

lojas e barracas em Ciudad Del Este quanto no transporte de mercadorias adquiridas pelos sacoleiros.

Desse modo, apesar do cotidiano na fronteira ser marcado por um conjunto de relações turbulentas num primeiro momento, há necessidade de uma organização hierárquica entre os trabalhadores, onde a função de cada sujeito já está definida na circulação de mercadorias disponibilizadas em Ciudad Del Este, pelo menos para os sujeitos que experimentam esse universo. Como é o caso do Marco Aurélio, que explica:

“Um sacoleiro, um muambeiro, na verdade, é, a, a pessoa que tem dinheiro e que trabalha com o dinheiro dele, e vem pro o Paraguai, e faz, faz, compra e pega, uma, um laranja, uma pessoa pra atravessar. Então, o laranja, é só a pessoa pra atravessar ali. O laranja na verdade não tem dinheiro nenhum. O laranja é um miserável, entendeu? Quem, quem ganha dinheiro é o muambeiro, a pessoa que tem dinheiro pra podê trabalhar, entendeu? Eu, eu trabalho, com, com, meu tio, trabalho com ele. A maioria dos “ laranjas” tem quatro a cinco patrões. Na verdade eu só trabalho com ele, sou quase sócio dele. Laranja, laranja mesmo sofre dentro do Paraguai, trabalha, trabalha e não ganha dinheiro.”⁴⁴

O trecho acima expressa como as categorias e as relações entre os laranjas e sacoleiros são bem definidas para Marco Aurélio, mesmo que não se considere enquanto parte integrante daquele grupo “*miserável, que não ganha dinheiro*”, já que trabalha em conjunto com seu tio, empregador e possuidor do dinheiro para a realização das compras em Ciudad Del Este. Imbuído de uma hierarquia de valores, percebe-se, que ao afirmar-se como um “*quase sócio*” do seu tio, Marco Aurélio aposta num diferencial diante dos demais trabalhadores, não se incluindo enquanto trabalhador laranja que experimenta as mais variadas situações diariamente.

Marco Aurélio ainda observa que a repressão das políticas públicas em torno do comércio de importados, contribuiu nesses últimos anos, para a falência financeira de muitos dos sacoleiros, tanto aqueles que se dirigiam para Foz do Iguaçu quanto os trabalhadores que residem no município. “*Mais o pessoal... Muita gente se deu mal, muita gente se quebrou, até gente... Sacoleiro, que tinha dinheiro mesmo*”.⁴⁵

Por sua vez, essas incertezas e instabilidade que permeiam a atividade, chocam inúmeras vezes com o recomeço para muitos trabalhadores que buscam se situar no mundo

⁴⁴ Marco Aurélio, entrevista já citada.

⁴⁵ Marco Aurélio, entrevista já citada.

do trabalho, a exemplo de dona Sebastiana. Diferente de dona Nelci, dona Sebastiana demonstrou entusiasmo dos tempos em que trabalhava no Paraguai, das relações com os demais colegas de trabalho e da simpatia com seus “patrões” que se estabeleceu ao longo de seus anos de exercício enquanto laranja.

Dona Sebastiana Dock migrou de Dois Vizinhos (PR) para Foz do Iguaçu com dezesseis anos de idade, juntamente com uma família na qual prestava serviços de doméstica e babá. A dificuldade de se adequar ao ambiente e a vizinhos estranhos no bairro, intitulado “favela da marinha”, em que vive até hoje e onde conheceu seu marido, caminhou juntamente com os empecilhos encontrados na procura de emprego no município. Já casada e com três filhos, trabalhou como pescadora, diarista e limpando quintais. Tais ocupações possuíam como característica a ausência de contrato legal de serviço, a baixa remuneração e a curta permanência nas atividades. Atualmente, com quarenta e dois anos, esta relembra como exercício de laranja reluziu em momentos difíceis enfrentados pela família:

“Quando eu vim pra Foz do Iguaçu, eu tinha dezesseis anos. Quando eu cheguei aqui meu marido era pescador, eu fui pra barranca do rio (Paraná) com o meu marido. Aí comecei a pesca com ele, embaixo de uma lona preta pescando com ele... Aí ele começou a, a doé , o... Deu uns negócio nele, tipo um piripaque no coração... Aí ele fez o exame, deu que ele tava sofrendo do coração... Aí não tinha o quê ponha na panela, não tinha trabalho, por falta de estudo não tinha como arruma emprego... Fui pro Paraguai. Cheguei no Paraguai comecei passa mercadorias, me chamaram pra passa mercadoria... No outro dia fui de volta, já deu para paga os exame do meu marido... Aí comecei a trabalhá a semana inteira, as minhas panelas já começaram enchê de comida, porque daí não faltava leite pra crianças. E daí foi através do Paraguai, dos sacoleiros, Elen ... Se não fosse eles, os sacoleiros... Eu tava passando fome até hoje”.⁴⁶

A narração de dona Sebastiana é sustentada por argumentos densos (tais como a doença do seu marido, sua falta de estudo, os poucos rendimentos enquanto pescadora, fome), no que se refere à possibilidade de justificar como necessária e bem vinda sua inserção no comércio de importados de Ciudad Del Este. Percebe-se, que ao narrar suas expectativas em relação a trabalhar como laranja, dona Sebastiana evidencia que para ela, seu trabalho representou a possibilidade de melhores condições de vida. A meu ver, essas expectativas aconteceram, devido à superação dos problemas vividos antes de atuar na

⁴⁶ Sebastiana Viera Dock. Entrevista realizada dia 01 de julho de 2006.

atividade, já mencionados acima, o que de certa forma, cria uma memória relativamente positiva sobre atividade.

Seu “gosto pela atividade” representava também uma possibilidade viável para dona Sebastiana de (re) construir sua vida no município, a partir de então trabalhar para o bem estar da sua própria família, fator que distanciava da realidade vivida pela depoente, abandonada pelos seus pais quando era criança.

É interessante perceber como Foz do Iguaçu transparece para alguns dos entrevistados como uma imagem de cidade promissora, e, portanto, com a esperança de empregos para todos que ali se dirigirem. Mesmo para aquelas pessoas, como dona Marinetti, de quarenta e cinco anos, e seu marido, que chegaram ao município sem muita noção de como seria a vida em outro local, a certeza de encontrar um trabalho de imediato não foi descartada:

“Que noís tá aqui em Foz, que eu tô aqui faz doze anos, ele veio um ano e pouco na frente. Porque eu vim embora de Planalto, eu trabalhava num hospital lá, eu era cozinheira lá no hospital. Daí a firma que ele [marido] trabalhava foi à falência, daí eu tenho uma irmã que morava em Foz, falou assim: “vão embora pra Foz trabalhar”. Então a vida nossa era, é, é essa, trabalha, é sofrido porque é sofrido... E em Foz noís achava, achava que ia consegui emprego logo, melhor né? Faze capital, e tamo aí hoje trabalhando de laranja... Daí só consegui e eu meu marido trabalha... trabalhei como laranja... E é sofrido porque é sofrido, é uns dos piores empregos, que nem diz o outro é o laranja, porque corre dos federal, se esconde, já perdeu muita mercadoria...”⁴⁷

A depoente ainda conta que toda a sua família trabalha exclusivamente para um dono de lojas de “1,99” residente em Minas Gerais, que lhes envia dinheiro quinzenalmente para aquisição dos produtos importados. Assim, enquanto ela e sua filha ocupam-se em comprar e repassar as mercadorias para Foz do Iguaçu, em geral, utensílios domésticos e materiais escolares, seu marido tem a função de levá-las até seu destino final.

Ao narrar suas perspectivas e motivos que levaram sua família a migrar de Planalto (PR) para Foz do Iguaçu em meados dos anos 90, dona Marinetti recompõem sua experiência de vida no trabalho e na cidade. Para Marinetti, o trabalho de laranja era visto como tempos difíceis, por mais que sua filha e marido engajados também na atividade trabalhassem o retorno não era suficiente, para estimular novas conquistas e sonhos:

⁴⁷ Marinetti Rios. Entrevista realizada no dia 20 de julho de 2007.

“Olha, eu, noís, pelo menos só tiramos pra sobreviver, pra sobra pra fazer capital... Noís ainda não conseguimos, pra sobrevive dá, mais assim pra sobra pra faze grande capital não, pra noís até agora não deu”⁴⁸.

Na expectativa de trabalho remunerado, na opção pela cidade de Foz do Iguaçu para uma vida com mais conforto e alternativa, dona Marinetti refaz nas suas lembranças e memórias o que imaginou viver e trabalhar na linha Foz do Iguaçu – Ciudad Del Este.

Ao contrário de muitos trabalhadores que ingressaram na atividade, como foi com dona Marinetti, pelas indicações de familiares, vizinhos, dona Sebastiana, inicialmente, não recebeu *“ajuda de ninguém”* para atravessar a Ponte Internacional da Amizade e torna-se laranja. Ao chegar a Ciudad Del Este ela contou com o apoio dos comerciantes paraguaios, que contribuíram indicando seus serviços:

“Porque eu tinha quatro, cinco patrão de fora, do Rio, São Paulo, Santa Catarina, eu conheci através do Paraguai, das lojas do Paraguai, eles chegam ali. Eles falam “eu quero uma pessoa de confiança ali, pra passa pra mim”. Aí os próprios donos da loja, já conhece a gente “ Oh, tem uma pessoa de confiança ali, que eu posso ponha essa, essa pessoa pra passa, pra você”... E daí ponha eu, eu posso, entrego e eles me pagam...”⁴⁹

Esses *“patrões que são de fora”* são os sacoleiros ou também intitulados contratadores, provenientes das mais diversas regiões do país, que trabalham em parceria com os designados laranjas que atravessam a Ponte Internacional da Amizade diariamente, comprando e /ou levando os produtos comprados em Ciudad Del Este para o lado brasileiro. Segundo dona Sebastiana, sua tarefa demanda principalmente *“confiança”*. Daí a importância dessa categoria para o desenvolvimento e funcionamento da atividade, visto que eles são os grandes responsáveis pela resguarda de supostos ladrões e passagem com segurança das mercadorias importadas pela aduana Federal até seu lugar de destino.

Esses trabalhadores ainda vão se adequando às novas relações de trabalho, estabelecendo contato com os demais trabalhadores, bem como travando conflitos com a *“julgada concorrência”*, mudando de produtos devido às exigências do mercado consumidor.

⁴⁸ Marinetti Rios, entrevista já citada.

⁴⁹ Sebastiana Dock , entrevista já citada.

Durante muitos anos dona Sebastiana conciliou o exercício de pescadora e laranja, revelando o cruzamento das duas atividades de suma importância para o orçamento familiar. Segundo ela, seu dia era dividido em horários definidos, com ritmos de trabalho muito distintos, com o turno da manhã destinado para a pesca, juntamente com seu marido, e os demais períodos para comprar, repassar os produtos adquiridos em Ciudad Del Este:

“Eu arrevistava a rede, tirava os peixe, ponhava o peixe, ponhava no freezer, tinha dois freezer... Daí eu corria pro Paraguai. Às cinco horas da manhã eu tava saindo às onze e meia da noite eu tava revistando meu material. Essas horas as redes tava tudo revistado e daí eu corria pro Paraguai. Só tomava um banho, às vezes, às vezes, nem banho tomava, só lava a mão né? Chegava cheirando peixe no Paraguai (risos). E daí chegava no Paraguai, passava a mercadoria e tudo...”⁵⁰

Longe de ser uma exceção à regra, a locução de dona Sebastiana reforça a rotina de milhares de pessoas, que se dedicam a mais de uma atividade diariamente, com uma intensa jornada de trabalho e com rendimentos mínimos. Ela ainda relembra, que embora necessária, a prática de pescar com seu marido no rio Paraná, rio que margeia a cidade, desde sua vinda para Foz do Iguaçu, raramente proporcionou abundância de pescados, lucros ou a satisfação necessária para trabalhar.

Satisfação não alcançada, na sua concepção, pela ausência de programas assistenciais aos pescadores, denunciando que o descaso não se restringe apenas a determinadas categorias de trabalho intituladas marginalizadas ou ilegais, mas apresenta-se como uma situação de centenas de moradores do município: *“Mas a pesca acabou né? Elen, não sobe mais o peixe. Depois que fecharam aquela, aquela usina de peixe na, na Argentina, no Paraguai, o peixe não tem como subi e ninguém aqui ajuda noís... Que adianta ter uma profissão de pesca Elen...”*⁵¹

A exclusão de dona Sebastiana e de seu marido nas suas formas herdadas e específica de trabalhar, adiciona-se à situação de milhares de trabalhadores que tendem a permanecer e possuir como característica comum à ausência de um contrato legal de serviço, a baixa remuneração, a instabilidade nas profissões, somando-se ao contingente dos chamados trabalhadores informais, precários e/ou desempregados.

⁵⁰ Sebastiana Dock , entrevista já citada.

⁵¹ Sebastiana Dock , entrevista já citada.

Tal conjuntura acima descrita vai de encontro com a história de vida de Sebastião de Oliveira e da persistência em alcançar uma vaga no mercado de trabalho, levando outros caminhos, jamais trilhados por ele:

“E pra você vê, um tempo eu era, era di menor, eu comecei trabalhando era di menor... I dispois eu tive um pouco de estudo, eu não conseguia arruma um emprego bom. Pra você ganha, pra você trabalhá, pra você sobrevive né, ainda mais eu que sou casado, tenho uma mulher, tem filho, tem dispesa de casa... E como sacoleiro, que nem eu tive oportunidade de tá trabalhando hoje eu consigo sobrevive, consigo... Manté minha família, minha casa...”⁵²

Sebastião oferta suas mercadorias (relógios, bolsas, brinquedos, calculadoras, etc.) na Avenida Brasil, localizada no centro da cidade de Foz do Iguaçu. Natural de Dois Vizinhos (PR), aos vinte sete anos, Sebastião atua no setor informal há mais de dez anos, confessando nunca ter possuído qualquer outra atividade remunerada ou com registro em carteira.

Para ele o seu trabalho é fundamental, considerando que do seu exercício, depende o acesso à saúde, a alimentação e escola para seus filhos, incluindo a quitação da sua casa no bairro Maracanã. O alcance do seu primeiro imóvel representou uma conquista importante, assim como foi a aquisição de sua banca, como Sebastião narra: “... *há onze anos eu trabalho como sacoleiro, vendedor ambulante, comecei trabalhando com um senhor é ... De vendedor e, e, aí ele, pôs um negócio particular para ele, e aonde eu fiquei trabalhando pra mim, ele transferiu a banca pro meu nome e eu fiquei trabalhando como vendedor ambulante.*”⁵³

A inserção na atividade representa o caminho para o primeiro emprego para milhares de jovens, bem como a maneira encontrada para muitas pessoas consideradas idosas ou desqualificadas para (re) ingressar no mercado de trabalho a fim de superar as dificuldades financeiras e pessoais.

Dentre os entrevistados, perpassando cinco mulheres e cinco homens, com idades que variam dos vinte três a quarenta e seis anos, a maioria confessa atuar nas relações do chamado “contrabando” por falta de opções no mercado de trabalho intitulado regular no Brasil.

⁵² Sebastião de Oliveira. Entrevista realizada no dia 21 de fevereiro de 2004.

⁵³ Sebastião de Oliveira, entrevista já citada.

O baixo nível de instrução escolar instituiu-se como um dos principais motivos para inserção e permanência na atividade. Dos dez entrevistados, apenas Claudinei deu continuidade aos estudos. Os demais, embora reconheçam a relevância dos estudos, justificam sua não permanência, através do conjunto de empecilhos e a outros encargos, tais como sobrecarga de trabalho, família e afazeres domésticos.

O alcance de certo grau de escolaridade torna-se, para esses trabalhadores, indispensável e serve como porta de entrada para a chamada formalidade. Tais preocupações permaneceram presentes na narrativa do sacoleiro e vendedor ambulante Dário Ribas Maodonado. Natural de Amambaí (MS), com trinta e três anos, casado, ele confessa, que mesmo diante de tantas adversidades e inconstâncias que o trabalho acarreta, “retira forças” em benefício à formação escolar de seus quatros filhos, buscando apaziguar as suas frustrações e decepções com o trabalho:

“A educação em primeiro lugar né... E o trabalho também, pra pode fazer que eles no futuro tenha um emprego bom. Pra não vim a acontece que nem aconteceu comigo né? Oh! Justamente na época mais difícil, que eu precisava eu não tinha estudo, daí eu não tinha conhecidos né? Aonde veio a acontece isso né? Então, eu no futuro, no, no presente pra frente é trabalha... Dá... Dá estudo pro meus filhos né? Dá uma faculdade, assim por diante...”⁵⁴

Portanto, Sr. Dário reforça que um dos motivos que levou sua família a vir para o município está justamente na preocupação em dar continuidade aos estudos de seus filhos e conseqüentemente sua profissionalização. Assim, todo projeto de vida do trabalhador é justificado primeiramente pela formação escolar dos seus filhos, para que não tenham o mesmo destino dele, transpondo para sua narrativa uma perspectiva de futuro, não para si, mas para seus descendentes.

Essa ausência de qualificação e escolaridade é ainda sentida principalmente entre as mulheres laranjas e sacoleiras. A isto está associada, a grosso modo, a inserção ao trabalho ainda quando crianças ou a imposição dos pais, necessitados da ajuda dos filhos nos serviços de casa e/ou no campo, o que acarretou um número maior de desistência, atribuídas também a falta de importância dada à formação estudantil feminina. Isso se torna evidente quando dona Nelci relembra a sua fase de criança, quando ficou impossibilitada de continuar seus estudos, estagnada na quarta série do primeiro grau, pois foi coibida pelo pai

⁵⁴ Dário Maldonado Ribas . Entrevista realizada no dia 21 de fevereiro de 2004.

autoritário, e também devido às migrações da família para o Paraguai e Rondônia: “(...) eu parei de estudar, mas a minha vontade era de estudar, eu tinha um sonho de ser professora, e meu pai tirou esse sonho de mim... É verdade o sonho de ser professora...”⁵⁵

Nessa perspectiva, ainda, dona Sebastiana pondera que as diversas ocupações que já exerceu sem nenhum amparo trabalhista, devem-se ao fato de que “*nunca ter ido para a escola... E que ninguém vai dar mais emprego pra uma velha de 40, 42 anos*”.

Por outro lado, ao narrar sua trajetória, suas dificuldades de existência que necessariamente passa pela “falta de estudo”, dona Sebastiana, revela nesse processo de construção do sujeito, uma compreensão do social e das desigualdades de oportunidades que permeiam ainda suas relações de trabalho: “... *eles [Agentes da Receita Federal] fazem isso Elen, tomam nossa mercadoria, porque eles ganham bem né, ganham. Eles tão com dez mil por meis né? Por isso que eles não tão nem aí com a gente...*”⁵⁶

Esses trabalhadores considerados “não qualificados” ao chegarem e se estabelecerem na cidade, desenvolveram estratégias de sobrevivência e de adaptação no cenário urbano. Essas estratégias constituem-se enquanto alicerces importantes na construção desses sujeitos nesse espaço social.

Quando contrabalançada com seu passado de fome e carências, dona Sebastiana encara de maneira positiva sua inserção na atividade como laranja. Segundo ela, graças a seu exercício, foi possível prover o sustento de sua família, construir sua casa, e, sobretudo, viabilizar a educação dos seus filhos:

“Eu já fiz de tudo na vida, só não roubei e virei puta, já carpi, já rocei, só não roubei, viche Maria! Até já fiz massa de cimento, já ajudei assenta na casa. Tudo, tudo que eu já tinha que trabalhei na minha vida. Eu que tenho essas coisinhas aqui, a casa, meus móveis, aqui é do Paraguai, dei estudo pro meus filhos, porque se eu não fosse o Paraguai, eu não tinha nada.”⁵⁷

A atuação como laranja ao longo de dez anos, apresenta-se para dona Sebastiana, como um alicerce primordial para a afirmação de “trabalhadora honesta e respeitável”. Mesmo porque, ao narrar que “*Eu já fiz de tudo na vida, só não roubei e virei “puta”*”, ela expressa também que ao longo de sua história as tensões são vividas enquanto valores,

⁵⁵ Nelci, entrevista já citada.

⁵⁶ Sebastiana Dock, entrevista já citada.

⁵⁷ Sebastiana Dock, entrevista já citada.

confrontando ora, com ações que moralmente são avaliadas como aceitáveis, tais como trabalhar, ora com ações consideradas inaceitáveis, como roubar, por exemplo.

Logo, o que para a maioria dos jovens, como Marco Aurélio, o trabalho intitulado informal tende a ser uma condição provisória, embora essa possibilidade ou anseio de (re) integração ao mercado de trabalho intitulado formal não esteja certamente datada. Para os mais velhos, a exemplo, de dona Sebastiana, o exercício de laranja ou sacoleiro, passa a depender de seus atributos pessoais, apresentando como uma forma de re (inserção) no mercado de trabalho, mesmo que considerado informal e precário.

Através das locuções desses trabalhadores, ressalta-se que a categoria trabalho apresenta-se como referência central em suas vidas, se estendendo não só em sua dimensão econômica, mas também no seu universo cultural e simbólico. A narração de dona Sebastiana, em alguns sentidos, apreende bem essas dimensões:

“Pelo menos eu, eu trabalhando, eu posso ajuda na casa né? Eu fico louca quando fico... Quando não posso ajuda meu marido em casa, tá louco. Mesmo porque eu acabo lá conhecendo muita gente né? E todo mundo gosta de mim. Toda a equipe dos sacoleiro queria que eu trabalhasse com eles, chegava a discutir entre eles pra, pra trabalhá pra mim de tanto que queria que eu trabalhasse com eles, de tão boa pessoa que eu era. É toda vida... O Paraguai pra mim é toda vida melhor...”⁵⁸

Fato perceptível quando analisam as reações daqueles que vivenciam cotidianamente o flagelo do desemprego. Para algumas dessas pessoas que foram expulsas do mercado de trabalho considerado formal, o exercício de sacoleiro e laranja, aparece como possibilidade de superação de suas carências, do desemprego, ao passo que se reafirmam enquanto sujeitos trabalhadores, dotados de algum sentido social e útil.

Embora, dona Sebastiana em várias ocasiões expresse um juízo de valor positivo sobre seu exercício, ao falar das condições de trabalho não aparecem da mesma forma. Na verdade, esses trabalhadores experimentam de maneira particular e compartilhada, as barreiras concretas colocadas no seu cotidiano, ou seja, com ação da Receita Federal no combate as suas práticas, os perigos na travessia das mercadorias, os conflitos internos da categoria, entre outros aspectos.

Em muitos momentos as narrativas dos sacoleiros e laranjas mesclam-se com as dúvidas, incertezas e confusões no que tange as possibilidades de permanecer na atividade

⁵⁸ Sebastiana Dock , entrevista já citada.

e/ou as vantagens e desvantagens de adentrarem no mercado tido formal de trabalho. É o caso, do sacoleiro e vendedor ambulante, Elvis Ramon Martins de Freitas. Natural de Foz do Iguaçu, casado e com vinte oito anos, a escolha pela profissão justifica-se pela ausência de emprego na região, bem como pela sua trajetória individual e familiar no ofício de rua enquanto artesão. Como ele descreve:

“Sou daqui de Foz do Iguaçu mesmo né? Eu sou, sou ... Autônomo porque não tive muita oportunidade de serviço, entendeu? Tudo que eu tenho hoje, eu comecei com oito cordão de miçanga né? Antigamente era artesanato, tinha dia que fazia três real, tinha dia que fazia cinco real. Tem dia que ficava até sem comê, entendeu? Pra pode ajunta um dinheiro pra aumentar o capital da minha mercadoria. A partir do momento que eu consegui minhas coisas, a minha estabilidade... Que eu tenho hoje, quando eu entrei no mundo da pirataria né?”⁵⁹

A necessidade de afirmar-se enquanto autônomo gira em torno da própria atração pelo seu exercício de comprar seus produtos mais especificamente CDs e DVDs, em Ciudad Del Este e revender no centro da cidade vizinha a “preços vantajosos”. Assim, “o mundo da pirataria”, representa para Elvis a compra da sua casa própria no Jardim Adriana, o acesso aos estudos para seus enteados, e principalmente uma remuneração maior, se comparado com a história de artesão herdada dos pais, marcada pela miséria.

Contrapondo-se, com a maioria dos entrevistados, Elvis nunca exerceu atividade regulamentada, o que em hipótese alguma o impediu de realizar uma auta avaliação das atuais condições dos “mundos dos trabalho” e do país:

“Isso é promessa da, da carteira de... Você vai no INPS [Instituto Nacional de Previdência Social], lá o pessoal num, num, trata bem né? Nada. Esse dinheiro que é, eles é arrecada do governo é só pra passeia, viaja de avião, tudo... Por isso... Que essa pobreza que, que aqui em Foz é, é, um... Milhões de, de dinheiro, entendeu? Se o pessoal usasse mesmo o dinheiro pra quilo, tudo mundo trabalhava, trabalhava... As empresas ia tranquilo, sabe... Hoje em dia nos tamo num, numa crise que o pessoal tudo mete a mão, né? São tudo lá sossegado. Que te promete um negócio... Se não tá água deles cortada, a luz deles cortada também e eles tendo um bifezinho na mesa deles o resto que se explode, você tá entendendo? Eu penso dessa maneira aí... Né? Eu vou no mercado todo sábado aí já tô pagando um, um... Imposto pago todo dia, porque tem que abastecem, tem que não sei o quê. Aí os cara entra no governo lá desvia, viaja assim... Rouba milhões, ninguém, ninguém, né? Entendeu? Esses dia a mulhe roubo um shampoo lá em São Paulo, ela pegou o

⁵⁹ Elvis Ramon. Entrevista realizada no dia 25 de maio de 2006.

quê três anos de cadeia, e quem rouba milhões não vai preso. Não, não tô ti falando a verdade?⁶⁰

“Mundos dos trabalho” que se reflete na locução do depoente, na sua luta pelo direito a viver na cidade, na criminalidade, as estratégias de sobrevivências lançadas diariamente. É preciso ainda atentar que os argumentos construídos por Elvis, num emaranhado de denúncias e inconformismo diante da corrupção e desigualdades econômicas e sociais no país, não contribui apenas para convalidar seu trabalho, mas para legitimar sua condição de sujeito social e ativo, que paga seus impostos e cobra a ação das práticas públicas.

Trabalhando na atividade há mais três anos, este confessa que não se imagina *“fazendo outra coisa, que não vender meus CDs e DVDs”*. Foi decorrente entre os sacoleiros, laranjas e vendedores ambulantes a narrativa de que começaram na atividade como um bico até conseguir um emprego formal e foram *“ficando ou tomando gosto pela coisa”*. Aquilo que no princípio caracterizava-se como uma situação temporária, devido às condições de trabalho na cidade, acaba por tornar-se um modo de vida. Dona Sebastiana, Sebastião e Dário ressaltam, por exemplo, que atuam há mais de dez anos, contrapondo-se, de certa forma, com afirmativa de Eric Cardin:

“Não é tarefa fácil encontrar” sacoleiros que permanecem na mesma ocupação, por um período de dez anos ou mais de forma contínua, pois atividade é entendida por todos não como um emprego, mas como um “quebra galho”. A atividade é vista de uma forma funcional e provisória, ou seja, como um meio de solucionar problemas que podem surgir na vida cotidiana”.⁶¹

No caso do Sr. Dário Maldonado, esse quadro ainda se confronta com o fato de toda sua família ingressar na atividade. O depoente dedica-se, três vezes por semana, ao comércio comprista no exterior e a todos os demais riscos e surpresas que a trajetória oferece. Após, tentativas frustradas de ingressar em outras tarefas, o mesmo narra como vestiu a camisa de trabalhador na fronteira:

“ Olha eu sou nascido no Mato Grosso, na cidade de Amambaí, vivi com idade de oito, dos sete para oito anos. Depois, eu vim até o Paraguai e ali eu mudei pra Foz , onde eu comecei a trabalhar como funcionários de um mercado aos quinze anos.

⁶⁰ Elvis Ramon, entrevista já citada.

⁶¹ CARDIN, Eric, op cit. p 87.

Estudei pouco, depois fiquei desempregado muito tempo, aí onde surgiu à idéia de tá trabalhando informalmente. Aí aonde eu comecei a i atrás de emprego, e não encontrava né, aí aonde tendo a idéia de amigos né pra i trabalhá informalmente assim... Compra e revenda... Aí aonde noís, aonde eu comecei a i... E... Assim tudo foi se encaixando certinho e aonde eu comecei do ano 90 pra 91 a trabalhar... ”⁶²

A ausência de trabalho e as dificuldades encontrar emprego levou Sr. Dário e a sua mulher, residentes numa pequena casa cedida pela prefeitura no bairro Vila “C”, a atuarem como sacoleiros e vendedores ambulantes. Essa foi à forma que estes sujeitos encontraram para lidar com o fantasma do desemprego e com a tentativa de restrição de sua atividade por parte da Receita Federal, passando a contar com a rede de parentesco e amizades para vender seus produtos na Avenida Brasil, centro da cidade.

Ao entrar em contato com as histórias de vidas desses sujeitos, percebe-se que os motivos que levam esses trabalhadores para a fronteira e como eles encaram seu exercício são os mais variados, fato que impede a generalização de toda uma categoria visto a diversidade de experiências que compõem esses grupos.

Ademais, no que se refere ao quadro estabelecido na fronteira, torna-se difícil traçar um perfil nítido da categoria adicionado à imprecisão do número de trabalhadores que atuam nesse exercício, dado o conjunto heterogêneo de pessoas que compõem o universo de trabalhadores da região de Foz do Iguaçu. Entretanto, existem alguns aspectos entre os designados sacoleiros e laranjas que se destacam e que permitem realizar algumas considerações no intuito de apresentar esses trabalhadores contatados na pesquisa.

Há que se ressaltar, o deslocar entre o espaço da Ponte Internacional da Amizade e o centro da cidade, gerando percepções diferenciadas. Percebi que nos depoimentos dos, laranjas, sacoleiros e vendedores ambulantes, embora apresentem características de trazerem à tona lembranças e vivências comuns, quando se trata das tensões estabelecidas na atividade, distinguem claramente a forma como são tratados pelos sujeitos em questão. Enquanto que para os primeiros a Ponte Internacional da Amizade predomina nas suas narrativas enquanto espaço importante no seu cotidiano, os vendedores ambulantes privilegiam em suas memórias o centro da cidade como local de trabalho. Não que os seus viveres se resumam apenas a esses espaços, mas é que nestes, travam a maioria de suas

⁶² Dário Maldonado, entrevista já citada.

relações, com o poder público, com a Receita Federal, com os demais colegas de trabalho, com a concorrência, o que de certa forma, abarca parte significativa desse viver.

Dispondo de uma única máquina de produção para sua sobrevivência, ou seja, seus corpos, colidindo com as tropas das Polícias Federais, estes trabalhadores manifestam também sua consciência da atual situação em que se encontram, bem como avaliam suas conquistas e limitações.

Essas reivindicações, em suas formas políticas, para Maria Célia Paoli⁶³, expressam e relacionam-se diretamente no campo das carências desses indivíduos. Por outro lado, ela evidencia a autonomia de “*uma mão de obra considerada marginal aos setores econômicos que formam a baixada paulista da Baixada*”, numa arena de lutas e disputas, na medida em que não aceitam suas carências enquanto um modo de vida, mas enquanto superação.

Evidentemente, pelas próprias características desse debate, a preocupação da autora gira em torno da questão do *trabalho assalariado e trabalho não assalariado*, este último diretamente relacionado à condição de marginalidade. Em outros termos, o trabalhador marginal remete-se ao trabalhador não assalariado. Marginalidade, que enquanto conceito é tratado pela autora em sua historicidade, situando, sobretudo, a importância desses sujeitos considerados marginais desempenha no processo produtivo. Para ela:

“...Nas condições em que vive, o trabalho, longe de ser uma fonte de ascensão e de riqueza, é apenas um meio de sobrevivência (...). Deste modo, trabalho “sobrante” e pauperização exprimem o modo de ser “marginal”, e ambos surgem a cada tentativa que ele faz de realizar a autonomia definida em sua condição de trabalhador livre. É somente a partir daí que o trabalhador “marginal” passa a encarar o “vale-tudo” como premissa de sua existência, vivendo seus projetos e exprimindo suas ambigüidades.”⁶⁴

Contudo, não é nossa intenção tratar dos conceitos, como marginalidade, ou ao menos transpor em termos de análise da autora para o presente debate. O que nos interessa aqui é problematizar de que maneira as formas de trabalho assalariado, não assalariado, informais são inseridos nos repertórios de significados criados pelos sacoleiros e laranjas.

No caso de Foz do Iguaçu, a pauperização das condições de vida e trabalho contribui para que um número significativo de trabalhadores busque alternativas de

⁶³ PAOLI, Maria Célia P. M. *Desenvolvimento e Marginalidade: um estudo de caso*. São Paulo: Pioneira, 1974,

⁶⁴ Idem. Ibidem. p 85.

trabalho, como as atividades consideradas “informais”, “ilícitas”, no intuito de prover sua sobrevivência. Assim sendo, os sacoleiros e laranjas consideram-se, sobretudo trabalhadores. Porém, diferentemente dos assalariados, eles fazem uso de práticas e estratégias de sobrevivência que, na maioria das vezes, subvertem a ordem jurídica prescrita.

Consequentemente, o trabalho apresenta na vida e locuções desses sujeitos muito mais do que uma simples ocupação ou a probabilidade de um salário melhor para suprir suas inseguranças, significando projetos, expectativas de um presente e ou futuro melhor. Diante desse quadro, percebe-se a necessidade em repensar o significado que o conceito trabalho assume para esses sujeitos, bem como a própria percepção que eles têm de si mesmo enquanto força de trabalho.

Nessas circunstâncias, quando se trata de observar sua própria situação e ocupação no comércio de importados, dona Mariusa considera-se no grupo majoritário dos trabalhadores “*menos privilegiados*” devido aos escassos ganhos que obteve, nesses últimos anos, enquanto laranja.

Natural de Rancharia (SP), a longa trajetória itinerante da dona Mariusa Alves Souza e sua numerosa família de seis irmãos e seus pais, ao migrar para Minas Gerais, Mato Grosso, e por último, para Foz do Iguaçu, relaciona-se com a busca de novas oportunidades de emprego. A vinda para o município iguaçuense, na década de 90, representou o eldorado de expectativas e esperanças de um futuro melhor. Em sua memória, tal eldorado, foi dissolvendo-se à medida que:

“... meu pai trabalhava na Itaipu, depois ele foi mandado embora. Daí ele começou trabalhar em barragem, barragem aí o negócio foi apertando, apertando... Meu pai nunca deixou a gente [incluindo suas irmãs] trabalha ... Mas teve uma vez que ele não agüentou mais, o negócio foi apertando, aí estorou tudo e ele largou...E cada um faz, o quê quiser. Então cada um fez o quê quis. Daí então tá aí até hoje (risos).”⁶⁵

A probabilidade de sua família passar necessidades no local de origem, promovendo o deslocamento dos seus pais, irmãos e de dona Mariusa ainda quando criança, não descartou essa mesma probabilidade que também estava posta com a vinda para Foz do Iguaçu.

⁶⁵ Mariusa Alves de Souza. Entrevista realizada no dia 05 de fevereiro de 2007.

Com trinta e seis anos, já casada e com três filhos, dona Mariusa reintera que tanto ela quanto seu marido ingressaram como laranjas há dez anos atrás, impulsionados pela necessidade devido à ausência de empregos no município e pelos atrativos de lucro rápido. Em seu caso, mais especificamente, foi devido à irrisória remuneração obtida no trabalho de doméstica, como ela explica: “... pra você fica trabalhando de doméstica, tinha que espera trinta dias pra ganha dinheiro, di laranja não, di laranja você ganhava no dia. Então noís achava mais fácil tá trabalhando de laranja que trabaiá de doméstica. Aí a gente gostou de sé laranja, aí a gente foi largando, foi largando...”⁶⁶

Ao confessar a preocupante situação que sua família deparou-se quando seu marido viu-se expulso de sua função de empreiteiro de obras, o trecho acima expressa que estes sujeitos fazem escolhas também, avaliam suas condições de vida, mesmo que essa autonomia seja estruturada num contexto de sobrevivência e trabalho.

Todavia, para dona Mariusa, “o gostar de ser laranja, é marcado em dois tempos históricos muito distintos, ou seja, o do início da atividade em 1997, numa época “... Antes era bom... que noís ganhava dinheiro igual água” e o no momento atual 2007, representado pelo pouco ganho do trabalho na fronteira “agora é só pobreza”. Esse pouco ganho é atribuído, na sua concepção, às relações sócio-históricas conturbadas com a Receita Federal, advinda também da instalação da Aduana. Relações, por sua vez, que serão discutidas e analisadas nos próximos capítulos.

O quê interessa agora é compreender em suas trajetórias como esses trabalhadores ingressaram na profissão, bem como suas expectativas em relação ao exercício de sacoleiro e laranja. Muitas vezes, como acontece com dona Mariusa, não de forma linear e concretamente definido, mas em suas contradições, incertezas, rupturas, tal como seu exercício da memória. Em outras palavras, o trabalho da memória realizado por esses sujeitos, é um processo de constante (re) construção, mutável, influenciada pela dinâmica social na qual estão (re) lembrando, vividas e experimentadas enquanto tempo presente também.

Dona Mariusa ainda aproveita a atividade de laranja, em que repassa eletrônicos para comprar também alguns produtos tais como brinquedos, utensílios domésticos, matérias escolares, a fim de abastecer a pequena loja que possui na frente da sua casa no

⁶⁶ Mariusa, entrevista já citada.

bairro Vila “C”. De acordo com ela, a idéia de montar, há uns cinco anos atrás, uma “lojinha” surgiu para atender a vizinhança que sempre solicitava “... *para trazê um brinquedinho, uma coisinha di cozinha quando ia pro Paraguai... I dava até um dinheirinho.*”⁶⁷

Hoje, a pouca procura das pessoas por suas mercadorias leva dona Mariusa a ponderar que a situação de carência de empregos e miséria não é uma situação ímpar, experimentada pela sua família, mas afeta uma significativa parcela da população, pois em “... *Foz do Iguaçu, não existe emprego, não tem emprego, não tem fábrica, não tem... Hotel que adianta te.... Se não tem emprego.*”⁶⁸

Ao identificar suas condições de trabalho e existência ao conjunto da população que experimenta situações similares de vida, dona Mariusa e outros trabalhadores, situam-se num processo de afirmação de identidades naquele espaço, que caracteriza a linha Foz do Iguaçu - Ciudad Del Este. A preocupação expressa na locução da depoente, denunciando a peculiar característica daquela cidade fronteiriça, e experimentada concretamente pelos sujeitos que se deparam com as mais precárias condições de emprego ou com sua ausência, também são registradas pelos meios de comunicação, tais como o jornal “Jornal do Iguaçu”:

“O município de Foz do Iguaçu, localizado na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, foi vítima de políticas imprevidentes e imediatistas, que levaram à situação de decadência social e econômica, evidenciada, em passado recente, pela deprimente dependência do comércio de produtos contrabandeados. Com uma população na casa de 300 mil habitantes, sem espaço territorial suficiente sequer para o cultivo de produtos de subsistência e muito menos para a instalação de parques industriais significativos, com a outrora exuberante rede hoteleira reduzida à meia dúzia de estabelecimentos compatíveis com sua expressão turística, Foz do Iguaçu amarga um imerecido e irônico castigo”⁶⁹.....

Ainda que a dependência em relação ao “*comércio de produtos contrabandeados*” tenha sido constantemente combatida pela adoção de medidas vigorosas por parte do governo Federal, conforme o periódico aponta, persiste a situação econômica aflitiva do município. No entanto, percebe-se em várias circunstâncias, que a inquietação que o jornal

⁶⁷ Mariusa, entrevista já citada.

⁶⁸ Mariusa, entrevista já citada.

⁶⁹ MARTA, Stela. *Novos protestos tumultuam Ponte da Amizade*. In: “Jornal do Iguaçu”. 24 de março de 2006. p 10.

propaga não condiz com o aumento da violência e ou desemprego que envolve milhares de pessoas, mas como tais aspectos podem denegrir a imagem do município.

Sobre esses termos, em muitas reportagens, inclusive no jornal “A Gazeta do Iguaçu”, notou-se que uma das preocupações dos periódicos parece mais direcionada à eliminação de quaisquer resquícios de uma história que não seja aquela resumida pelo seguinte slogan: “*Foz do Iguaçu terra das Cataratas*” ou “*Foz do Iguaçu Espetáculo das Luzes*” (referente à construção da Usina de Itaipu e sua iluminação), refutando as demais imagens associadas ao intitulado “contrabando” de mercadorias. Uma história que muitas vezes é compartilhada com os representantes públicos e comerciais, como relata a reportagem da “A Gazeta do Povo”:

Na opinião de Rolim [Luiz Rolim de Moura Presidente do Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares)], a organização do trânsito na Ponte da Amizade, com o objetivo de facilitar o fluxo de pessoas, e a garantia de mais segurança à cidade é uma das saídas para atrair investimentos na área do turismo. Segundo ele, há grupos econômicos que temem investir capital em Foz do Iguaçu em razão da imagem negativa da cidade, causada pelo contrabando e falta de segurança.⁷⁰

É importante perceber também que pela forma que o folhetim constrói suas matérias e cruzando com outras fontes, é possível ir montando esse quebra cabeça, que por sua vez, revela ao historiador as contradições, os conflitos pelo direito de viver do trabalho num campo de batalha, onde as oportunidades são construídas “com unhas e dentes.”

No caso dos sacoleiros e laranjas a cidade que é, ou pretende ser conhecida, não é (por vezes é, mas não primordialmente) como a “*Terra das Cataratas*”, mas que vai de encontro com suas reivindicações, sugestões, expectativas, críticas, por melhores condições de vida e trabalho, como atenta dona Sebastiana: “*Foz do Iguaçu seria toda vida melhor, se tivesse emprego, se tivesse... que parasse de persegui noís, aí, se deixasse noís fazê nosso serviço* [referindo nesse caso as ações da Receita Federal contra suas práticas], *não teria tanta gente passando fome, eu acho...*”⁷¹

Acompanhamos até aqui trajetórias diferenciadas, posições e atitudes as mais diversas desses sujeitos, que ao iniciarem sua experiência enquanto trabalhadores na fronteira Brasil – Paraguai, colocam em xeque as expectativas que traziam em suas

⁷⁰ PARO, Denise. *Paraguai reage contra fim do contrabando*. In: “A Gazeta do Povo”. 23 de março de 2005. p 03.

⁷¹ Sebastiana Dock, entrevista já citada.

bagagens ao ingressarem na atividade e na cidade. O choque entre o conhecido e o desconhecido gerou diversas percepções sobre o trabalho, ao passo que possibilitou uma reflexão sobre si mesmos enquanto sujeitos sociais.

No próximo capítulo, discutirei as práticas de trabalho dos sacoleiros e laranjas residentes em Foz do Iguaçu e que buscam a partir do comércio estabelecido em Ciudad Del Este, exercer sua atividade, inserindo-se temporária e/ou definitivamente no mundo genericamente denominado como “mercado informal”. Compreender as ações desses trabalhadores é uma forma também de evidenciar as inúmeras estratégias que esses sujeitos implementam no seu cotidiano.

CAPÍTULO II

Mundo do trabalho e sua paisagem social na fronteira: práticas e experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu - Ciudad Del Este.

A trajetória de vida e trabalho dos sacoleiros e laranjas também faz parte de um processo de construção/ desconstrução, afirmações e negações em torno do comércio inter-fronteiras, um universo de trabalho, que marca por sua vez, uma diversidade de experiências que contribuem para a construção desses trabalhadores enquanto sujeitos históricos e sociais.

Desse modo, explicar que somente a ausência de perspectivas de empregos no mercado considerado formal são fatores condicionadores para a inserção e o desenvolvimento na ocupação, não dá conta das diversas situações vividas diante a pluralidade de trajetórias desses trabalhadores. Da mesma forma que não ajuda a compreender a maneira como esses sujeitos lidam e encaram sua ocupação. Nesse sentido, para dona Sebastiana ser laranja e/ou sacoleira perpassa o âmbito das suas carências individuais e familiares, transpondo a importância da atividade para uma significativa parcela da população desempregada no município de Foz do Iguaçu e no país:

“Para falar a verdade essa profissão é o mata fome. É o mata fome de muitos brasileiros. Porque se não fosse o Paraguai, as pessoas passavam fome. Como tem esse abençoado Paraguai, esses abençoado sacoleiros... As pessoas passariam fome. Por isso que chama mata fome, porque mata fome de muitos aqui, que vive na fronteira... Muitas pessoas leva essa profissão baixa demais... E como é que vou dizer eles crítica muito, mas eles não vê o que tá faltando na minha casa, eles não vêem aqui olha e vêem dizê: “ Você precisa de um pacote de farinha para fazer um pão, você precisa de um litro de leite pro teus filhos”. Isso aí eles não enxerga...”⁷²

Em contraponto, há algumas construções com relação ao estigma do trabalho, na qual ser sacoleiro e laranja seria o fim da linha nas condições de vida e de trabalho para o sujeito que não encontra mais vaga em outros setores. Porém, para dona Sebastiana significou na prática a possibilidade das *“minhas panelas já começa a enche de comida”*,

⁷² Sebastiana Dock, entrevista já citada.

de viabilizar o sustento de sua família bem como de afirmar-se enquanto trabalhadora num contexto de tensão social experimentada pelo desemprego. A necessidade de reafirmar-se constantemente enquanto trabalhadora atende ao próprio conflito interno da laranja entre a história moral do trabalho e o sentimento de realizar uma atividade considerada “ilícita”:

“Mas eu só tô trabalhando, não estou roubando ninguém. Eu acho que essa profissão, tá certo, não é uma profissão... Tá certo Elen que essa profissão é uma profissão de sonegação de imposto. Se o prefeito, o governo, o nosso presidente, não vê lá fora, não vê que aqui em Foz do Iguaçu, tá certo... Então que traga mais coisa aqui pra Foz, que traga mais trabalho pra Foz, pro povo trabalhá...”⁷³

Deste modo, dona Sebastiana questiona a suposta “ilegalidade” do seu trabalho, a partir de duas perspectivas. A primeira delas associa-se ao trabalho de sacoleiro e laranja como moral e justo, pois na opinião dela: “*eu não estou roubando ninguém*” apenas “*sustentando minha família*”. Na segunda perspectiva, a laranja reconhece que seu trabalho não é correto, mas afirma ser injusta a reprovação do seu exercício pelas políticas públicas, especialmente a fiscalização exercida pela Receita Federal, já que para ela há muita corrupção nesse meio, chamando a atenção para o total descaso da população de Foz do Iguaçu, bem como a preocupante situação dos outros municípios circunvizinhos:

“Não é só aqui de Foz. Oh! Eu conheço laranja de Cascavel, que vem de lá, os sacoleiros de lá... Que vem do Rio de Janeiro, que vem daqui de, de chega... De Cascavel, já tem cinco, seis pessoas esperando. Que vem junto trabalhá no Paraguai, porque não tem emprego. Tem São Miguel, tem Medianeira, tem, tem toda parte tem... Tem gente puxando muamba... E já pensou se o governo oiasse isso aí...”⁷⁴

Para dona Sebastiana não há motivos para assegurar que as práticas e ações realizadas pelos referidos trabalhadores na fronteira sejam amorais. Ao contrário, sua conduta não fere ou contrapõem-se ao universo de significações em que está inserida. Dentro dessa perspectiva ainda Sr. Elvis, confessa não ter vergonha de sua ocupação, levando em consideração a situação atual do país:

⁷³ Sebastiana Dock . Entrevista já citada.

⁷⁴ Sebastiana Dock . Entrevista já citada.

“Num, num... tem opção de emprego, eu tô vendendo meu, meu CD, meu DVD é ilegal. Eu tenho consciência disso, mas não tenho opção né? Nenhuma também... Mas eu ando com a cabeça erguida né? Entendeu? Não tenho vergonha do que eu faço... Vergonha se eu tivesse roubando né? Entendeu?”⁷⁵

A fala do sacoleiro e vendedor ambulante permite observar a sua consciência clara enquanto sujeito político e social que constrói sua própria versão a respeito da legalidade/ilegalidade da atividade.

Se as ações dos sacoleiros e laranjas, enquanto um conceito jurídico estão diretamente relacionadas às pessoas envolvidas com atos ilícitos, criminosos e em conflito com a lei, para muitos desses trabalhadores, como é o caso de Sr. Elvis, suas práticas são consideradas como legítimas no processo de sobrevivência no espaço urbano. Em outras palavras, Sr. Elvis avalia sua ocupação como algo moral e aceitável dentro da atual conjuntura de pobreza e corrupção em que o país se encontra.

Assim, a assimilação do discurso elaborado pela imprensa, pelos representantes Federais, ora é uma forma de estigmatizar esses trabalhadores enquanto “contrabandistas”, “ilegais”, ora torna-se uma justificativa para combater suas práticas, é utilizado também pelo trabalhador como uma estratégia de sobrevivência. Como Sr. Elvis, muitos trabalhadores utilizam o discurso da “ilegalidade da atividade”, porém justificam sua própria atuação no comércio de importados como sendo necessária diante da falta de emprego e miséria no município. Para a maioria desses sujeitos, exercer a atividade de laranja e sacoleiro é também experimenta – lá de forma ambivalente, pois ao mesmo tempo, que confessam terem consciência da ilegalidade da atividade, reafirmam-se constantemente como trabalhadores honestos e honrados.

A narração acima de Sr. Elvis desperta, portanto, atenção para as formas de definição legal/ilegal, justo/injusto, regular/irregular com que atividade é normalmente associada por algumas instituições públicas, pela imprensa, e também pelos próprios sujeitos em questão. Logo, o exercício de sacoleiro e laranja, permitiu a aproximação de um conjunto de pessoas, que como ele, encontrava-se, até então, desempregada, ao passo que buscava diferenciar-se também dos demais desempregados que não se encontram na atividade.

⁷⁵ Elvis Ramon, entrevista já citada.

Além de apontar claramente a posição de embate àquelas pessoas que atuam no comércio de compras, a utilização pela Sindireceita, de determinados termos como “ilícito”, “contrabandista” ao longo do seu relatório, transparece como mais uma tentativa de julgá-las como um ato reprovável e criminoso. O fragmento abaixo expressa a preocupação do órgão do Ministério da Fazenda, numa abordagem de repressão a esses trabalhadores, ao passo que tende a generalizar suas práticas ao associar as outras ações realizadas na fronteira Brasil - Paraguai, como o tráfico de drogas e armas:

“Está, portanto, indevidamente inculcada nessas pessoas, a prática do “ilícito” como meio justo de sobrevivência, e isto não mudará sem uma intensiva ação de caráter social que possibilite a conversão das atividades de subsistência dessa população. A despeito dos resultados historicamente obtidos, o Estado brasileiro precisa e quer acabar com contrabando, e não só por razões de controle econômico e de mercado, mas também porque, comprovadamente, além de mercadorias “inocentes” (se que se pode chamar de inocente qualquer bem internado com sonegação fiscal), o crime organizado vem se utilizando desse sistema para promover também a pirataria e o tráfico de drogas, como possíveis extensão para o tráfico de armas e munições”.⁷⁶

Apesar de reconhecer a importância de medidas sócio-econômicas direcionada com aquela parcela da população que depende direta ou indiretamente do comércio, estabelecido em Ciudad Del Este, nota-se uma tentativa de definição do órgão com relação à atividade dos sacoleiros e laranjas, quando não se interliga essa atividade a atos criminosos.

É preciso ainda atentar que o discurso da Sindireceita é voltado também para os interesses de um determinado mercado comercial, tanto a nível local quanto nacional, que se julga prejudicado e lesado pela ação desses sujeitos. Interesses que, por sua vez, também movem as preocupações do próximo capítulo.

Interessa no momento, compreender que essa necessidade em definir e reprimir esses trabalhadores no andamento de sua atividade não se restringe apenas às entidades públicas, mas repercute também como uma preocupação constante nas notícias dos jornais “A Gazeta do Iguaçu” e “O Jornal do Iguaçu”. Neles são constantes os apelos às propagandas criminosas e violentas relacionada a estes sujeitos.

A ausência de relatos sobre as experiências desses sujeitos naquelas práticas jornalísticas acabam por reforçar determinados estereótipos de “marginalidade” e

⁷⁶ FILHO, Samuel Benck; SANTOS, Sérgio de Paula. “Considerações sobre o combate, op cit... p 25.

“criminalidade” associada a uma imagem negativa do ofício de sacoleiro e laranja na linha Foz do Iguaçu-Ciudad Del Este. Na reportagem de “A Gazeta do Iguaçu” de 2003, tais aspectos ficam em evidência: *“Mesmo onde existe fiscalização, a ousadia dos contrabandistas é evidente. Para escapar dos fiscais, os chamados compristas, ou sacoleiros, costumam passar pelo posto aduaneiro de madrugada”* ⁷⁷. *“Os policiais, armados dispersavam os revoltosos, alguns sacoleiros responderam com pedradas. Uma viatura [da polícia] teve o vidro traseiro destruído”*. ⁷⁸

Tais denominações ou conceitos, segundo Eduardo de Noronha, formulados e difundidos por juristas, economistas e pelos meios de comunicação social são também construídos de outras formas e olhares pelos sujeitos que vivenciam esse processo, considerado como legítimo ou não, de acordo com suas noções de direito, justiça e conveniência pessoal. Logo:

“As linhas divisórias entre contratos de trabalho ideal, justo, aceitável, pessoalmente aceitável, injusto ou socialmente intolerável, são tênues e misturam noções de necessidade pessoal, de eficiência, éticas pessoais e familiares, de justiça e de valores, normas, hábitos socialmente definido” ⁷⁹

Sendo assim, ainda que seja constantemente divulgado como ilegal ou imoral pela justiça e/ou pela mídia, a prática comercial na fronteira, muitas vezes, é observada de outras formas pelos trabalhadores, contrapondo-se, compartilhando em seus argumentos dessas construções. Nesse sentido, percebe-se ao longo de vários trechos da narrativa de dona Sebastiana, a necessidade de definir e distinguir sua categoria em relação a outras pessoas que atuam no tráfico de drogas, entorpecentes e que circulam na Ponte Internacional da Amizade diariamente:

“... Porque os sacoleiros e laranjas não são traficante, porque os sacoleiros não é traficantes... Eles não são traficantes. No meio desses quatorze anos que eu trabalhei ali, sacoleiro nenhum era traficante. Eles são como é que diz, eles são... Eles tão aqui pra sobrevive que nem noís laranja, eles são pobre... São pobre que nem noís. Eles, não é que eles são rico Elen. Só indo na casa deles, pra vê a dificuldade que eles tem. As malhe deles saem de porta em porta pra vende essas mercadorias do Paraguai, pra não passa fome lá pra São Paulo, põe as barraquinha,

⁷⁷ OTTA, Lu Aiko. *Governo quer combater contrabando na fronteira: acordo foi firmado em outubro com o governo do Paraguai; é o fim dos sacoleiros*. In: “A Gazeta do Iguaçu” . 27 de fevereiro de 2000. p 25.

⁷⁸ VIDAL, Gilberto. *sacoleiros fecham a ponte em protesto à fiscalização*. In: A Gazeta do Iguaçu 12 de novembro de 2003. p 7.

⁷⁹ NORONHA, Eduardo G, op cit... p 10.

vão vende nas feira né... Porque o traficante não vai vende, vai vende nas feira, ele tá lá na sua mansão, só pro celular, só atendendo por celular... E o tráfico passa por todo o lago [referindo-se ao rio Paraná]. E isso eles não enxerga, eles só enxerga aqui na Ponte , onde estão os coitadinhos.”⁸⁰

A locução de dona Sebastiana revela-se rica em detalhes sobre vários aspectos. O primeiro deles, é que na tentativa de convencer que os sacoleiros e laranjas são trabalhadores “pobres”, ela acaba traçando um perfil homogêneo da categoria. Ou seja, a construção do sujeito sacoleiro, laranja, está relacionado a uma imagem positiva e bem quista de trabalhador honesto e digno enquanto as demais pessoas que atuam no tráfico, em atividades criminosas e ilegais estão restritas ao espaço circunscrito do lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Opor-se ao estereótipo de “contrabandista” ou muitas vezes “muambeiro” também reforça as disputas de significados presentes na vida e trabalho desses sujeitos. Para dona Sebastiana bem como para maioria dos depoentes, o substantivo contrabandista está imbricado ao furto e as drogas, homicídios, negando na sua concepção a condição de sujeito trabalhador.

Portanto, do ponto de vista da trabalhadora, a imoralidade encontra-se no tipo de mercadoria contrabandeada (como drogas, entorpecentes, armas), mas não como é comercializada, ou seja, o sacoleiro, laranja ou vendedor ambulante representa um trabalhador como “*qualquer outro*”.

Essa concepção é ainda aguçada por dona Nelci quando ela afirma não transportar cigarros, bebidas alcoólicas e outros tipos de produtos que vão contra seus princípios familiares e éticos. Da mesma forma, ela relata que durante os anos que trabalhou buscando mercadorias para outros sacoleiros, teve sempre consciência do produto que estava transportando, ressaltando a importância de saber o tipo “*de pacote que estão carregando*”, fazendo, dessa forma, que sua consciência permaneça “limpa”. Segundo dona Nelci, tanto ela quanto os trabalhadores que ela orienta, apenas levam:

“É tudo brinquedo, já exprica, bem certinho pra eles [os demais trabalhadores laranjas], ajuda a fazê a bolsa, eles sabe que é brinquedo, eles sabe que estão trazendo, pra quando chega ali na Federal, se for para ali na Federal... Que eles sabe como chega num Federal e fala o que tem dentro da bolsa, porque tem tanto que pega serviço lá, mas pega errado, sabe... Porque uns pega e fala assim: “leva essa

⁸⁰ Sebastiana Dock , entrevista já citada.

mercadoria e traz”, mais não sabe o que tá trazendo dentro da bolsa. Às vezes pode tá trazendo cigarro, às vezes pode tá trazendo drogas”.⁸¹

Mais uma vez dona Nelci expressa em sua fala que o problema não se encontra na realização do seu trabalho na fronteira, mas sim no tipo de mercadoria transportada e comercializada, traduzindo por vezes mais um confronto moral na maneira como a própria sociedade urbana e industrial conceituou o termo trabalho, na tentativa de contrapor as ocupações autônomas, ilegais ou as formas de trabalho exercido nas ruas.

Assim, a imprensa passa a “enquadrá-los”, ou seja, parte do pressuposto de que grande parte dos indivíduos que adentram nessa categoria, tende a percorrer os caminhos da criminalidade, principalmente, do narcotráfico, como atenta o jornalista de “A Gazeta do Iguaçu” Figueira Neto:

“Os arrochos progressivos - iniciados há dois anos- contra o descaminho e o contrabando pelas forças “Federais” de fiscalização e repressão podem ter ocasionado o aumento da violência em Foz do Iguaçu. O fim da ocupação vinculadas ao ilícito, como os atravessadores de mercadorias, conhecidos como laranjas, pode ter provocado a migração de pessoas que vivem de atividades ilegais para a criminalidade, como o tráfico de entorpecentes.”⁸²

Além de valer-se da hipótese em que se atribui o aumento da criminalidade no município Foz do Iguaçu ao número de laranjas que não se encontram mais na atividade, “A Gazeta do Iguaçu”, não se utiliza mais argumentos ou elementos que sustentam a sua versão. Percebe-se no trecho acima, do ano de 2007, o esforço do periódico em associar as práticas desses trabalhadores ao repertório de adjetivos e significados depreciativos (“ilícitos, criminalidade, contrabando, descaminho, tráfico de entorpecentes, entre outros termos) a começar pela manchete: *“Parte de laranjas pode ter migrado ao crime: “Com arrocho na repressão ao contrabando, ex atravessadores podem ter se voltado a outras práticas criminosas”*⁸³

⁸¹ Nelci de Fátima, entrevista já citada.

⁸² FIGUEIRA, Nelson.. *“Parte dos laranjas pode ter migrado ao crime e ao contrabando, : Com arrocho na repressão ex atravessadores podem ter se voltado a outras práticas criminosas.* In: “ A Gazeta do Iguaçu”. 7 de dezembro de 2006. p 6.

⁸³ MARQUES, Élson. *Parte de laranjas pode ter migrado ao crime: “Com arrocho na repressão ao contrabando, ex - atravessadores podem ter se voltado a outras práticas criminosas”.* In: “ A Gazeta do Iguaçu” . 15 de fevereiro de 2007. p 7.

Por meio de suas argumentações, ora sutis ora sensacionalistas, denota-se que as atuações desses sujeitos inseridos nessa dinâmica, apresentados como meros repassadores de mercadorias, são mostradas pelo jornal como atos de vandalismo, imoral, sobrepassando a ordem vigente, como retrata a reportagem de 2003:

“Vinte e oito sacoleiros permanecem presos na cadeia da Polícia Federal (PF) em Foz do Iguaçu, ao serem flagrados com mercadorias importadas acima da cota permitida - US\$ 150 - em megaoperação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) (...) Todas as pessoas foram autuadas pelos crimes de contrabando e descaminho, cuja pena pode alcançar quatro anos de prisão”.⁸⁴

Apesar das duas reportagens do jornal “A Gazeta do Iguaçu” acima apresentarem temporalidades diferentes (sendo a primeira de 2007 e a segunda de 2003), situadas em suas especificidades históricas e abordagens, seus argumentos recaem de forma direta ou indiretamente numa tentativa de criminalização do exercício desses trabalhadores.

Portanto, as políticas criadas para conter o chamado “contrabando” e, conseqüentemente, as ações dos sacoleiros e laranjas, desdobram-se em vários momentos nos jornais de circulação local na cidade de Foz do Iguaçu ou da região em que tratam dos aspectos da fronteira, tais como “A Gazeta do Iguaçu” e o “Jornal do Iguaçu”. No sentido inverso, ao abordar a situação de conflito entre os trabalhadores fronteiriços e a Receita e Polícia Federal, os referidos periódicos, muitas vezes, constroem todas as suas matérias e imagens em prol das entidades oficiais.

Por sua vez, ao incorporar a oficialidade, representada pelos órgãos Federais, estaduais e empresas privadas, no caso o jornal, tende a “enquadrar”, em determinados momentos, os designados sacoleiros e laranjas como um dos principais problemas permanentes no seio social brasileiro, culpando-os, também, pelo atraso do país. “O secretário [Marcio Costa Menezes, secretário executivo do Conselho Nacional contra a pirataria] *informou aos “Federais” a importância do combate à pirataria, pelas conseqüências na economia do Brasil que atinge diretamente as pessoas, como os*

⁸⁴ VIDAL, Gilberto. sacoleiros *fecham a ponte em protesto à fiscalização*. In: “A Gazeta do Iguaçu”. 12 de novembro de 2003. p 7.

*empregos formais. Caso a pirataria não estivesse presente no país, seria possível gerar mais de dois milhões de empregos formais por ano”.*⁸⁵

Esse “atraso” ou empecilho para o desenvolvimento da “nação” ainda foi justificado pela “A Gazeta do Iguaçu” em 2006, pela elevada sonegação de tributos Federais, que circundam na área fronteira de Foz do Iguaçu - Ciudad Del Este, as quais perfazem aproximadamente 9,6 bilhões por ano, segundo as constatações da Unafisco (Auditores Fiscais da Receita Federal): *“Por causa do contrabando, a indústria brasileira deixa de gerar 1,5 milhões de novos empregos anuais e o país deixa de arrecadar US\$ 9,6 bilhões em impostos”.*⁸⁶

Essa constatação realizada pela imprensa ancora-se ainda nos discursos públicos que se valem de dados estáticos para legitimar seus argumentos e sua eficácia no combate ao contrabando, como chama a atenção à manchete de Bruno Adrion: *“A Receita Federal apreendeu mais de R\$ 155 milhões este ano Em novembro foram confiscados R\$ 15,1 milhões de mercadorias e veículos.”*⁸⁷

Em contraposição, as manchetes dos sacoleiros e de seus ajudantes, os laranjas, não são tão enaltecidas: *laranjas descambam para o tráfico de drogas*⁸⁸, *“Sacoleiros permanecem presos na PF [Polícia Federal]”*⁸⁹ *“Governo quer combater contrabando na fronteira: acordo foi firmado em outubro com o governo do Paraguai; é o fim dos sacoleiros”.*⁹⁰ Ao longo das reportagens conferidas a partir da década de 90, percebi que o número de matérias aumenta quando há operações realizadas pela Polícia e Receita Federal na Ponte Internacional da Amizade no combate às ações desses trabalhadores.

Dessa maneira, em seus registros ambos os jornais exaltam a importância dos auditores fiscais da Receita Federal, quando não, das operações realizadas em conjunto com as demais forças Policiais, (Rodoviária e Estadual), em sua missão de “cumprir” as atribuições constitucionais dos órgãos Federais. Dentre estas funções, destacam-se então a

⁸⁵ VIDAL, Gilberto. *Governo quer combater contrabando na fronteira: acordo foi firmado em outubro com o governo do Paraguai; é o fim dos “sacoleiros”.* In: “A Gazeta do Iguaçu”. 27 de fevereiro de 2000. p 25.

⁸⁶ LIMA, Jackson. *Contrabando sangra o país e gera desemprego.* In: “A Gazeta do Iguaçu”. 12 de abril de 2002. p 07.

⁸⁷ MARQUES, Elson. *laranjas descambam para o tráfico de drogas.* In: “A Gazeta do Iguaçu”. 19 de março de 2003. p 09.

⁸⁸ VIDAL, Gilberto. *sacoleiros permanecem presos na PF.* In: “A Gazeta do Iguaçu”. 26 de agosto de 2000. p 31.

⁸⁹ VIDAL, Gilberto. *Governo quer combater contrabando na fronteira: acordo foi firmado em outubro com o governo do Paraguai; é o fim dos “sacoleiros”.* In: “A Gazeta do Iguaçu”. 27 de fevereiro de 2000. p 25.

repreensão ao tráfico de entorpecentes e as mercadorias irregulares que adentram em território brasileiro:

“A fiscalização mais intensiva da Receita Federal (RF), realizada durante esses anos no combate ao contrabando e as atividades ilícitas-desenvolvidas sobre a cabeceira da Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu, já tem reflexo no número de apreensões. O balanço das ações de outubro mostra que os números de retenções feitas pelo órgão aos produtos contrabandeados do Paraguai supera os valores atingidos em 2005. Segundo dados da RF [Receita Federal], este ano, os fiscais apreenderam perto de R\$ 135 milhões (US\$ 63 milhões) em mercadorias contrabandeadas.”⁹⁰.

Quanto aos demais indivíduos, inseridos nessa disputa, projetam-se como complemento na sobrevalorização das ações dos agentes fiscais. Mais uma vez a apresentação dos números é utilizada para mostrar a eficácia das operações oficiais. Ademais, o trecho da reportagem acima publicada em 2006 pela “A Gazeta do Iguaçu”, atentou para outros aspectos, como o volume de mercadorias importadas de Ciudad Del Este, que adentram por Foz do Iguaçu, restringindo-se aos resultados colhidos pelos órgãos de repressão. Pode-se dizer que os resultados de apreensões da Receita Federal não apresentam índices significativos, para admitir que haja um trabalho eficiente de combate às práticas desses trabalhadores promovidas pelos órgãos públicos nessa região.

A isso se ancora uma série de fatores determinantes também que influem na imprecisão desses dados, tais como o número de mercadorias que adentram ao país sem ser contabilizado ou que passa “despercebido” pela fiscalização proposta, a alta ou a baixa do dólar que contribuiu para maior ou menor fluxo de pessoas na fronteira.

No entanto, nos chama a atenção à euforia da imprensa quando se trata de relatar a eficácia dos agentes Federais. Não estamos afirmando que os dados históricos da Receita Federal, não sejam relevantes, mas há que considerar também outros elementos que influem para a problematização desses índices de apreensões progressivas. Desse modo, percebe-se que os valores de apreensões realizadas pela Delegacia da Receita Federal, são muitas vezes, índices soltos no ar. Ao situar em nosso universo particular de pesquisa, pode-se dizer que se torna impreciso determinar se os índices apresentados pelos órgãos públicos

⁹⁰ ANDRION, Bruno. *Apreensões da RF atingem R\$ 135 milhões*. In: “A Gazeta do Iguaçu”. 21 de novembro de 2006.

são bons ou ruins, se levarmos em consideração a imprecisão do volume histórico de mercadorias que entram no Brasil pelo município de Foz do Iguaçu.

As disputas pela sobrevivência projetam-se constantemente na vida desses sujeitos que são “barrados” no andamento de sua atividade, e ainda aparecem em cena como arruaceiros, rechaçando as normas e regras vigentes. Portanto, os argumentos desses trabalhadores raramente aparecem nos enredos das matérias, tais como: quais os obstáculos enfrentados diariamente, suas reais circunstâncias de existência e o porquê de se encontrarem nessa atividade.

As primeiras experiências de alguns trabalhadores parecem marcadas pela insegurança, incertezas e apreensões. Claudinei admite que a princípio estava receoso em trabalhar no Paraguai como laranja já que as construções e imagens construídas acerca deste espaço e serviço são muitas vezes deturpadas e agregadas a atos delinquentes e desonestos. Todavia, ao passo em que se foram solidificando suas relações no trabalho, este primou por concretizar e legitimar uma nova noção de trabalho:

“Então, eu tinha medo, eu achava que tipo se a gente fosse lá [Ciudad Del Este] ia, ia ser roubado, ou ser preso, eu tinha um monte de medo... Aí eu fui vendo era um emprego assim... De uma forma, é... Um emprego como outro qualquer né... Como qualquer outra empresa, tem gente tá ali pra trabalhar, tem gente que tá ali pra roubar... De uma forma assim é... Tipo cansativo de você trabalhar, porém, né? Você não tava fazendo nada de mal, tava fazendo, fazendo, prestando um trabalho como outro qualquer pra ganhar dinheiro.”⁹¹

A partir da narração de Claudinei, percebe-se a construção de um discurso em prol da positivação do trabalhador laranja tendo em vista que são argumentos forjados perante as posições, perspectivas discriminantes e criminalizantes, dada a rejeição que algumas pessoas têm da atividade. É interessante ainda perceber, na sua locução, que essa necessidade de situar seu trabalho enquanto algo positivo passou por um processo de constante convencimento ao longo de sua trajetória de trabalho tanto para si, quanto para as demais pessoas.

O que antes era concebível como um ato reprovável, trabalhar no Paraguai para Claudinei, agora é reforçado por outros elementos como a necessidade de prover seu sustento, da sua família e da faculdade e que faz com que atividade torne-se moralmente

⁹¹ Claudinei, entrevista já citada.

justa e aceitável. Assim, a leitura que o depoente realiza da sua atividade e da sua própria vida recorre a um passado significado e resignificado no presente, ao mesmo tempo, que expressa tendências no processo vivido.

Ao associar a atividade “*a um emprego como outro qualquer*”, Claudinei fala do seu trabalho, no que se procede às exigências de uma atividade regulamentada, ou seja, em que as constâncias dos horários, os dias são determinados também, como atenta o depoente:

“O trajeto começa em São Paulo, com eles, os sacoleiros, eles vêm lá de cima, quando acontecem deles não virem, por causa da fiscalização, dos protestos ali na Ponte, eles, eles ligam e avisam que é, é para ir pra lá, com as mercadorias, eles mandam dinheiro e tudo... Daí eu vou com as mercadorias pra São Paulo, levo direitinho pra eles também porque é minha função também, também, comprar, levar, ver as melhores peças, e preços... Assim, tipo, tipo é muita responsabilidade... É um trabalho de responsabilidade também... Tem gente que trabalha, na segunda, quarta, quinta e sexta... Eu ainda trabalho mais, mais na, na sexta e no sábado, no caso, porque é o dia que eles vêm pra cá, normalmente...”⁹²

Assim, como dona Sebastiana, Nelci e Cícera, Claudinei atua como laranja, buscando as mercadorias (geralmente aparelhos eletrônicos) em determinados lugares ou lojas previamente estabelecidos e transportam-nas para o Brasil, entregando-as para a pessoa, normalmente os designados sacoleiros e/ou “patrões” que encomendam o trabalho. Ao tratar dos ritmos e das obrigações que permeiam sua atividade, dentre eles a prestação de serviços e contas aos seus “patrões”, Claudinei assimila com os vínculos entre patrão e empregado, reforçando que as

Ademais, a narração do laranja ainda alude que sua atividade não se resume apenas à compra e repasse de mercadorias até seu local de origem, requer confiança e responsabilidade, marcando uma relação de interdependência entre os agentes envolvidos com o comércio de importados. Diferente de dona Sebastiana, que tinha por função apenas a compra e repasse de mercadorias até “... *os hotel que tava os patrão*” ou no limite levá-las aos municípios vizinhos, Nelci ainda realiza várias viagens durante o mês para determinadas regiões do país para a entrega das mercadorias:

“Eu chegava aqui dava tempo de retirar a mercadoria, já passava pra loja, a gente pegava passava e levava. Nós éramos em muitos que trabalhavam né. Aí eu fui trabalhando, trabalhando e de repente passei a conhecer outras pessoas. Aí eu viajei

⁹² Claudinei, entrevista já citada.

para Teresópolis, levava mercadorias, viajei pra Niterói, arraial do cabo Petrópolis... Tudo isso eu conheci através de levando mercadorias.”⁹³

Por mais que reconheça os perigos das viagens, dos assaltos ou da fiscalização, para dona Nelci, a atividade possui vários aspectos positivos. Uma delas encontra-se na possibilidade de conhecer novas regiões, de conhecer muitas pessoas durante o período de trabalho e de se estabelecer laços de amizades mais sólidos que perpassam ao simples âmbito de trabalho, como relembra ainda dona Sebastiana saudosa dos amigos que conquistou enquanto trabalhadora laranja: *“A gente são tudo amigo assim, aquelas pessoas que a gente trabalha ali pega muita amizade, igual, igualzinho, uma, uma família Elen...”*⁹⁴.

A partir da narração da trabalhadora, podemos notar que as relações na fronteira não se dão apenas de maneira rápida e por interesses financeiros. Percebe-se, portanto, que suas relações não são limitadas ao trabalho, se estendendo para o mundo vivido enquanto família, lazer, entre outros aspectos.

Já dona Mariusa relembra também aqueles tempos estressantes na Ponte da Amizade, como tempos bons para ganhar dinheiro, à medida que ela e seu marido repassavam mercadorias diariamente para os sacoleiros e ainda mantinham com os produtos adquiridos no Paraguai sua loja estabelecida em frente a sua casa. No momento sua loja encontra-se desativada já que não possui dinheiro para comprar seus produtos e a procura pelas pessoas é praticamente inexistente.

A isso se adiciona ainda a pouca procura pelos seus antigos “patrões” a seus serviços, restando apenas uma renda na família, que não é fixa como ela mesma ressalta, já que as incertezas de rendimento na atividade também perpassam ao atual “patrão” do seu marido.

“Agora eu não tô trabalhando, porque meus patrão não tão vindo, eles se quebraram tudo. Ontem era pra vim um hoje também não veio, porque não teve venda lá e diz que a estrada tá muito ruim... Que a vez passada ele tirou cem real de lucro, porque teve que paga pro policial na estrada, teve que fazer acerto na estrada com a mercadoria dele. Então chegou no final não deu nada... Antes disso era de segunda a sábado, passando mercadoria... De segunda a sábado direto... Às vezes ia até dez horas da noite, passando mercadorias. Às vezes não tinha nem carro do outro lado,

⁹³ Nelci de Fátima, entrevista já citada.

⁹⁴ Sebastiana Dock, entrevista já citada.

tinha que espera uma perua i daqui pra lá do outro lado, era um monte de mercadorias, as lojas já tinham fechado.”⁹⁵ “

As medidas mais enérgicas contra esses trabalhadores fazem com que ela realize uma leitura do processo que levou os sacoleiros e laranjas ao atual desemprego e a pobreza. O antes era considerado pela pouca fiscalização, era visto como maiores facilidades de passagem pela aduana, pelo maior número de viagens e conseqüentemente pela maior lucratividade. O agora representa a falta de trabalho, a miséria, que por sua vez, está associada ao aumento da fiscalização na fronteira e as delimitações das viagens.

Desse modo, a memória de dona Mariusa acompanhou todas as mudanças que ocorreram nas relações de trabalho, amizade e família. Contudo, ela também vai resistir a essas mudanças, optando muitas vezes por não fazê-las, a partir das transformações que ela considera viável ou não para sua vida, como atesta a “laranja:” “*O Paraguai, nunca divia acabar, porque tudo é mais em conta né?*”⁹⁶.

A constante necessidade desses sujeitos de assegurar a relevância de sua atividade, tanto para si quanto para as demais pessoas, passa também pelo âmbito das necessidades econômicas que aflige de certo modo a maioria da população, fazendo com que seus produtos tenham grande aceitação no mercado brasileiro.

Nessa perspectiva, o Senhor Elvis, Sebastião e Dário, para além de comprar as mercadorias no lado Paraguai ainda atuam como vendedores ambulantes, possuindo bancas improvisadas para revender seus produtos no centro da cidade de Foz do Iguaçu. Ao levar em consideração a rotina de trabalho dos sacoleiros e laranjas que varia conforme a função que cada um possui no comércio de importados em Ciudad Del Este, ainda há que se ponderar uma série de especificidades que acaba por compor o universo de trabalho desses sujeitos.

No caso, por exemplo, do senhor Elvis, sua semana é estruturada e dividida entre as compras de DVDs e CDs pela manhã no Paraguai e as tardes para a revenda:

“Eu, eu acordo cinco horas da manha né... Eu tenho quase trinta anos hoje, sou um, um, muito batalhado que eu né?. Faça chuva, faça sol, tô trabalhando todo, todo dia, pra vê se prospera, amanhã ou depois pra, pra minha vida melhora né? Eu

⁹⁵ Mariusa, entrevista já citada.

⁹⁶ Mariusa, entrevista já citada.

trabalho até as seis. Eu, eu compro, compro a mercadoria lá [no Paraguai] as cinco hora da manhã para não perde e daí até às seis da tarde. E é estressante, porque tem cliente bão e tem cliente meio fraquinho.”⁹⁷

A descrição do cotidiano do vendedor ambulante e sacoleiro, declarando como estressante, reafirma as suas relações com as determinações do mercado e do capital. A dificuldade expressa em seu cotidiano em separar o tempo de serviço e de lazer, reforça o sinal de uma intensificação desmedida do processo produtivo, como alerta Eric Cardin:

“... podemos afirmar que os trabalhadores inseridos na circulação ilegal de mercadorias contrabandeadas do Paraguai não estão excluídos do processo econômico, muito pelo contrário. Além de auxiliarem na determinação dos preços no mercado interno devido à concorrência que possibilitam com a negociação de mercadorias de diferentes procedências, eles representam, como nenhuma outra categoria de trabalhadores, a flexibilização e a individualização defendidas pelas personificações do atual regime de acumulação de capital”.⁹⁸

Em outras palavras, o intenso exército de trabalhadores que não estão em outras atividades, implicando num rearranjo no mercado de trabalho, ingressa em ocupações designadas como precárias, temporárias, disputam e ganham diariamente maior espaço em relação aos empregos estáveis e fixos. Por outro lado, a fala do Sr. Elvis reforça esta lógica que ainda assina o trabalho conceituado como formal, como produtivo, com ritmos e disciplinas de trabalho que estruturam e assemelham-se apenas a produção fabril, revelam-se incompatível a sua rotina.

Diante dessas situações, muitos vendedores ambulantes e sacoleiros, quando não disponibilizam dos serviços dos laranjas, restringindo a compra e revenda no próprio município de Foz do Iguaçu, passam a contar com ajuda de familiares no andamento de sua atividade, como Elvis:

“Eu sou autônomo, trabalho já há mais de dez anos na rua sozinho, mas, mas... Às vezes eu tô muito cansado... Ele [enteado] fica até oito horas em casa, daí ele levanta, vai ele de ônibus, daí ele passa né. Ele tem dezesseis anos, daí u, u... Ele meu enteado. Daí ele trabalha comigo e estuda a noite. Daí eu pago trezentos real para ele né, porque hoje em dia ninguém também trabalha de graça. Aí eu também tenho um enteado de quinze, que estuda até meio dia, daí dô trinta por semana pra

⁹⁷ Elvis Ramon, entrevista já citada.

⁹⁸ CARDIN, Eric Gustavo. “Sacoleiros e laranjas”, op cit...p 87.

ele, porque tem quinze, depois do meio dia ele trabalha, ele trabalha aqui comigo.”⁹⁹.

A construção do trabalhador autônomo é questionada pelo depoente, quando essa autonomia é polida ou restrita por um conjunto de obrigações e regras que fazem parte de seu trabalho e que afetam a vida e a rotina diária de todos os integrantes da família. Apesar do ofício de sacoleiro e laranja estar associado a uma suposta liberdade, para Elvis, representado pelo controle por parte do próprio trabalhador da renda que pode ser obtida, pelo número de viagens realizadas ao longo do dia pela Ponte da Amizade, pelo horário que a pessoa pode estipular, bem como pelo tipo de relações sociais que se pode estabelecer, permanece em muitas das narrativas desses sujeitos o medo e a angústia de perder seus artigos.

Para resguardar suas mercadorias da apreensão da Receita Federal, Sr. Elvis opta pela compra de DVDs e CDs às cinco horas da manhã nas lojas no Paraguai em Ciudad Del Este, revelando que se torna mais tranqüilo sua passagem na aduana brasileira, já que lá praticamente é inexistente a fiscalização a partir desse horário dada à troca de turno, às cinco e trinta da manhã.

Assim, as condições de vida e de trabalho desses sujeitos se concretizam na extensa jornada de trabalho e nos números de dias trabalhados por semana. A maioria dos entrevistados, principalmente entre os sacoleiros e vendedores ambulantes, ressaltam que possuem uma jornada diária de mais de dez horas, sem levar frequentemente em consideração o tempo de locomoção da moradia ao trabalho.

Por conseguinte, as incertezas de uma renda fixa entre esses trabalhadores também se apresenta como um elemento fundamental na construção de suas narrativas. No caso dos sacoleiros e laranjas, a incerteza de uma renda mensal é marcada por uma série de fatores, principalmente nas épocas em que a fiscalização é mais acirrada com a atividade. Dos dez entrevistados, (sendo três sacoleiros e vendedores ambulantes) apenas cinco declararam ao certo quanto ganham ao mês, girando em torno de um a três salários mínimos. Os laranjas destacam as dificuldades de alcançar maiores ganhos na atividade ou uma renda fixa mensal. Alguns desses trabalhadores, a título de exemplo, Cicera, declararam que nem sabiam se iam conseguir o dinheiro do vale transporte para voltar para casa, prevalecendo

⁹⁹ Elvis Ramon, entrevista já citada.

em suas narrativas a imprevisibilidade da própria vida: *“Como é que você vai trabalhar ganhando às vezes cinqüenta reais por mês só, como é que você come, vive assim... Não tem condições!”*¹⁰⁰

Tal conjuntura faz também com que dona Marinetti enumere algumas das desvantagens de sua atividade, a começar com:

“O salário, o salário com carteira ganha melhor, lógico! Todo o final do mês tem o teu salário. Ali não, ali não... Às vezes, quando você tá passando mercadoria, eles te tomam tudo e como é que teu patrão vai paga você se ele perdeu tudo. Você não tem hora pra volta, quem trabalha di laranja é assim... Qui nem ligam e tem que ir trabalha se quer ganha né? Se não fica passando necessidadi em casa, é complicado. Eu acho que o laranja merecia ter uma aposentadoria, valer todos esses anos que as pessoas estão trabalhando passando mercadorias.... Qui nem esses anos que eu e meu marido tamo trabalhando podi valer como uma aposentadoria, continua que nem ele tem anos de carteira assinada, tem mais esses anos e daí a hora que agente consegui fazer alguma coisa, continua pagando INSS [Instituto Nacional de Seguridade Social]... Daí vai valer pra aposentadoria...”¹⁰¹

Esses poucos ganhos e instabilidade da atividade como alerta a laranja, denuncia a incapacidade de uma significativa parcela desses trabalhadores contribuírem com a previdência social ou terem um plano de saúde. Em se tratando dos trabalhadores da pesquisa, apenas três ainda admitem pagar o INSS. Enquanto os demais, embora reconheçam a relevância da previdência social, justificam a sua impossibilidade de contribuir diante das péssimas condições de trabalho e remuneração em que se encontram. Para alguns desses trabalhadores o alcance de uma aposentadoria por tempo de serviço não passa de uma frustração, que passa a ser alimentado diariamente perante suas atuais condições de existência. Outras vezes, a possibilidade de uma aposentadoria na velhice apresenta-se nas narrativas e vidas de dona Marinetti e outros sujeitos, como uma aposta de um futuro melhor, um diferencial do que é o presente e foi o passado.

Nessa perspectiva, a legalização da atividade na fronteira também passa compor o repertório de sonhos e proposta de alguns desses trabalhadores: Para o sacoleiro e vendedor ambulante Sr. Dário, a possibilidade de regulamentação de sua atividade: *“... poderia muda o seguinte, e pra não have necessidade de o sacoleiro busca lá, o Brasil é reduzi um pouco*

¹⁰⁰ Cícera, entrevista já citada.

¹⁰¹ Marinetti, entrevista já citada.

o imposto né e dá oportunidade pra vem assim um... É digamos assim... criar uma forma para a gente importa os produtos que a gente busca no Paraguai di forma legal”¹⁰²

Portanto, esses sujeitos não deixam em nenhum momento de realizar suas críticas, cobranças e soluções. Muito mais do que inserção ao mercado considerado formal, para Sr. Dário a regulamentação da profissão representaria o reconhecimento e a legitimação desses indivíduos, significando o fim das “perseguições” e complicações com as políticas públicas e privadas.

Nesse sentido, o controle da Receita Federal representa uma das maiores dificuldades mencionadas pelos sacoleiros e laranjas. Daí a necessidade desses sujeitos criarem constantemente mecanismo para burlar a fiscalização. No intuito de preservar sua ocupação em meio a um mercado de trabalho competitivo e ou resguardar suas mercadorias de roubos e das apreensões da Receita Federal e demais órgãos repressivos, esses trabalhadores lançam mão de estratégias de trabalho, que contemplam diariamente o seu universo de significações.

Ao descrever sua rotina de trabalho e função no exercício do comércio de importados, Claudinei relata que usos de estratégias, revelam-se de suma importância para “tirar um dinheirinho”:

“Então, o lema no nosso trabalho é indicar a eles os sacoleiros a loja né. Vamos lá na loja é... Na loja precisam de tanto é, como é que dá pra fazer; o preço é nisso a gente ganha em cima também e tal né? Então, por isso, é que da pra tirar um dinheirinho legal, é aí independente do salário, que ele paga a gente sempre tira um dinheirinho das lojas, do Paraguai mesmo. É bom. Daí a gente leva eles pra comprar. Para dificultar a fiscalização o que a gente faz. A gente coloca tudo num papel bolha. Então é esse papel aí que a gente embala para não ter perigo de machucar o aparelho, porque é um aparelho novo e tal daí... A gente...porque ele vem numa caixa e tem uma caixona quadrada de isopor, no caso o nosso toca CD, toca CD de carro. Então, ele fica num quadradinho, três, quatro vezes menor, pequenininho... Daí fica mais fácil pra... No caso pra dificultar a fiscalização. Daí no caso, e aí cada um, cada patrão vai optar por um ... Dependendo da mercadoria, depende da mercadoria, é a forma que vai sê levado... Se a gente compra roupa por exemplo, um fardo de roupa, entendeu? É ele, e ele vai de perua, vai pega uma perua ou um táxi, ele vai jogar atrás, vai passar desse jeito... Que é muito fácil de passar desse jeito. Que é muito fácil de passar, porque era... Pouca gente fiscalizando e, muito carro pra passar.”¹⁰³

¹⁰² Dário, Maldonado, entrevista já citada.

¹⁰³ Claudinei Oliveira, entrevista já citada.

Desse modo, as estratégias de trabalho desenvolvidas por Claudinei e demais sujeitos que transitam na linha tênue da fronteira Brasil - Paraguai, reflete-se também nas próprias relações estabelecidas entre os próprios trabalhadores e representantes Federais ¹⁰⁴, marcadas em sua historicidade por momentos de constantes tensões e conflitos.

No final do ano de 2004 a Receita Federal começou a adotar uma nova política de combate a esses trabalhadores, visando inibir tanto o “pequeno comprador” quanto as “grandes redes de contrabandistas”. No entanto, as forças “Federais” não permanecem concentradas apenas na Ponte da Amizade. No intuito de inibir esses sujeitos, a Receita Federal vem promovendo várias ações conjuntas com a polícia rodoviária para apreender os veículos de transporte utilizados para levar os sacoleiros, laranjas e suas mercadorias para as mais diversas regiões do país, como descreve a reportagem do jornal “A Gazeta do Iguaçu”:

“Um novo cerco ao contrabando está sendo intensificado esta semana pela Receita Federal em conjunto com as polícias Rodoviária Federal e Militar. Os alvos agora são os ônibus de transporte interestadual de passageiro, com destino principalmente aos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principais mercados consumidores de produtos importados do Paraguai que entram no país.” ¹⁰⁵

Contudo, os “contrabandistas” também acabam desenvolvendo estratégias para burlar o policiamento. Mesmo com certos temores que se efetivam com a probabilidade de serem barrados nas estradas brasileiras, muitos desses sujeitos acabam confessando realizar várias viagens mensalmente entre Foz do Iguaçu e a cidade determinada, com intuito de aumentar sua lucratividade.

Uma tática que vem sendo muito utilizada por esses trabalhadores nas rodovias vigiadas pela força policial é o “bate volta”, como explica dona Sebastiana “*Tem o bate volta né... O bate volta ele vai na frente espera num lugar, aonde, quando tá limpo os*

¹⁰⁴ De acordo com o Relatório da Sindireceita “os técnicos da Receita Federal são agentes do Estado que atuam efetivamente nos procedimentos de fiscalização de bagagem de viajantes na jurisdição de Foz do Iguaçu. A Secretaria da Receita Federal, órgão do Ministério da Fazenda é responsável pela fiscalização dos pontos de fronteira no país, em conjunto com a Polícia Federal executa as ações repressivas de combate ao contrabando à região”. Mais informações consultar: FILHO, Samuel Benck; SANTOS, Sérgio de Paula. “Considerações sobre o combate, op cit. p 1.

¹⁰⁵ WURMEISTER, Fabiula. *Receita Federal inibe estratégias de fuga de muamba*. In: “A Gazeta do Iguaçu”. 26 de janeiro de 2006. p 4.

*Federal saiu da estrada, aí eles liga no celular ou avisa no rádio e manda que é pra toca”.*¹⁰⁶

Com o objetivo de alertar o restante dos sacoleiros e laranjas dos riscos que podem enfrentar na continuação da viagem e como está a fiscalização nos postos da Receita Federal, conforme dona Sebastiana a utilização do telefone e do rádio amador no estabelecimento de comunicação entre os veículos e ônibus, torna-se uma prática muito importante para esses sujeitos.

Entretanto, o rígido controle das forças “Federais” e policiais, no combate a utilização dos comboios de ônibus, fazem que esses trabalhadores desenvolvam e aperfeiçoam outros meios de transporte, tais como o fluvial, como relata dona Mariusa “... agora com... a fiscalização nois... Passa pela fiscalização por de baixo da ponte, de barco”.¹⁰⁷

Para escapar ainda desse tipo de fiscalização severa, alguns dos designados sacoleiros e laranjas estabelecem um tipo de vigilância. Uma pessoa é incumbida, em Foz do Iguaçu, de acompanhar a fiscalização na Ponte Internacional da Amizade, avisando aos demais quais os horários mais viáveis para a travessia em direção ao Brasil.

É nesse sentido que se pode destacar a divisão, na Ponte Internacional da Amizade, entre uma área exclusiva para a circulação de ônibus, carros e motos, e outra para a passagem de pedestres. Os trabalhadores utilizam-se desses vários meios de transportes para desvencilhar-se dos agentes Federais: “Como a gente vive disso e não quer ser pego, aí a gente fiscaliza primeiro. E vai alguém na frente, um vai... Vai alguém só pra passar sem nenhuma mercadoria, só pra vê como tá a fiscalização. Aí tá legal, tá legal de moto, vamos passar de moto. Se sujou na moto, vamos passar a pé. Então a gente tem que ir se adaptando com essas coisas”.¹⁰⁸

Quando se trata da travessia na ponte, dona Sebastiana acredita que as dificuldades ainda são maiores, se comparadas com as viagens rodoviárias, passando a contar com “a própria sorte” segundo ela:

“Ali não tem ninguém por nois, ali é sorte mesmo... Uma comparação, se eles para, nois somos cadastrada. Aí nois só podemos trabalhar com trinta dias. Se nois para

¹⁰⁶ Sebastiana Dock, entrevista já citada.

¹⁰⁷ Mariusa, entrevista já citada.

¹⁰⁸ Claudinei Oliveira, entrevista já citada.

ali e eles pega noís, noís só podemos trabalhá com trinta dias. Se noís para ali e eles pega, pega a nossa identidade, nossa identidade eles cadastra, passa no computador, daí só com trinta dias que a gente pode trabalha. Se a gente... Pegarem antes, perde as mercadoria. Antes noís passava de van, de táxi, a pé, agora não porque a Federal não deixa passa pro lado de cá, eles não deixa. A Federal tá tomando tudo. Então, daí eles [os sacoleiros] não mais tá vindo mais pra cá. Daí vem até a aduana, dali mesmo desce com a mercadoria. Se a Federal manda paga imposto, tem que paga imposto se não é na sorte mesmo.”¹⁰⁹

Essa leitura que a laranja realiza do complexo contexto que permeia o comércio de importados em Ciudad Del Este, refere-se ainda às medidas implantadas no início de 2006, no intuito de barrar as mercadorias importadas trazidas pelos trabalhadores para o lado brasileiro. Essa nova medida refere-se, na fala de dona Sebastiana, a implantação da “nova aduana”, construída ao lado da Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR), na fronteira com o Paraguai. De acordo com o site oficial do Ministério da Justiça, “Combate a Pirataria”:

“A nova estrutura irá funcionar ininterruptamente e pretende fiscalizar 100% dos veículos e pedestres que retornarem em Ciudad Del Este. Pelo esquema de amostragem adotado atualmente, apenas cerca de 5% do fluxo é vistoriado. Com uma área de mais de oito mil metros quadrados, a estação aduaneira deverá dar mais agilidade ao trabalho dos fiscais e mais comodidade para quem precisa atravessar a fronteira. Para melhorar o tráfego, quatro pistas serão destinadas unicamente aos automóveis, uma será exclusiva para ônibus, outra para motocicletas e uma sétima para os pedestres. Trafegam diariamente pela ponte cerca de 20 mil veículos e 50 mil pessoas. Além do trabalho rotineiro e contínuo de controle aduaneiro, ocasionalmente a Receita Federal também promove ações de fiscalização mais incisivas em hotéis e guarda volumes.”¹¹⁰

De acordo ainda com o referido órgão, a informatização da aduana permitiu o cadastro e conferência de toda pessoa e veículo que passar por ela. Nessa perspectiva, o cadastramento apresenta-se como mais um dos obstáculos que aflige a vida desses trabalhadores. A realização do cadastro pelo excedente do volume apreendido, consiste no recolhimento e fichamento da documentação pessoal desses sujeitos, no banco de dados da Receita Federal, o que implica ficar um mês sem exercer a atividade. Assim, em contraponto ao “... novo sistema, que prevê Araújo [delegado da Receita Federal] , vai eliminar o laranja porque será impossível utilizar, mais de uma vez por mês, a cota de US\$ 300 sobre a qual não incide o Imposto de Importação”, muitos sacoleiros tentariam refutar

¹⁰⁹ Sebastiana Dock , entrevista já citada.

¹¹⁰ Mais informações consultar o site www.mj.gov.br/combatepirataria.

essa ordem, ao apropriar-se da documentação alheia, como observa Marco Aurélio, ao explicar a presente situação da Ponte Internacional da Amizade:

“Então é assim, no começo dessa fiscalização foi difícil pra gente passa né, foi, porque o pessoal estava fiscalizando quase cem por cento... Cada pessoa tem trezentos dólar de mercadorias pra passa a cada trinta dias né... Então, é o seguinte, a gente pegava uma pessoa, é... levava no Paraguai, coloca em vez de trezentos dólar, a gente coloca um pouco a mais, quatrocentos, um pouco a mais de mercadorias. Só que, que colocava na nota como trezentos dólar. Eles não tem, não tem essa fiscalização certa, pra saber desses negócios... Então, a gente pegava duas, três pessoas, passava mais ou menos quinhentos dólar, de cada uma, cadastrava a identidade dessa pessoa, entendeu? A gente passava e levava pra São Paulo. Daí, daí na outra semana já tinha que acha mais duas pessoas conhecida sempre e assim ia indo até vence trinta dias daquele primeira pessoa que começou e agente vai volta nela de novo, pegá ela e ela vai. Isso no começo quando começou a fiscalização, porque agora já tá como estava antes. liberado... Agora a gente passa ali, não tem fiscalização como era no comecinho, há dois meses.”¹¹¹

Curiosamente, aos esforços dos órgãos Federais, dando destaque ao funcionamento da nova aduana, parecendo funcionar perfeitamente, oferecendo agilidade aos cidadãos que pretendiam legalizar as mercadorias compradas no Paraguai, e principalmente mostrando sua eficácia no combate as ações dos laranjas e sacoleiros, não foi essa a situação retratada pelos mesmos trabalhadores.

A narração de Marco Aurélio, ao enfatizar “... *Agora a gente passa ali, não tem fiscalização como era no comecinho*” não condiz com a estrutura proposta, projetada para dar conta de fiscalizar 100% do tráfego fronteiriço. Ademais, para o laranja é impossível que os representantes “Federais” consigam “*dar conta de fiscalizar todos os laranjas e sacoleiros*”, já que “*tem muita pouca gente pra fiscalizar*” em meio aquele turbilhão de pessoas que passam diariamente pela fronteira.

Sobre esse ponto de vista, ele não acredita que o combate ao exercício dos sacoleiros e laranjas irá acabar com a presença desses trabalhadores, pois em sua opinião sempre surgirão novas maneiras para comercializar suas mercadorias. Por outro lado, Marco Aurélio observa ainda a seguinte relação entre os laranjas, que em sua existência se dá exatamente pela presença de um órgão de fiscalização, pois não “*haveria necessidade de pessoas trabalhando como laranja*”, se não houvesse empecilho pelo próprio trabalhador

¹¹¹ Marco Aurélio, entrevista já citada

sacoleiro, comprador das mercadorias, se pudesse ele mesmo atravessar com seus produtos pela Ponte da Amizade.

Da mesma forma que ao realizar seu diagnóstico sobre o aumento do contrabando na fronteira, o próprio relatório da Sindireceita, questiona e contesta essa suposta eficácia da fiscalização realizada na fronteira:

“Assim, desmistifica-se uma antiga afirmação que corre por aqui, qual seja a de que o “arrocho da Receita é o grande responsável pela exclusão social em Foz do Iguaçu”. Não é fato, pois a estrutura da fiscalização e os resultados apresentados demonstram exatamente ao contrário: a falta de uma estrutura adequada dos órgãos de repressão propicia as práticas de contrabando e provoca a manutenção dos altos níveis de informalidade nesta região.”¹¹²

Assim, com o objetivo de não perder suas mercadorias e dar continuidade a sua atividade sem maiores complicações com as forças Federais, a utilização de propina assinala ainda nesse universo de relações entre esses trabalhadores e os representantes dos órgãos públicos, como descreve dona Sebastiana:

“Você enchia a perua de mercadorias do outro lado, com medo de perder, você já chegava lá na ponte, na aduana com o dinheiro na mão, 300 dólar, 400 dólar. Ali você colocava a mão assim... Eles pegava, fazia de conta assim... A gente tirava ligeira a mão. Ou se não a gente abria a porta e descia e deixava o dinheiro nu, nu banco da piruá. Ai ele abria o banco da frente, pegava o dinheiro, aí oiava a mercadoria, mandava toca e não tomava nada. Era toda vida melhor agora estragou tudo com a nova aduana.”¹¹³

Embora, deixar “... o dinheiro nu, nu banco da piruá” facilitasse o andamento da atividade, como descreve dona Sebastiana, muitas vezes, o uso de propina é encarado com indignação pelos sacoleiros e laranjas. Um exemplo, disso remete-se na indignação de Claudinei, como de vários depoentes, com relação ao pagamento de propina, denunciando os abusos das autoridades e confessando seu inconformismo:

“Aqui mesmo, aqui mesmo o pessoal dessas polícias que não podem tá atuando, ficam aí só morgando, só querendo dinheiro, né? Achando que os sacoleiros... Pra eles não deviam... A polícia civil ela não pode mexer com mercadoria, porque isso é só com a Polícia Federal, a Polícia Federal que tem direito a mexer com isso. Não é Polícia Federal, é a Receita Federal na verdade, só a Receita Federal que pode mexer com mercadoria. Porém, a polícia civil chega ali, te aborda, você tem um

¹¹² FILHO, Samuel Benck; SANTOS, Sérgio de Paula. *Considerações sobre o combate* op cit. p 30.

¹¹³ Sebastiana Dock, entrevista já citada.

monte de mercadoria e fala ô: eu se você num... Né... Se você não colaborar... A gente não fazer um acordo aqui, eu vou te levar pra Polícia Federal, porque eles podem levar pra Polícia Federal. ”¹¹⁴

Nessas circunstâncias ainda, as revoltas e inseguranças que permeiam a atividade, não são experimentadas por esses trabalhadores apenas em território nacional com os representantes brasileiros, mas também no país vizinho. Sr. Sebastião, por exemplo, declarou:

“Ah! Eu já fui preso no Paraguai né? Os paraguaios pra suborna a gente eles prende você, daí começa acusa você de ladrão, de bandido, e aí até você dá um dinheirinho para eles, se não eles não ti libera. Eu já fui preso lá, fiquei de paga 30 mil guarani para eles me solta, porque eles falavam, que eu... Era bandido, era ladrão... Daí quando você começa a fala lá no consolado, daí eles fica com medo. Daí eles fica, eles te prende o, dia inteiro, eles ti solta... Mais perde o dia, porque o dia inteiro eles fica lá ti aporriando, não deixa você come, não deixa você bebe, aí você tem que ofertar um dinheiro para eles pode ti solta, daí eles solta. É às vezes de, de cem, duzentas pessoas eles escolhe um e pega você, leva lá pra dentro de uma casinha, lá quem tem... Lá no Paraguai na aduana, i fica ti fazendo um monte de pergunta, ti acusando, ti fazendo medo para você... Fala que vai leva você pro cadeia e que você é bandido, que você tá sendo procurado, eles inventam um monte de coisa te assustando bastante, até você oferta um dinheirinho para eles. Daí eles ti revista, o quê você tem na carteira eles toma teu dinheiro, daí ti liberam. Isso eu não concordo mesmo!”¹¹⁵

Ao expor um dos momentos mais difíceis vivenciados como sacoleiro, no confronto com as autoridades policiais paraguaias, num país estranho e sem referências de trabalho, pessoal, Sr. Sebastião ressalta sua necessária resistência e coragem a reagir às dificuldades enfrentadas diariamente, que não implica necessariamente apenas na compra e transporte de mercadorias.

Portanto, quando se trata da atuação da Receita Federal e os demais representantes que atuam na repressão a sua atividade, as opiniões são as mais diversas entre esses trabalhadores:

“Eles estão fazendo o trabalho deles, né? Eu sei que eu tô ilegal, tô trabalhando ilegal, porque não tem opção pra mim. Só que também passa muita droga, bala armamento, entendeu? Eu não acho certo fica tomando um pacotinho de cigarro aqui, um negócio ali... Quando passa um monte de, de... Tá entendendo? Tem que... Eu acho que a Receita Federal tinha que apreende droga, a armamento, lança

¹¹⁴ Sebastião, entrevista já citada.

¹¹⁵ Sebastião, entrevista já citada.

perfume, essas coisa... Não se envolve com quem vai lá compra cem real de DVD, né? E, e cem real de CD pra pode sustentar a família, você tá entendendo?”¹¹⁶

Para Elvis, a repressão do seu exercício é compreendida no plano teórico até o momento que sua ação é entendida como ilegal o que impede, porém, que na prática seu exercício seja barrado, haja vista a necessidade do trabalho para sua sobrevivência. Ao chamar atenção para o contrabando de droga, armas e outros produtos, atenta-se que Elvis projeta e/ou transfere a perseguição dos representantes fiscais, ao preconceito e a indiferença existentes em torno da atividade de sacoleiro e laranja para esses sujeitos.

Em outras circunstâncias os confrontos verbais, por vezes físicos, apresentam enquanto ações de resistências, caracterizando o cotidiano desse universo de relações tensas com a Receita Federal. Nesse sentido, o trecho abaixo, revela-se interessante, para compreender de que maneira dona Sebastiana avalia sua relação com as forças “Federais” sobre uma ótica de hierarquia e poder:

“Eles são uns grosseiro, são uns cavalo, eles não... Porque eles ganham bem né. Eles tão com dez mil por mês né Elen... É muita grana. Então você vê, você vê, eles tão no poder mesmo, ali. Então agente se sente uma pulga... Eu não, eu não me sinto uma pulga, porque eu tenho pra dizer, eu digo na cara. Uma vez eu peguei, a Giovana [filha] ia faze quinze anos. Eu fui trabalhar a semana inteira pra eu faze uma festinha pro aniversário de quinze anos dela né, da minha mais velha e fiquei desde das dez horas da manha detida até as cinco da tarde ali na Federal, com mercadoria que não tinha uma informática, não tinha eletrônico, não tinha, era só brinquedo... E o meu patrão não tava, o meu patrão tava lá no hotel, pois eu falei: “eu não saio daqui, fico presa, eu não vou perder essa mercadoria, porque essa mercadoria não deve ser presa, presa”. Isso aí foi há seis anos atrás. Daí eu falei pra ele. Eu não vou sair daqui, porque aqui só tem brinquedo, me manda chama seu chefe que eu quero vê. Aí de tanto eu insisti e fica sentada em cima da mercadoria, eles me largaram. Já era quase cinco trinta, quando eles me largaram. Sem água, sem nada ali. I o sol, era mês de fevereiro, num sol que Deus me dava... Isso eu nunca vou me esquecer não...”¹¹⁷

Ao narrar tal fato que chegou a marcar em sua memória como um fato que “... *eu nunca vou me esquecer não...*”, dona Sebastiana revela também como se apropria do passado, situando-o no campo complexo das disputas e relações dentro das quais ainda se constituem.

¹¹⁶ Elvis Ramon, entrevista já citada.

¹¹⁷ Sebastiana Dock, entrevista já citada.

Desse modo, a resistência não se apresenta apenas enquanto ação ao confrontar os representantes Federais, mas apresenta-se para ela enquanto negação e possibilidade de refutar essas supostas hierarquias e abusos de poder entre trabalhadores da fronteira e representantes públicos. Portanto, as dificuldades de sobrevivência desses sujeitos desdobram-se em várias circunstâncias na luta pelo direito de trabalhar, sem obstáculos, de reivindicar melhorias nas suas condições de vida e trabalho, (re) significando enquanto formas de resistência e consciência de classe.

Em outras palavras, os trabalhadores em questão, situam-se também no plano das relações específicas e concretas estabelecidas na fronteira, na cidade, no trabalho, que por sua vez, são experimentadas em determinados momentos históricos enquanto, resistência, autonomia, manifestação, acomodação.

Nesse sentido, ao pesquisar as condições de vida dos trabalhadores pobres na grande São Paulo, Eder Sader situa a importância dos movimentos sociais na elaboração de suas experiências, observando que *“Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas no cenário público instituído. Por isso mesmo o tema autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de um a identidade e não como sinal de carência”*.¹¹⁸

Assim sendo, os sacoleiros e laranjas também não deixam *“de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos”*, e de travar lutas de classe no seu dia a dia, tornando uma variável importante na vida desses trabalhadores. Para tanto, o que evidenciamos são ações coletivas organizadas esporadicamente, nas quais esses sujeitos se defrontam com a impossibilidade de prover seu sustento manifestado concretamente pelas barreiras levantadas pela Receita Federal na Ponte da Amizade, edificando também seu muro de reivindicações e protestos, como denuncia dona Sebastiana:

“Mas quanto protesto nós já fizemos, eles metem bomba na gente. Que uma vez quase fui para na Santa Casa [hospital], se escapemo dentro de uma lanchonete, lanchonete lá, eles meteram bomba daquela bomba de lacrimogêneo, que nois quase morremos todo mundo, a gente. Saiu uma mulher com bala de borracha nas

¹¹⁸ SADER, Eder. “Movimento Sociais”. In: *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro,:Paz e Terra, 1988. p 1999.

pernas... eles [policiais] chega, eles não querem sabe se tem criança, eles não enxerga nada...”¹¹⁹

É interessante apreender no trecho acima, que ao narrar os acontecimentos na Ponte da Amizade, dona Sebastiana se manifesta também enquanto coletivo: “*Mas quanto protesto nós já fizemos*”, construindo referências de luta e união naquele espaço. Portanto, a ação desses trabalhadores só ganha sentido, expressão, pertencimento, como todas outras formas de reivindicações, resistências, lutas, quando a classe, os sujeitos que atuam e identificam-se de forma organizada ou não para este fim.

Ainda de acordo com trabalhadora, as manifestações realizadas na Ponte da Amizade, iniciam estrategicamente logo de manhã “*para tentar conseguir mais gente*”, com objetivo de agrupar um número maior de trabalhadores nas paralisações.

Tais manifestações, não são promovidas apenas pelos sacoleiros e laranjas, mas por diversos grupos de trabalhadores que são prejudicados pelas pressões internas do Governo Federal, em respostas às transformações constantes das políticas de fiscalização. As dificuldades impostas para aquelas pessoas que atuam na compra e revenda no comércio de importados em Ciudad Del Este e que atinge também as vendas das lojas e os serviços prestados por taxistas, perueiros e moto-taxistas do país vizinho. Conseqüentemente, o ingresso destas categorias nas mobilizações e enfileiramentos com a Receita Federal está relacionado com a diminuição do volume de mercadorias adquiridos pelos sacoleiros e laranjas.

Nessa sequência o “Jornal do Iguaçu” acompanhou nas edições de 26 de março de 2006 que:

“*Depois de 15 de horas de trégua, a Ponte Internacional da Amizade foi novamente palco de protestos, sendo fechada pelos manifestantes paraguaios que não gostaram do que viram na aduana brasileira, que estava repleta de fiscais da Receita Federal, apreendendo veículos por transportar mercadorias contrabandeadas.*”¹²⁰

A radicalização do movimento observada pelo periódico ainda permite destacar a relação de interdependência entre as pessoas envolvidas no comércio paraguaio. Sendo

¹¹⁹ Sebastiana Dock, entrevista já citada.

¹²⁰ MARTA, Stela. *Novos protestos tumultuam Ponte da Amizade*. In: “Jornal do Iguaçu”. 24 de março de 2006.

assim, se uma das categorias, por motivos diversos, não desenvolve sua tarefa, as conseqüências são sentidas em todas as outras categorias.

Claudinei ainda descreve como funciona rotina normalmente em dias de manifestações realizadas na Ponte da Amizade: *“Então, eu saia de madrugada né? E não tinha hora pra voltar. Quando é, acontece as paralisações, é um monte de briga, esse monte de confusão aí e tal, briga lá na ponte, queima pneu e tranca a ponte, tranca a ponte e a Federal é, é bomba de lacrimogêneo. Então, a minha família fica preocupada, ninguém, ninguém gosta né?”*¹²¹

Embora ficasse com certo receio e medo das manifestações, o laranja reitera que participou de algumas dessas manifestações, pois considera injusta a atuação dos agentes Federais contra os trabalhadores da fronteira. Essas paralisações que ocorrem na linha Brasil – Paraguai, resultando, geralmente na interdição do trânsito na Ponte da Amizade, e que ocasionalmente estende seus protestos para a praça central da cidade de Foz do Iguaçu, revela-se mais concretamente quando estes sujeitos se sentem coagidos em suas formas de agir e trabalhar.

Por outro lado, existem aqueles trabalhadores que não compartilham dessas mobilizações, preferindo não realizar suas compras quando tal situação mostra-se acirrada na fronteira, ressaltando que a questão da união não atinge todos os trabalhadores da mesma forma, como confessa o vendedor ambulante Sebastião: *“Aqui, aqui em Foz aqui o, o pessoal não é muito unido. Na hora de vende, vende, na hora que o bicho pega num, num, entendeu?”*¹²²

A possibilidade de uma ação coletiva apresenta-se reduzida frente aos problemas de trabalho enfrentado cotidianamente por esses trabalhadores. Imerso num universo, em que as desigualdades marcam suas relações, em que cada um constitui o seu próprio mercado, a união ou coesão de classe vai perdendo espaço e significação na vida e no trabalho de muitos desses sujeitos.

Portanto, se num primeiro momento a concorrência se expressa no embate com outras classes, as disputas no interior da categoria também se fazem presentes no universo de relações desses sujeitos. Ao considerar a concentração desses trabalhadores na cidade,

¹²¹ Claudinei, entrevista já citada.

¹²² Elvis Ramon, entrevista já citada.

aspecto que parece se acentuar com o desemprego crescente, a partir da década de 90, levando em consideração a dinâmica que reveste a atividade, sempre na dependência com o país vizinho, com o “afrouxamento” da Receita Federal e da fiscalização municipal, esses trabalhadores ainda apostam num diferencial, desenvolvendo estratégias para “vencer a concorrência vizinha”, que comercializa ao lado de sua banca improvisada esse mesmo produto, como é o caso do Sr. Elvis:

“... eu dô garantia do meu produto... Se chega a trava, de algum problema, eu destroco pra você pela mesma mercadoria. Tem um carimbinho, entendeu? Eu fiz esse carimbinho porque tinha gente que comprava dos outros. Meu CD é por quatro, mas com garantia, tem gente que vende por dois. Aí né não tem nada gravado... Aí destroca na minha banca, se não tive carimbo, já num, num destroca né...”¹²³

Ao lançar um “*carimbinho*”, o vendedor ambulante reafirma que a imaginação, a capacidade para “se virar” para sobreviver, torna-se uma qualidade primordial do trabalhador flexível, em meio as incertezas e riscos do mercado do trabalho.

A concorrência entre esses diferentes trabalhadores também se expressa no espaço da fronteira na busca por melhores mercadorias e padrões. Logo, para dona Mariusa, um dos principais empecilhos no seu exercício está na difícil tarefa em conseguir um “patrão”:

“Tem patrão que é bom, tem patrão que é ruim, os patrão mesmo. Porque você se obriga, no meio de dez laranjas, tem um patrão. Aí você tem que tá brigando com seus colega pra pega uma cota.. É humilhante... As vezes eu vinha até chorando pra casa, porque tinha três patrão pra passa cinco cota. Eles ficava meio sem graça, o quê eles ia fazer com um tanto de laranja com um tantinho assim de emprego...”¹²⁴

A competição e a concorrência desdobram-se em muitos momentos na vida desses trabalhadores na luta diária pelo seu espaço, ocupação e por melhores rendimentos na atividade. Através da narração da laranja, percebe-se também que as relações de tensões e conflitos não se dão apenas com os órgãos oficiais de repressão, mas se estabelece dentro da própria categoria e com seus “superiores”, ou seja, os designados “patrões”.

Esses “patrões” na fala da laranja, como já mencionado nesta discussão, referem-se muitas vezes aos sacoleiros, que também pode ser o proprietário de uma pequena loja que revende os produtos importados em qualquer região do país, ou que apenas abastece uma

¹²³ Elvis Ramon, entrevista já citada.

¹²⁴ Mariusa, entrevista já citada.

cadeia de estabelecimentos comerciais previamente determinados. Ainda de acordo com Eric Cardin: “... são poucos os patrões que fazem compras pessoalmente, o habitual é ele contratar um grupo de laranjas para adquirir os produtos e transporta-los pelo país, sendo que o número de contratados depende do valor dos negócios realizados pelo investidor.”

125

Nesse universo de relações, existem aqueles trabalhadores como é caso do marido de dona Mariusa, que possui “patrão” definido e trabalham exclusivamente para ele, conseguindo realizar um número maior de viagens. Em contraposição àqueles que não possuem um “patrão” definido, dependem da sorte, daqueles que atravessam a Ponte em busca de atravessadores, ou de indicações de amigos e colegas ou para conseguir pedidos dos sacoleiros, com que faz muitas vezes que essas relações sejam marcadas pela instabilidade na atividade, até mesmo para aqueles que já tem um “patrão fixo”. “O patrão do meu marido ele fala assim, ele fala: “hoje eu sustento vocês”, ele sustenta noís... Se ele para como é que a gente faz, o que, pra aonde que noís vai... É ilegal carrega mercadoria de baixo da ponte, mais o que a gente faz...”¹²⁶

Percebe-se através da fala de dona Mariusa, que ao falar que seu “patrão” “ele sustenta noís”, o estabelecimento de uma organização hierárquica entre ela, seu marido e os patrões, e as funções de cada um dentro da circulação de mercadorias importadas do Paraguai estão previamente definida.

No caso de dona Mariusa, sua função no comércio de importados é situada num ambiente de negações e exploração:

“O salário agora, agora tá dando pra ganha quinhentos e oitenta reais, no Paraguai mais trabalhando assim todo o tempo. Qui nem meu marido chega agora às quatro horas da madrugada. Aí amanhã vai di novo... Embalando e passando mercadoria... Eu nunca gostei de ser laranja, é muito humilhante, ganha pouco e você trabalha qui nem mula. É qui nem mula, porque eles, alguns [referindo aos patrões] humilha a gente, os laranjas...”¹²⁷

Nessa perspectiva, as relações estabelecidas entre os agentes do comércio de importados de Ciudad Del Este nem sempre são vividas de forma harmoniosa ou pacífica. Por vezes, as péssimas condições de existência e trabalho de muitos dos laranjas, contribui

¹²⁵ CARDIN, Eric Gustavo. “Sacoleiros e laranjas, op cit...p 106.

¹²⁶ Mariusa, entrevista já citada.

¹²⁷ Mariusa, entrevista já citada

para que esses trabalhadores avaliem sua relação com os sacoleiros, a partir de uma ótica de contradição e subordinação.

Além disso, dona Mariusa diz que já utilizou outras práticas para conseguir maiores rendimentos na atividade, como por exemplo, a de espionar, denunciar outros trabalhadores, com objetivo de conquistar a confiança de seus patrões e ou de dar oportunidades a amigos próximos ao seu convívio de conseguir “*uma cota a mais*”¹²⁸” como ela explica:

“Cota é assim, você espera algum amigo teu e fala assim: “ me arruma uma cota pra mim, aí você fala: arrumo”. De repente aquele patrão tem mais de uma cota, para ele passa e de repente ele quer comprar mais e você fica ali esperando até conseguir mais. Agora, não é mais cota, agora é tudo digitalizado, agora o laranja ganha cinquenta reais pra legalizar a mercadoria...”¹²⁹

Ao descrever as transformações das estratégias desenvolvidas pelos sujeitos mediante o processo de modernização adotado nos postos de fiscalização, dona Mariusa reforça também os laços de companheirismo e amizade entre os trabalhadores considerados mais “*próximos*”, como amigos e familiares.

A necessidade de ser competitivo no mundo do trabalho em geral conflituoso, na luta pela sobrevivência, desdobra-se em muitos momentos, nas falas, desses sujeitos em redes de sociabilidade no universo marcadamente conflituoso e frágil da fronteira. Esses laços de companheirismo entre os sacoleiros, laranjas e demais trabalhadores, nasce muitas vezes em momentos difíceis experimentados no andamento da sua atividade, no que tange também a repressão no seu direito de ir e vir pela Ponte da Amizade. Na opinião de dona Nelci:

“Há nois tem que reivindica, tem que trabalhá né? Pode fazer alguma coisa, porque nois precisa, precisa né? E como assim pra o sustento do filho. Se nois tivesse outra opção, nois não vinha busca mercadoria. Porque tem gente que vai trabalhá lá e de repente rouba, já não pode ir mais... Eu trabalhei pra um sacoleiro lá em

¹²⁸ Em 17 de novembro de 2005, a cota de importação de produtos subiu de US\$ 150 para US\$ 300 dólares. De acordo com o site oficial da Receita Federal as mudanças, valem para as compras em todas as cidades da fronteira, beneficiando diretamente Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este (Paraguai). Ainda de acordo com a Receita Federal, “... *as mudanças alcança, exclusivamente, bens de uso ou consumo pessoal. Não pode ser utilizada para trazer bens que, por sua natureza ou quantidade, revelem destinação comercial, tampouco produtos pirateados ou contrafeitos ou de importação proibida*”. Mais informações consultar: www.receita.fazenda.gov.br/.

¹²⁹ Mariusa, entrevista já citada.

Teresópolis, que ele tem uma loja de eletrônicos né, de tipo pra play estacion, essas coisa... De carro, de rádio, toca fita essas coisas... E trabalhei com ele, trabalhei com ele três anos, que ele vinha toda a semana ou a cada quinze dias, trabalhei com ele três anos... A gente torna uma família, ganhei presente de aniversário, eu ganhava presente, ele ia em churrasco lá em casa, era como meu irmão pra mim, que ele mais novo do que eu. Então, era como meu irmão, conhecia a esposa dele, os filhos dele, eu ia lá na casa deles, fui pra praia com eles no Neblom, que eles me deram bastante coisa... E se agente tem dignidade a gente consegue bastante coisa, confiança das pessoas”¹³⁰.

Ao considerar, “*como uma família*”, todos os trabalhadores que fazem parte do universo em que vive, possibilitou, à laranja, identificar-se com os interesses da classe, engajando-se na luta por melhores condições de trabalho. Em outras ocasiões, a semelhança de uma trajetória pobre e repleta de dificuldades financeiras, convergindo nas atuais condições de existência, faz com que esses sujeitos construam certa identificação nas suas histórias de vida:

O imperativo de sobreviver se traduz na ajuda mútua entre familiares, vizinhos, amigos, no intuito de viabilizar a existência de todos. Pautado num conjunto de normas e regras silenciosas, o exercício de sacoleiro e laranja também depende do bom relacionamento e confiança entre o grupo que trabalha em conjunto.

Desse modo, dona Sebastiana, considerada “uma das lideranças entre os grupos de laranjas” alerta para importância de “*você pega e vai na casa dessa família [grupo de laranjas] contratos para repassar mercadorias] pra vê se as pessoa são que presta, são pessoa de confiança, não são tranqueira. Aí você pega e contrata aquela família: “Oh preciso de você, você, você pra trabalhá comigo...Você pega a mercadoria lá no Paraguai sozinho e traga até o destino certo lá no Brasil”*”.¹³¹

Ou seja, há uma preocupação com a conduta do outro, no sentido de adotar práticas seguras que possibilitem o bom andamento da atividade. Por sua vez, essa preocupação não condiz apenas a perda das mercadorias adquiridas em Ciudad Del Este, mas ela é experimentada por alguns trabalhadores em diferentes e ou similares momentos históricos enquanto inseguranças, sugestões, perspectivas e críticas:

¹³⁰ Nelci de Fátima, entrevista já citada.

¹³¹ ¹³¹ Sebastiana Dock, entrevista já citada.

“Se a Federal bate menos e não toma tanto ônibus, carro... Futuro daqui pra frente é fome... Porque o Paraguai tá acabando... Se o prefeito [Paulo Mac Donald] oiasse, não tomasse providência de trazê, de trazê... Alguma coisa... E você vai vê morte, gente assaltando, gente assaltando... Se o prefeito não toma uma providência, não traz alguma coisa pra Foz, não sei o que vai ser do povo...”¹³²

Apesar de certa concepção fatalista demarcada no seu enredo com relação a sua atividade e existência, é preciso atentar e situar a fala de dona Sebastiana enquanto argumentos forjados no embate entre classes, numa tentativa por parte da depoente de convencer e chamar atenção dos papéis, muitas vezes, já assumidos e definidos entre poder público, Receita Federal e trabalhadores na fronteira. O que por outro lado, de acordo com seus interesses e juízo de valores, pode ser revista e reformulada a qualquer instante “*O Dobrandino, [prefeito da gestão passada ao Paulo Mac Donauld] sempre ficou do lado dos pobres, de noís, sempre defendeu os” sacoleiros e” laranjas é um prefeito por Deus do Céu ...Hoje esses políticos não faz nada por noís, não...*”¹³³

Dessa forma, as práticas e ações dos sacoleiros e laranjas, também aparece revestido de interesses políticos, pessoais e/ou econômicos, o que impede que se polarize a partir de uma ótica de manipulação e subjugação das classes dominantes sobre as consideradas classes inferiores. Assim, ao avaliar a atuação das práticas públicas, suas condições de trabalho e existência, esses trabalhadores, como dona Sebastiana, constroem-se também enquanto sujeitos políticos que participam na cidade, disputando, ao seu modo, o direito a ordenar, ocupar e utilizar esse espaço.

Adiante, também discutirei essas tensões estabelecidas entre os trabalhadores e os poderes públicos, bem como as percepções que os sacoleiros e laranjas lançam sobre a cidade de Foz do Iguaçu. Essa cidade é desvendada nas narrativas desses trabalhadores em seu modo de viver e trabalhar, bem como nas relações sociais estabelecidas nesse espaço, e que de forma geral, são diferenciadas e heterogêneas.

¹³² Sebastiana Dock, entrevista já citada.

¹³³ Sebastiana Dock, entrevista já citada.

CAPÍTULO III

As percepções e marcas lançadas pelos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu. PR

“A cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como um lugar da pluralidade da diferença, e por isso representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder”¹³⁴

Aos olhares dos visitantes que vêm para o município de Foz do Iguaçu, geralmente, o que se apresenta é a imagem de “uma cidade turística”, cujas forças motrizes são o comércio hoteleiro, os atrativos inter-fronteiras (representado pelas cidades de Foz do Iguaçu, Puerto Iguaçu e Ciudad Del Este), a Usina Hidrelétrica de Itaipu e pelas belezas das Cataratas do Iguaçu. Mas, Foz do Iguaçu é muito mais do que um cenário bonito, moldado num cartão postal ou aos interesses do mercado publicitário. Ela também é composta de espaços de trabalho, apropriados por iguaçuenses e não iguaçuenses que disputam os espaços públicos com os demais moradores e na luta pela sobrevivência, como é o caso dos designados sacoleiros e “laranjas”.

O exercício na linha da fronteira Foz do Iguaçu-Ciudad Del Este, é um labirinto social complexo, heterogêneo, antagônico, que exige uma vigilância sobre as diversas pistas e evidências que encontramos constantemente pelos seus caminhos. É percorrendo seus caminhos que encontramos as marcas das condições de vida e de trabalho desses sujeitos, cristalizadas e muitas vezes silenciadas nas disposições corporais, verbais e laborais dos que se apropriam das ruas para trabalhar.

¹³⁴ FENELON, Dea R, op cit, p 7.

Nesse sentido, observa-se, nessas últimas décadas uma crescente e permanente configuração no mercado de trabalho do município de Foz do Iguaçu e países vizinhos, como é caso mais próximo de Ciudad Del Este, altamente influenciados pela desestruturação do mercado de trabalho na região. As ruas deixam de ser um espaço de trabalho destinado a determinados segmentos da sociedade avaliados como mais vulneráveis da força de trabalho e passam a ser ocupadas por um expressivo número de trabalhadores expulsos dos seus empregos legalmente protegidos ou de outras atividades já exercidas e consideradas informais.

As filas intermináveis de carros, as inúmeras pessoas que transportam sacolas desproporcionais, o caminhar rápido dos muitos compristas que condiz com a pressa ou medo dos assaltados, a sujeira espalhada pelas inúmeras barracas de camelôs em Ciudad Del Este, que ainda concorre com as lojas de importados de maior requinte, bem como as imprevisíveis surpresas, acabam por reforçar a árdua tarefa que é atravessar a Ponte da Amizade, principalmente para aqueles que lidam diariamente e constantemente com essas situações.

Obviamente que tal configuração não se limita apenas as vivências dos designados sacoleiros, laranjas ou vendedores ambulantes residentes em Foz do Iguaçu. É muito comum observar no cenário de Foz do Iguaçu e nas proximidades da Ponte Internacional da Amizade, que se estendendo até o Paraguai, crianças menores de idade engraxando sapatos ou vendendo os mais variados produtos, além de tantos outros vendedores entre homens e mulheres, que disputam entre um turbilhão de pessoas que passam naquela região, um espaço apropriado para trabalhar.

Somam-se também os táxis e vans, que ao longo dos anos, passaram a compor o chamado turismo de compra, juntamente com pequenos e médios hotéis e guarda - volumes, convertidos em grandes depósitos de mercadorias, para além dos intitulados ônibus de sacoleiros, utilizados para o transporte das mercadorias entre Foz do Iguaçu e as regiões de destinos.

Entretanto, não é nossa pretensão dar conta do complexo campo de discussão que gira em torno do sistemático comércio inter-fronteira e sim compreender as estratégias de luta e sobrevivência travadas pelos sacoleiros e laranjas no espaço urbano. É oportuno ainda ressaltar as percepções que esses sujeitos estabelecem sobre o local em que vivem e

como pautam suas lutas na dinâmica de construção da cidade, enfim suas experiências e expectativas lançadas diariamente sobre esse espaço.

Diante de tal quadro, dona Nelci aborda com certo entusiasmo o papel central do seu exercício e dos demais sacoleiros na reprodução da cartografia urbana do mercado de trabalho iguaçuense:

“Muito mal visto os sacoleiros. Pela sociedade, pelas pessoas, tem muita gente que fala, que os sacoleiros é a sujeira de Foz do Iguaçu, muita gente que fala. Quem não precisa deles? Que nem os hotéis precisa, os restaurantes precisa, muitos precisa né? Aqui em Foz é, u, a... Manicure, o engraxate, se não vem os sacoleiro. Aqui, a maior... Que o povo ganha é pelo trabalho no Paraguai. E daí se não tem dinheiro como que a gente vai paga uma conta? Como que vai paga... O engraxate, uma diarista muitas vezes trabalha na casa de quem trabalha na muamba. É uma corrente, o picolezeiro, eles tudo fica feliz quando tem movimento... O pessoal lá na ponte vende muito bem cachorro quente, água, refrigerante, naquelas banquinhas... Eles se esbaldam de vender... Mas por muitos, é muito mal visto, porque eles acha que estão irregular, estão fazendo uma coisa irregular, porque não tá pagando imposto, né?”.¹³⁵

Pode-se depreender na locução de Nelci que apesar de mencionar, no início, por parte de algumas pessoas de Foz do Iguaçu, há certa discriminação para com os sacoleiros e laranjas. Mas na contraposição, ela destaca que a sociedade depende destes trabalhadores considerados por ela marginalizados, a começar com os próprios moradores do seu Bairro Jardim Jupira, que atuam, em sua maioria, nesse tipo de atividade. Esta produção de argumentos que busca forjar na inserção social, não camufla as experiências concretas que levam estes sujeitos, como dona Nelci, a atividade na fronteira. Ao contrário, o que se percebe ao entrar em contato com as vivências desses trabalhadores que elas não se restringem num momento histórico determinado, mas faz parte de trajetória, cravada por um processo contínuo de exclusões.

É interessante ainda perceber que, na fala de dona Nelci, mesmo com toda uma propaganda negativa em torno do exercício de sacoleiro e laranja, Foz do Iguaçu favorece e depende desse exercício. Essa estrutura montada e destinada para atender toda essa dinâmica que caracteriza o comércio de importados, acaba por reforçar ainda a contribuição dos diferentes sujeitos sociais na produção dessa cidade.

¹³⁵ Nelci, entrevista já citada.

Assim, a depoente pauta-se em uma rede de relações estabelecidas na fronteira Brasil-Paraguai. E esta rede está intrinsecamente ligada à questão do comércio praticado por esses trabalhadores. Pois como ela indica, muitas pessoas vivem do trabalho desses sujeitos. Portanto, na fala fica evidente a relação estabelecida entre a depoente e o seu ofício. Além do mais, são vividas pela trabalhadora, enquanto disputas e tensões, focadas numa tentativa de inserção social e de estabelecimento do espaço urbano, contrapondo-se às desqualificações lançadas por muitas pessoas. Para ela, há sim muita importância em sua atividade, pois permite a sobrevivência de outras pessoas, apesar de a sociedade iguaçuense não vê-la “com bons olhos”.

Os “olhares e gestos” que contestam a presença destes trabalhadores, foi sentido na prática pela dona Marinetti desde os primeiros contatos estabelecidos na cidade e com seus vizinhos :

“Olha assim, pelo que eu conheço que a gente conversa ninguém gosta, tem muito preconceito. Você vai numa loja o que você é: Laranja não consegue abrir conta em lugar nenhum... Você não consegue fazer crédito, eles não vão acreditar se você ganha, você pode dizer que ganha mil reais ou quinhentos e oitenta por mês. Como é que você vai comprova que você ganha isso, você não tem nada certo. O “laranja” não tem crédito em lugar nenhum, assim pra face uma compra numa loja... Assim se não tem que paga ou compra na conta de outra pessoa, ninguém que avalia, porque você mesmo não consegue... Se você não tem carteira assinada você só compra com dinheiro. Você tem um comércio, eu vou chegar lá e digo eu quero comprar um fogão a gás pra mim, eu quero parcelar em cinco vezes, como você vai parcelar se você não tem u, uma garantia de todo mês pra paga!? Isso aconteceu com nós quando nós viemos pra cá...¹³⁶.”

A impossibilidade de adquirir crédito nos estabelecimentos comerciais locais aponta para dona Marinetti, mais uma vez a relevância do exercício com carteira assinada, no sentido de viabilizar uma vida mais digna e confortável em Foz do Iguaçu. O próprio termo laranja, não classifica apenas uma atividade ilícita ou informal, mas passou a definir para a trabalhadora seu reconhecimento na cidade. Ademais, a leitura que a depoente realiza sobre suas relações estabelecidas no município, permite observar que a apologia do trabalho formal e a exaltação de suas virtudes não demarcam apenas os discursos do empresariado ou das autoridades, mas constituem como um elemento de moralização entre os próprios

¹³⁶ Marinetti, entrevista já citada.

trabalhadores que se encontra em condições de trabalho considerado precário e ilegal na fronteira.

A despeito disso, para dona Sebastiana há uma boa aceitação, por parte da sociedade iguaçuense aqui representada por uma rede amigos, parentes e vizinhos, da sua atividade e dos produtos paraguaios no mercado, já que “*a maioria do povo brasileiro é pobre igual a eu*”. Diante disso, ainda a laranja confessa que a concorrência com os produtos brasileiros não representa uma ameaça para a continuidade de sua atividade, ao contrário, como ela observa:

“... Olha a concorrência do Gugu, o Gugu que faz isso... Aquela barbi, aquelas bonecas da barbi, por causa que não podi... Mais Elen faça a conta, você vai paga a conta, você vai paga trinta e cinco centavos de dólar no Paraguai. E aqui tá vinte e cinco reais, vai toma banho! Quem vai comprar isso aí meu! Eu não tenho um CD original. Eu queria um disco daqueles bem antigo né? Tinha pra vende na loja de disco... Eu cheguei lá, eu vou vê, deve ser bem baratinho, já caiu fora da moda... O cara me pediu trinta reais pro disco velho. Então, eu falei “eu vou vender os que eu tenho lá em casa pro senhor” (Risos) ... Diz ele “ não, não compro” e aí eu falei “eu não quero mais compra também, só queria saber o preço. (risos)”¹³⁷

Na consciência de dona Sebastiana, tal situação é vivida como um conflito entre as classes, que se expressa na caracterização do “contestador” e “opositor” ao trabalho dos sacoleiros e laranjas - o dono da loja, ao passo que a trabalhadora faz referência a caracterização desses trabalhadores como despossuídos, situação que ao mesmo tempo legitima a atividade e sua condição de existência. Cabe ainda atentar que ao estabelecer seus argumentos em torno da propaganda positiva e vantajosa das mercadorias importadas, diante da exploração e sobre taxação dos produtos nacionais, e por isso mesmo tornando-se necessária e bem quista sua atuação para a população, dona Sebastiana se refaz no mesmo campo dos valores e embates.

Esses trabalhadores inúmeras vezes atendem ao mercado local, abastecendo pequenas lojas e estabelecimentos comerciais. Além disso, fornecem toda a espécie de produtos (brinquedos, materiais escolares, CDs, DVDs, eletrônicos, entre outros) para moradores que não dispõem de condições financeiras para comprar produtos originais fabricados no Brasil, dado o alto custo das mercadorias, bem como atender as necessidades e comodidades daqueles que não possuem tempo ou vontade para atravessar a fronteira.

¹³⁷ Sebastiana Dock , entrevista já citada.

Para muitos desses sujeitos a aceitação de seus produtos também condiz com as suas impressões elaboradas diariamente sobre trabalhar e viver na cidade. Viver e trabalhar, que por sua vez, perpassa no campo mais amplo das relações sociais, estabelecidas com vizinhos, familiares, representantes políticos, com os comerciantes e outros trabalhadores. De acordo com Sr. Elvis a simpatia que conquistou dos seus clientes e demais pessoas que o circundam ao longo do seu exercício de vendedor ambulante na Avenida Brasil sempre foi fruto de um trabalho sério e honesto, fazendo com que pondere:

“Eu sou muito respeitado. Apesar de eu, de ser, trabalhá ilegal tudo, eu sou muito respeitado. Aonde eu vou todo mundo me qué bem né. Você já mais vê aquele aí dizendo “... E o Elvis sem vergonha, tá me devendo a ... Não sei o quê não ... Eu ando de cabeça erguida...”¹³⁸.....”.

A redução no movimento de trabalho, fato bastante corriqueiro, principalmente em determinados períodos do ano com arrocho da fiscalização, com a queda do dólar, entre outros aspectos, as preocupações e carências respingam nos variados segmentos do comércio: tanto brasileiro como paraguaio, como atenta o jornalista da “Gazeta do Iguaçu” Bruno Andrion :

“O baixo movimento de compradores no Paraguai, também reflete no comércio de Foz, principalmente na região da Vila Portes. Na área, o pouco trânsito de pessoas e veículos é semelhante ao do outro lado da ponte. No mercado autônomo, moto-taxistas, taxistas, vendedores de churrasquinhos, laranjas entre outros aguardam pela melhora no movimento. Em frente às lojas, os vendedores também mantém o mesmo rosto de espera”.¹³⁹

Para o cotidiano de uma cidade que depende e sobrevive em grande parte do comércio inter-fronteiras, o trabalho dos sacoleiros e laranjas acaba por se tornar uma profissão de uma quantidade expressiva de pessoas, apesar de não possuir carteira assinada, ou quaisquer outros direitos assegurados pela legislação trabalhista. As pressões e ataques não atingem exclusivamente esses sujeitos nas suas condições de moradia, saneamento básico, alimentação, como Foz do Iguaçu apresenta-se como um município que depende

¹³⁸ Elvis Ramon, entrevista já citada.

¹³⁹ ANDRION, Bruno. *Lojas de Ciudad Del este sofrem com a “fuga” de compristas*. In: “A gazeta do Iguaçu”. 2006. p 11.

muito dos consumidores de produtos vendidos no Paraguai e demais turistas, tal conjuntura tende a afetar toda a estrutura econômica e social do município.

Ao avaliar como preocupante a influência desses trabalhadores nos vários setores da economia local que se estende desde a rede hoteleira, de alimentação e transporte dedicados a receberem semanalmente centenas de sacoleiros provenientes de diversas regiões do país até os vendedores ambulantes de refrigerante, água, instalados prontamente na região, os redatores da Sindireceita realizam uma leitura particular daquela realizada pela dona Nelci e Sebastiana. Para eles:

“Dessa realidade o que se observa é uma ausência da população local na defesa das ações de combate, promovida pelo Estado. Há um latente sentimento coletivo de que o fim das atividades relativas ao contrabando significa também um prejuízo certo pra todas as atividades econômicas. Um dono de mercado, por exemplo, de um bairro qualquer da cidade cujas as atividades em nada tem a ver com o contrabando, dificilmente exporia publicamente sua opinião favorável ao combate, uma vez que significa parcela do faturamento de sua empresa provém da população diretamente envolvidas com as atividades do contrabando.”¹⁴⁰

Apesar dos representantes fiscais apoiarem uma maior geração de renda, empregos e programas sociais consistentes que vão de encontro com aquela realidade da fronteira, que leve a conversão de milhares de trabalhadores para as atividades consideradas formais, ao longo do documento, o que permanece presente na argumentação acima é a necessidade de combater suas práticas e todo um modo de vida e sobrevivência daqueles que estão envolvidos no comércio de mercadorias importadas.

Ao considerar criminosos ou contrabandistas, os representantes da Sindireceita, tendem a desmerecer ou marginalizar a experiência social e econômica, de relativa parcela dessa população despossuída. Para a maioria das autoridades, como fiscais da Receita Federal e os empresários, não se trata apenas de combater essa atividade, mas também estigmatizar, uma maneira de viver que foge constantemente do seu controle.

Nesse encontro de forças, a ACIFI (Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu) reúne ainda um número expressivo de empresários legalmente instalados no município, alegando a importância de “ *fazer alianças estratégicas com entidades nacionais e internacionais e com o poder público para combater a corrupção, a fraude, a*

¹⁴⁰ FILHO, Samuel Benck; SANTOS, Sérgio de Paula, op cit. p 02.

falsificação, o contrabando e todos os tipos de ilícitos que afetam a legalidade, a ética empresarial e a saudável concorrência.”¹⁴¹ Uma vez que arcam com as despesas tributárias exigidas para a legalização do seu empreendimento e pagam os impostos devidos para compra e revenda de mercadorias, alguns desses empresários exigem a eliminação dos seus concorrentes.

Uma posição emblemática, nesse sentido, foi a do empresário e representante comercial da ACIFI Mário Camargo, ao abordar a interferência desses trabalhadores na dinâmica do município de Foz do Iguaçu:

“Veja bem a ACIFI tem uma posição bem clara em relação a isso, o descaminho na realidade, porque a grande realidade... Porque a grande maioria é descaminho. Tem o contrabando que é... Seria o caso do cigarro... Então nós temos uma posição bem clara com relação a isso. Eu acho que existe uma, uma e essa legislação que teria que ser cumprida... Então, a gente sem dúvida defende essa lei... Legislação. Nós combatemos e achamos assim... E apoiamos as autoridades, nós movimentos que fazem para trazer os informais para a formalidade... Mas nós temos... O nosso apoio não é incondicional, nós temos consciência que esse apoio requer algo em troca, é, é... É essa mudança na tributação na, na legislação. Uma diminuição na carga tributária viria necessariamente favorecer, trazendo esse pessoal que está no descaminho, que tá, tá, u, u... Não está empregado, tá pra um emprego formal, estes que estão na informalidade que venha pra formalidade.”¹⁴²

Entre um conjunto de argumentos que moralizem a atuação da ACIFI em benefício da “sociedade iguaçuense”, fica expresso na narração do representante comercial que o interesse principal da organização em apoiar os demais órgãos no combate a esses trabalhadores se pauta pela defesa da redução da carga tributária que recai sobre os empresários brasileiros. Desta forma, ficou claro que as disputas e os jogos de interesses entre as autoridades também se fazem presente no interior da classe dominante, uma vez que “... *nosso apoio não é algo incondicional, nós temos consciência que esse apoio requer algo em troca*”. Em outras palavras, para Sr. Mário Camargo essa diminuição da carga tributária nacional, não objetiva por fim acabar com intitulado contrabando ou converter, através de programas sociais esses trabalhadores para a formalidade, mas expressa o interesse de determinadas classes sociais, que se apresentam como lesados pelos elevados impostos que recai sobre a sua categoria e pela concorrência avaliada como desleal:

¹⁴¹ ACIFI (Associação Comercial Industrial de Foz do Iguaçu). Desenvolvimento Sustentável. Folder. 2005. p 2.

¹⁴² Mário Camargo. Entrevista realizada no dia 15 de agosto de 2006.

“Essas lojas que vendem discos, vendem CDs, que vendem instrumentos musicais, estão fadadas a fechar, entende? A concorrência é desleal, é um segmento que foi atingindo, mais. E isso não é só em Foz, é no Brasil inteiro. Mais nós sentimos mais aqui. Porque se você ficar no prédio, você vê, que tem um rapaz no prédio, vendendo CD e DVD aqui... Você compra dois CDs por cinco reais, você compra três DVD por dez reais...”¹⁴³

Assim, constantemente o representante comercial afirma a necessidade de mudanças na política e economia brasileira que atenda às necessidades do empresariado, uma vez que a receptividade dos produtos dos sacoleiros e laranjas em terras brasileiras deve-se pelo fato de não precisarem prestar contas sobre a circulação de mercadorias, aluguel ou outros encargos sociais.

Constituindo o maior contingente de autônomos, os sacoleiros e vendedores ambulantes de CDs e DVDs são constantemente alvo das críticas do empresariado local. De acordo com o informativo da Acessoria de Comunicação da ACIFI, o mercado de vídeos e fonográfico é um dos alvos preferidos da pirataria e da venda por parte do comércio considerado ilegal de Foz do Iguaçu, denunciando que “... a falsificação é um crime que traz conseqüências à indústria e também à sociedade”.¹⁴⁴

Sobre outro ponto de vista, a concorrência julgada injusta pela classe dominante, é combatida sobre outros argumentos pelo Sr. Elvis Ramon:

“...Noís, noís, a concorrência né, vem o dono da locadora que paga imposto né? A loja de CD que paga imposto... Então o cara já mais vai de, de, deixa de compra um CD de quatro real, que toca normal, igual ao original, por um CD de trinta real. Num, num têm, porque pra eles [a população] é bão, porque ninguém tem condições de paga ... Se pode compra um DVD, que mostra a mesma coisa dum original é cinqüenta real, paga cinco e eu dô garantia do meu produto...”¹⁴⁵

Os dois depoimentos acima, do Sr. Mário Camargo, sobre o rapaz vendendo CDs e DVDs, e que poderia ser o Sr. Elvis, revela que a luta por trabalhar travada nos meandros do cenário urbano, acaba entrelaçando experiências tão diversas, mesmo que vividas de formas contraditórias. Ainda mais quando situamos essas memórias enquanto resultados de

¹⁴³ Mário Camargo, entrevista já citada.

¹⁴⁴ ACIFI (Associação Comercial Industrial de Foz do Iguaçu). Assessoria de Comunicação. Jornalista responsável : Andréa David. 30 de setembro de 2005. p 01.

¹⁴⁵ Elvis Ramon, entrevista já citada.

um processo conflituoso, ao mesmo tempo, que são compartilhados pelos diferentes sujeitos sociais, que constroem a seu modo de viver essa cidade. Dessa maneira, o que é considerado com injusto ou incorreto para o representante comercial, é sustentado por um conjunto de significados, tais como qualidade e os preços vantajosos dos seus produtos - que convalidam sua atividade de vendedor ambulante naquele ambiente.

Simultaneamente, que não nega o forte cordão umbilical que se estabelece entre o município iguaçuense e Ciudad Del Este, no que se refere ao número significativo de trabalhadores, empresários brasileiros (alguns ainda donos de lojas comerciais no Paraguai) que trabalham ou moram no país vizinho e vice versa. O empresário enfatiza sua preocupação quando se trata de posicionar-se sobre a atuação dos designados sacoleiros e laranjas na fronteira:

“ ... Porque hoje, quando você chega em Brasília, as pessoas, quando você fala em Foz do Iguaçu, lamentavelmente existe um pré-conceito, entende? É muamba, é a mesma coisa, você compra um produto do Paraguai, já tá explícito é falsificado. Lamentavelmente é assim... E isso nós vamos levar algumas gerações pra mudar... A grande percentual de criminalidade em Foz do Iguaçu é em função disso aí. Cê pode ver, que todos os dias nós temos assim nas manchetes dos jornais “ um assassinato, dois assassinato por final de semana até três assassinatos e você pode ver que a maioria é na periferia por acerto de contas. Acerto de conta de drogas, de muamba... Então, você vê que houve uma distorção muito grande na sociedade... E Foz paga um preço muito alto, porque essas pessoas que vieram pra cá, por conta do descaminho, os laranjas ... Hoje no rio Paraná, que é uma das maiores atrações depois das Cataratas e da Itaipu, ele é inacessível, nós não podemos chegar à barranca do rio de noite, nem penso, nem ando no rio a noite, você não pode, tinha uma barca que fazia passeio no rio à noite, com jantar com música e tal parou de atravessar, pois é onde atravessa o contrabando... E para isso nós temos feito a nossa parte, entende? Nós mandamos alguns projetos pra, pra prefeitura, pra câmara de vereadores. Inclusive dois projetos da prefeitura, hoje foram projetos que saíram da ACIFI... Fizemos alguns pleitos, na mudança na legislação fronteiriça pra facilita, que voltasse esse turismo de negócio, entende? Porto Seco, Novo Porto Seco, com, integração pela hidrovia Paraná – Tietê inclusive já está na câmara. É um projeto novo arrojado... Isso vai alavancar o progresso de Foz do Iguaçu sem dúvida nenhuma... E nós queremos um entreposto comercial, entende?”¹⁴⁶

Ao apontar o preconceito, a criminalidade e a violência em Foz do Iguaçu que gira em torno do comércio de importados do Paraguai, me parece mais uma vez, que o que está em xeque para Sr. Mário e outras autoridades públicas, (como a Prefeitura e Câmara de vereadores, que se configuram no trecho acima), é a necessidade de reverter essa imagem

¹⁴⁶ Mário Camargo, entrevista já citada.

do município associada ao intitulado contrabando, refutando quaisquer resquícios do cotidiano e práticas desses sujeitos, que destoam não apenas a uma suposta memória oficial da cidade por eles idealizada, mas e seus projetos políticos e urbanísticos.

Na concepção da ACIFI, a adoção de projetos, como Porto Seco, contribui para que o município de Foz do Iguaçu desenvolva e fortaleça fontes geradoras de renda que não seja o comprismo, a exemplo do turismo. Nesse sentido, essa organização ainda complementa ao classificar como vergonhosa as atividades desenvolvidas por estes trabalhadores, pois as mesmas tendem ainda a ganhar mais destaque do que as outras ocupações desenvolvidas no município.

Por mais que a propaganda desses grupos se concentrassem em seus esforços e medidas em “*alavancar o progresso de Foz do Iguaçu*”, efetivamente tais concepções não faziam parte do repertório de narrativas e interpretações produzidas pelos trabalhadores da fronteira. Especialmente, no caso dos sacoleiros e laranjas a realidade social, as condições de trabalho e vida pouco tinha a ver com o discurso e projetos entoado pelo Sr. Mário. Fato perceptível quando confrontado com as percepções de dona Mariusa:

“Diz vão abri uma fábrica de carro aqui, mais mué sabe faze carro aqui... (risos). Vai se quando em 2010, né?... Esse negócio de turismo que o prefeito Paulo Mac Donald fala, eu acho aqui pra gente que tem dinheiro tudo bem, entendeu? Mais o pobre turista vem fazer o que no Paraguai, compra uns prisilha, uns roupinha pra eles... Esses monti di gente nas loja, o que aqui vai fazer, porque aqui em Foz do Iguaçu não tem emprego. Ah! você podi i, você podi comprova, você vai nesses hotel, pra você vê, tá tudo vazio... Esse povo que eles fala que é muambeiro, que é gente honesta também, eles comi lá também, eles sustenta as família lá também e sustenta noís também [laranja]. Um ajuda ao outro, mais eles não vê assim, eles vê que é contrabando né?. Se você compra duas sacolas de mercadorias vocês está contrabandeando né? Muita gente aqui tá passando necessidade, por causa disso, eu conheço gente que veio aqui em casa veio um vizinho pedi o que comer, esses dias eu dei um pacote de arroz esses dia, eu dei um pacote de arroz fiquei com dó porque não tinha...”¹⁴⁷ ...

A própria experiência como moradora dessa cidade, coloca em oposição e contrapõem-se daquelas leituras que aparecem associadas aos sacoleiros e a criminalidade. Recorrer ao amparo da vizinhança, outros colegas de exercício e amigos representa mais uma das várias táticas utilizadas pelos sacoleiros e laranjas para conseguirem manter suas práticas no

¹⁴⁷ Mariusa, entrevista já citada.

perímetro urbano. O dizer da trabalhadora apresenta-se de suma importância, na medida em que acaba revelando sua compreensão do social e das desigualdades de situações na cidade, sem outros meios e oportunidades para viabilizar sua existência.

Ademais, a partir da narração de dona Mariusa, pode-se destacar que, nem sempre esses sujeitos eram apontados pela comunidade como um mal social, um transgressor da ordem e da lei. Por haver divergências, no que tange a uma significativa parcela da população que depende direta ou indiretamente do comércio inter-fronteira, observa-se que a imagem que se tenta passar sobre a categoria poderia possuir um caráter de determinados interesses das classes dominantes do que uma representação que se instituisse sobre um coletivo.

Tal como se apura na fala de Marco Aurélio em relação a trabalhar e viver na fronteira: *“Mais eu acho assim, aqui mesmo [Foz do Iguaçu] nós assim somos vistos como trabalhador, eu acho que não é visto como, como tá prejudicando o Brasil, tá prejudicando a fronteira. Eu acho que eles são vistos como trabalhador...”*.¹⁴⁸

Isso nos permite compreender ainda que as relações de trabalho vividas pelos sacoleiros e laranjas transitam entre o irregular e o permitido, acusações e solidariedade, entre as perseguições, estigmas da atividade e o ato de trabalhar.

Diante disso, o conjunto de práticas, exercidas pelos trabalhadores da fronteira apresenta-se espalhado pela cidade, principalmente entre aqueles que atuam simultaneamente como sacoleiros e vendedores ambulantes. É no próprio fazer do seu exercício que esses sujeitos apreendem o sentido do jogo e de como se posicionar diante das inúmeras circunstâncias que permeiam seu cotidiano.

Adotando a perspectiva de Heloisa de Faria¹⁴⁹ ao considerar a cidade como um *“espaço político”* e *“diferenciado das lutas de classe”*, a história desses sujeitos residentes em Foz do Iguaçu é marcada também por uma série de conflitos. Nesse sentido, ao investigar as condições de trabalho e vida dos sacoleiros e “laranjas”, tornou-se de suma importância investigar e interpretar como esses sujeitos são alvo dos ataques dos poderes públicos no sentido de terem seus direitos, ao uso da cidade, praticamente confrontados.

Os locais escolhidos na cidade para revenderem as mercadorias adquiridas em Ciudad Del Este são geralmente as praças públicas e as calçadas, próximos aos

¹⁴⁸ Marco Aurélio, entrevista já citada.

¹⁴⁹ CRUZ, Heloisa de Faria, op cit.

estabelecimentos comerciais. Também escolhem lugares de grande fluxo de pessoas, tais como, Avenida Juscelino Kubicheq, Travessa Cristiano Weirich, região da Ponte da Amizade, Rodovia das Cataratas - em frente ao Hotel San Martin, e nas proximidades do Terminal de Transporte Urbano, a conhecida Feira do Alho. O centro de Foz do Iguaçu também passa a ser o coração da atuação destes trabalhadores de rua, que vêm nesse espaço seus potenciais compradores. A Avenida Brasil, estabelecida no núcleo comercial de Foz do Iguaçu, nesse sentido, apresenta todas as características necessárias para a atuação dos sacoleiros e vendedores ambulantes. Assim, aquele lugar, do ponto de vista daqueles que desejam “usufruir os serviços prestados” por esses trabalhadores, constitui-se numa referência.¹⁵⁰

É interessante ainda denotar, que apesar de intitular-se sacoleiros e vendedores ambulantes, os trabalhadores contatados na pesquisa estabeleciam um ponto fixo para trabalhar na cidade, especialmente na Avenida Brasil, sendo justificado pelos constantes deslocamentos que os mesmos tinham que realizar para comprar seus produtos em Ciudad Del Este.

Na Avenida Brasil, esses trabalhadores procuram os espaços geográficos considerados como os melhores pontos para a venda de mercadorias, e por isso, são alvos de constantes conflitos com outros trabalhadores e com a fiscalização. Quanto às indisposições com outros ambulantes, Sr. Elvis ressaltou que ao longo dos três anos, comprando no país vizinho e revendendo seus produtos na Avenida Brasil, nunca houve maiores complicações. Mas quando se trata de referir-se às formas e as abordagens dos agentes de fiscalização, tanto da Receita Federal quanto da gestão municipal, o vendedor é enfático ao denunciar como impróprias, resultando, muitas vezes, num confronto verbal e físico:

“Eu... na Receita Federal perdi mil dólar. Eu comprei em camiseta também né? Im camiseta de regata, eu perdi. A única vez que eu perdi pra Receita Federal, né? Agora no meu local de serviço [banca localizada na Avenida Brasil] já perdi três

¹⁵⁰ No passado, mais precisamente no final da década de 80, em face ao significativo número de lojas e estabelecimentos comerciais, bem como a proximidade com o Paraguai, muitos dos trabalhadores ambulantes concentravam-se na região de comércio de importação e exportação, próxima a Ponte da Amizade, Vila Portes e Jardim Jupira. As crises inflacionárias que sucederam na década de 90, afetando diretamente esses segmentos sedimentados, contribuiu para aqueles locais fossem gradativamente sendo substituídos ou priorizados pelos trabalhadores por outros lugares que lhes garantissem maiores rendimentos no município.

vez, já... Entendeu? Uma vez eu perdi mil, outra vez eu perdi dois mil real de mercadoria... O fiscal deu risada da minha cara, aí eu catei ele... Acabei agredindo né, perdi a cabeça né... Eu acho que, que... Que eles tinha que té um pouquinho mais de educação, tudo, entendeu? Respeita o direito do ser humano, o direito do cidadão meu... Eles não respeita, entendeu? Que é ilegal, por lei é ilegal, só que não tem opção, entendeu? Na hora que mi, mi arruma um serviço de mil, que eu posso se né... Um né... Na... O direito de cidadão. Poder o direito de vim e de i, de vim, de compra pra não passa necessidade... E e eu vou trabalhá sim...”¹⁵¹

Estes trabalhadores são alvos das perseguições devido as pressões dos órgãos governamentais. Entre a maioria desses trabalhadores constitui-se também uma consciência de que o direito ao trabalho e o espaço público na cidade também lhes cabem. Nota-se que na locução do Sr. Elvis, há uma noção bem clara da utilização dos espaços da Avenida Brasil como um direito de trabalhar, do seu uso e apropriação de um espaço que é público, e que, portanto, não deve ser aleatoriamente controlado pelos poderes instituídos ou de uso exclusivamente das classes dominantes.

Para as autoridades, há a necessidade de controlar essas práticas e aplicar a lei em detrimento de outros direitos, porém isto é freqüentemente questionado pelos trabalhadores. No caso daqueles que atuam enquanto sacoleiros e vendedores ambulantes, como Sr. Dario, Sebastião e Elvis o controle das autoridades públicas requer adoção de estratégias; driblando a dupla fiscalização da Receita Federal na Ponte da Amizade e da prefeitura nas áreas afins da cidade. Essa última revelou-se mais complicada para Sr. Elvis: *“Quando os fiscal fica o dia inteiro na Brasil, eu tenho que vim meio dia de casa... Abro minha banca a ... Meio dia e tenho que fecha duas e trinta que... Daí eles fica o dia inteiro. Espero aí cin, cinco hora eles vão embora eu trabalho até as sete hora, daí vai pra casa... . Só que daí vende menos, né? Porque eu trabalho menos, né?”*¹⁵²

A partir da fala acima, observa-se que o Sr. Elvis e outros trabalhadores não são meros receptores das vontades das elites, pois tem demonstrado uma resistente vontade de permanecer nas áreas centrais da cidade. O dia de inspeção nas principais áreas da cidade, realizado esporadicamente durante o mês, induz a mudança de toda a rotina desses trabalhadores, o que não impede que Sr. Elvis, por exemplo, arquitete uma série de estratégias para burlar o policiamento dos fiscais. Uma delas, como ele relata refere-se a trabalhar em horários alternados.

¹⁵¹ Elvis Ramon, entrevista já citada.

¹⁵² Elvis Ramon, entrevista já citada.

Os agentes da Secretaria Municipal da Fazenda e de serviços públicos são os responsáveis diretos pela fiscalização e ordenamento das vias públicas. São eles que inspecionam o tamanho das barracas, quais áreas que devem ser ocupadas, quais os produtos que podem ser vendidos ou proibidos, bem como se esses trabalhadores possuem licença para trabalhar. Lidando com a documentação da Secretaria da Fazenda¹⁵³, mais especificamente com o decreto N 17.0216, sobre o exercício do comércio ambulante no município, fica expresso já nas suas primeiras páginas uma série de regulamentação e obrigações para que esses sujeitos possam atuar no perímetro urbano, como retrata o Artigo 6:

- I - Portar a competente licença para o Comércio Eventual ou Ambulante;*
- II – comercializar somente mercadorias especificadas na Licença;*
- III – colocar a venda mercadorias em perfeitas condições de consumo, observando os devidos cuidados, higiênico – sanitários quando se tratar de produtos alimentícios ou qualquer outro de interesse da saúde pública;*
- IV – portar-se com urbanidade em relação ao público em geral, aos agentes de fiscalização e aos colegas de profissão, de forma a não perturbar a tranquilidade pública;*
- V transportar os bens de forma a não impedir ou dificultar o trânsito, ficando proibida a condução de passeios de volumes que atrapalhem a circulação dos pedestres; e*
- VI - acatar as ordens da fiscalização exibindo, quando solicitado, a respectiva Licença para o Comércio Eventual ou Ambulante.*

Apesar de a licença apresentar-se como um dos principais requisitos da administração municipal para exercer as atividades de rua, ela não é tomada como ponto de referência para muitos dos trabalhadores. Da mesma forma, que nem todas as mercadorias comercializadas por esses sujeitos recebem o aval da prefeitura, com proibição de serem vendidas, não apenas nas ruas de Foz do Iguaçu, mas em todo o Brasil, como atesta Sr. Dário: “ Não CD nós somos proibidos de vender, como CD, DVDs e cigarro, outras coisa

¹⁵³ Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu decreto Número 17.216. Súmula: Aprova o regulamento do exercício do comércio eventual ou ambulante no município de Foz do Iguaçu. 26 de junho de 2006.

é eletrônicos assim não podemos, vendemos bonecas, malas, assim... Porque nós somos legalizado, temos o alvará pra trabalhar...”¹⁵⁴

Dentre os trabalhadores contatados na pesquisa, apenas Sr. Dário possuía a autorização para trabalhar no perímetro urbano. A assimilação do discurso originado nas elites apresenta-se como uma justificativa para expulsar ou pelo menos diferenciar aqueles que não são licenciados e que atuam de forma “irregular”, sendo utilizado também pelo trabalhador como uma estratégia de sobrevivência. Para isso, ele apega-se também, a um dos critérios do cadastro e permissão do exercício da atividade, que especifica qual o tipo de mercadorias deve conferir com os padrões institucionais permitidos, na qual, por sua vez ele, está inserido.

Assim, logo nos primeiros contatos para a realização da entrevista, o vendedor ambulante fez questão de mostrar os documentos que legitimam sua atividade no município. Pareceu-me mais uma forma do trabalhador reivindicar seu direito não apenas ao solo urbano, mas nas suas formas de relacionar, de adquirir mais respeito diante das demais pessoas que interagem nesse espaço, inclusive os agentes fiscais. Além disso, um detalhe me chamou atenção: quando o assunto refere-se às taxas cobradas; houve certa relutância de fornecer esses valores tanto do Sr. Dário quanto da própria Secretaria da Fazenda, principalmente desta última, esquivando-se em fornecer as fichas de contribuição dos vendedores ambulantes ou ceder outros documentos. Com relação ao vendedor ambulante, uma explicação possível, foi que na época da entrevista realizada no final de 2004, Sr. Dário apoiava a reeleição e as propostas da gestão atual encabeçada pelo então prefeito Samis Celso da Silva:

“E agora segundo o prefeito na reforma da Avenida Brasil, ele tem 30 vendedor ambulante, fora um quiosque aos vendedor pra fica padronizado, um lugar mais tranquilo, porque nois quando chove, frio é o calor assim... Você não tem nenhuma regalia assim sabe... Quando vem uma chuva tem hora que você pode, com a chuva leva tudo, molha... Um vendaval assim... Então, o prefeito vai fazer isso por nois também...”¹⁵⁵

As locuções, bem como os trabalhos de memória exercidos por esses sujeitos

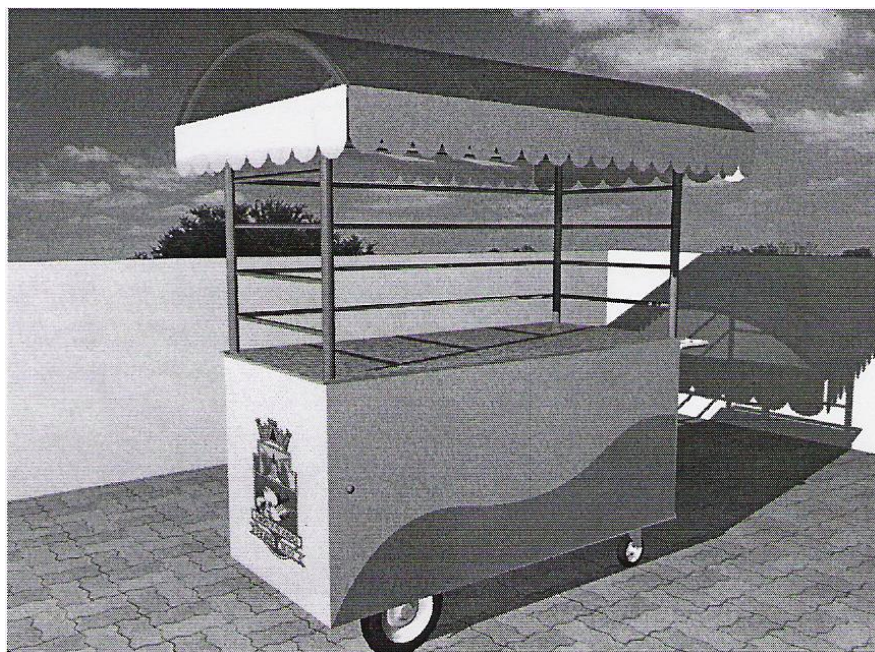
¹⁵⁴ Dário Maldonado, entrevista já citada.

¹⁵⁵ Dário, entrevista já citada.

também estão impregnadas de noções extraídas do pensamento dominante e reelaboradas de acordo com suas experiências e interesses. A possibilidade de melhorias na condição de trabalho e vida fez com que Sr. Dário ignorasse qualquer abuso de poder, inclusive a hipótese de altas taxas cobradas para poder atuar no município.

Além disso, Sr. Dário, na época incorpora a própria campanha eleitoral do candidato da situação que propõem melhorias nas condições de trabalho da categoria, reproduzindo na perspectiva e incentivo de angariar votos de amigos, colegas, inclusive o meu. Nesse sentido, a existência de um discurso dominante também pode ser explicada com base na atuação e nos viveres desses sujeitos.

Para tanto, as alegações que persistem nas conversas informais com alguns trabalhadores de rua são que os valores são muito altos e as exigências são inúmeras. Dentre as principais dificuldades para aqueles que buscam regularizar sua atividade, encontra-se no artigo 10: *“Para exposição das mercadorias deverão ser usados equipamentos com padronização deste Decreto, sendo vedada à exibição de mercadorias diretamente no Chão”*. No que se refere à adoção das barracas, de acordo com a prefeitura, deve-se seguir o seguinte molde:



A imagem de algumas bancas padronizadas confronta-se com as inúmeras bancas improvisadas espalhadas em meio às calçadas da Avenida Brasil. Logo, o controle sobre as condições de trabalho para esses sujeitos concretiza-se nas múltiplas leis, regulamentos e posturas federais, estaduais e municipais, que visam principalmente inibir seu exercício, assim como atenta a seguinte resolução: “ *Para o cumprimento das disposições contidas neste Decreto, os agentes fiscais poderão requisitar força policial, quando se fizer necessário, nos termos do art. 136 da Lei Complementar municipal n 82/03*”.

Essas ações encabeçadas pelo poder público e privado, na tentativa de coibir os exercícios desses trabalhadores não levam em conta as necessidades de sobrevivência ou menos ainda consideram seus modos de viver. No entanto, não são apenas os representantes públicos, quem define os espaços de trabalho utilizados pelos sacoleiros e laranjas. São eles próprios quem definem os espaços onde realizam suas atividades.

Como já apontamos acima, há evidências, portanto, de que os sacoleiros que atuam como vendedores ambulantes no perímetro urbano de Foz do Iguaçu consigam manter suas práticas também devido ao fato de uma parcela significativa da população compartilhar e comprar suas mercadorias. Dado que apesar da vigilância da prefeitura e da Receita Federal, é possível encontrar no outro dia esses trabalhadores atravessando a Ponte da Amizade, montando suas barracas improvisadas nas ruas de Foz do Iguaçu.

Nas disputas pelas ruas do centro da cidade de Foz do Iguaçu, esses sujeitos demonstram sua capacidade de resistência e adequação. Apenas após um mês da apreensão de suas mercadorias e expulsão da Avenida Brasil, e cumprindo pena alternativa ao atuar como colaborador numa creche, (episódio que preferiu narrar sem a interferência do gravador), é possível observar Sr. Elvis e seus companheiros aglomerados no mesmo local que vendiam, opondo-se ao que foi apregoado pela Secretaria da Fazenda no Artigo 17: “*A inobservância das disposições contidas no art.16, bem como pelo exercício do Comércio Eventual ou Ambulante sem prévia outorga da licença, implicara apreensão da mercadoria, equipamentos, veículos e outros pertences, que será feita na forma dos arts. 219 a 226 da Lei Complementar Municipal n 82/03.*”

Nos deslocamentos constantes, a persistência em vender seus produtos, nos enfrentamentos com os fiscais, estes trabalhadores expressam sua resistência: .

“Eu acho que às vezes é melhor eu tá aqui na Brasil vendendo um CD, um DVD, do que lá dentro do Cadeião lá im Três Lagoas [Presídio municipal de Foz do Iguaçu,] entendeu? Única maneira di ... Di ganha meu ganha pão né?, entendeu? A gente não paga imposto pra trabalha... Mas eu compro na, na loja Bahia, na Torino, entendeu? Compro na Boticária... E eu, eu só não pago imposto pra vende o CD pirata, mas tô pagando imposto igual... Porque eu moro na cidade, a gente compra em prestação em tudo, entendeu? Pago em dia também.”¹⁵⁶

Ao resistir às normas e implicações que a atividade representa e ocupar essas áreas de forma irregular, Sr. Elvis não está apenas exigindo um lugar para trabalhar, mas está buscando justificar e tornar legítimas suas ações e lutas. Assim, os sacoleiros e vendedores ambulantes não apenas fazem parte da paisagem cotidiana de Foz do Iguaçu, mas também sua atuação social foi redimensionada para muitos desses sujeitos, o que impede que avaliemos a partir de uma ótica de penúria. A persistência desses trabalhadores em exercer sua atividade, está envolvida num processo mais amplo que não se restringe à regulamentação da sua atuação, mas também expressa significados e reivindicações de direito ao uso dessa cidade, apropriando-se do ambiente de trabalho e moradia, a partir de outros valores e sentidos.

De fato, numa primeira instância, para Sr. Elvis a apreensão de seus produtos propicia uma perda para o trabalhador. A repressão através de penas alternativas, como financeira e os riscos de perder suas mercadorias funcionam como uma punição moralizante, tanto para os representantes públicos quanto para os trabalhadores.

A impressão que tive muitas vezes foi que essas regulamentações elaboradas pelo poder público não objetivam simplesmente delimitar a presença e a circulação desses sujeitos de alguns pontos estratégicos de Foz do Iguaçu, mas vetá-los das funções de trabalhador e morador desse espaço urbano:

“Art. 5 A licença para o Comércio Eventual ou Ambulante é de caráter pessoal e intransferível, servindo exclusivamente para o fim nela indicado e somente será expedida em favor de pessoas que demonstrem a necessidade de seu exercício, e também desde que cumpridas as seguintes condições:

I- Comprovação de residência no município de, no mínimo 12 (doze) meses;

¹⁵⁶ Elvis Ramon, entrevista já citada.

- II- *Comprovação de desemprego, através da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência social, _CTPS; e*
- III- *Comprovação da situação socioeconômica do interessado”.*

É interessante notar que o imperativo de morar no município há pelos menos um ano não se apresentou como requisito importante pela gestão municipal de 2005; para determinados segmentos sociais, quando, por exemplo, no final das reformas da Avenida Brasil foi alocado alguns quiosques para os comerciantes da região vizinha. Como se depreende na notícia publicada pela “A Gazeta do Iguaçu” no início de 2006, quando registrou juntamente com a inauguração da Avenida Brasil, a abertura das licitações dos quiosques:

“Oito quiosques da Avenida Brasil deverão entrar em operação nos próximos 60 dias. Os vencedores da licitação dos novos espaços – estruturas advindas do processo de revitalização da via – assinaram contratos na semana passada e por exigências do documento deve iniciar o atendimento a população. A concessão por período de dez anos foi obtida por quem ofereceu o maior valor. O edital, lançado no dia 3 de março, indicou que o lance mínimo seria R\$ 5 mil, com participação permitida somente a pessoas jurídicas, ou seja, empresas constituídas, conforme determina a Lei de Licitações. Os valores vencedores foram: quiosques de flores, R\$ 5.110,00; de café R\$ 7.500,00; de suco R\$ 11.150,00; banca de revista, R\$ 35.000,00; soquetes; R\$ 41.000,10; cachorro quente 52.000,00; outra de café; outra de café R\$ 56.000,00... ”¹⁵⁷.

A imprensa, também responsável por essa divulgação de imagem de cidade urbanizada, acaba vislumbrando em suas páginas ainda que esse processo de modernização, principalmente no que se refere aos espaços de trabalho, não seria compartilhada por todos os trabalhadores da mesma forma. Além dos altos valores, esses quiosques ofertados pelo município possuem atividades definidas e não atendia às necessidades desses trabalhadores que comercializam outros tipos de mercadorias. Tal episódio ainda aparece marcado com indignação pelo Sr. Elvis principalmente:

“Tanto que u Paulo prometeu o camelódromo, saiu dez barraca, que são tudo de Cascavel. É cinqüenta, sessenta mil a barraca. Eu, se eu tivesse sessenta, cinqüenta mil, eu

¹⁵⁷ FIGUEIRA, Nelson. *Quiosques são entregues a concessionários. Vencedores de licitação firmaram contrato com município e devem abrir empreendimentos no máximo em 60 dias.* In: “A gazeta do Iguaçu”. 4 de julho de 2006. p 3.

não tava vendendo as coisas na rua... Eu ia monta um mercado pra mim, uma lanchonete no bairro, entendeu?”¹⁵⁸

A administração municipal de Samis da Silva, no início do século XXI, deu início ao processo de padronização da Avenida Brasil, e que continuou ainda nos primeiros anos da gestão Paulo Mac Donald no ano de 2005. Arquitetou-se toda uma legislação por parte do poder público, apoiado por parte do empresariado, veiculado pela imprensa, que se ao menos não excluiu os sacoleiros e laranjas que transitam pelas áreas centrais como vendedores ambulantes tentou pelo menos delimitar sua atuação no centro de Foz do Iguaçu. O site oficial do município já anunciava no final de 2001 a progressiva reforma que o coração comercial de Foz passaria:

“O projeto de revitalização da Avenida Brasil, que deverá ser transformada num grande shopping horizontal, já pode ser visualizado. Segundo Rorato [secretário do governo], a revitalização da Brasil é uma promessa de campanha do prefeito Sâmis da Silva (PMDB). Investimentos na área central da cidade além de necessários são uma reivindicação antiga dos comerciantes do local e também dos moradores, por isso o projeto que vem recebendo a aprovação de todos, poderá sofrer ainda algumas modificações”, avaliou. A proposta do projeto é transformar a principal via histórica de Foz do Iguaçu num grande shopping horizontal e área de lazer para moradores e turistas. No trecho de 1,7 mil metros de extensão será priorizada a circulação dos pedestres. Na entrada e saída da avenida serão construídos pórticos estilizados e espelhos d’água.”¹⁵⁹

A Avenida foi remodelada pela prefeitura, regras para os estacionamento da cidade foram modificadas e o comércio central exibiu suas fachadas e vitrines de uma maneira diferente para as pessoas que ali passavam. É interessante destacar que essa produção de argumentos, que incluía desde o termo “revitalização”, tinha certamente o propósito de incutir para população que a “reurbanização” ocorreria de forma “moderna, higienizada e controlada”. Conseqüentemente, a presença desses trabalhadores nas ruas transparece para alguns setores da sociedade como uma imagem ruim para a cidade, cobrando do poder público a eliminação desses sujeitos. Tentou-se imprimir sanções, multas, apreensões para os sacoleiros e vendedores ambulantes que transitavam nesses espaços.

Assim, havia uma preocupação embutida nos discursos das autoridades municipais com o crescente aumento de trabalhadores considerados informais espalhados por toda a

¹⁵⁸ Elvis Ramon, entrevista já citada.

¹⁵⁹ Mais informações consultar www.fozdoiguacu.pr.gov.br/noticias/.

cidade, somando-se ainda com a pressão de alguns comerciantes locais que reclamavam da concorrência que eles faziam aos seus negócios. Além disso, os mesmos alegavam que as barracas que tomavam as ruas do centro da cidade, bem como a atuação em geral desses trabalhadores na fronteira, acabava prejudicando a beleza do município que recebe milhares de turistas anualmente. Tais prerrogativas ainda eram reforçadas pela declaração do prefeito Paulo Mac Donald Ghisi, que tratava de situar esses sujeitos em Foz do Iguaçu, conforme anuncia no boletim do Sindicato Nacional dos analistas tributários da Receita Federal do Brasil – Sindireceita:

“O prefeito de Foz do Iguaçu Paulo Mac Donald Ghisi, foi buscar justificativas para o problema do contrabando e da pirataria... Segundo Paulo Mac Donald, o problema do contrabando e da pirataria na Ponte da Amizade vai mais além, "e o pior é que a imagem da cidade, que vai para o mundo é que aqui é terra de ninguém". Colocam-se grades em cima da Ponte e essa grade é arrebatada, há pessoas que passam e jogam mercadorias por cima das grades. Tem as filas imensas e os assaltantes que roubam as pessoas dentro dos carros. Outros passam com os carros cheios de mercadoria na hora em que a fiscalização termina o expediente. "Com toda essa imagem negativa somos ridicularizados e a cidade de Foz do Iguaçu paga o preço de tudo isso.”¹⁶⁰

Assim, ao procurar os vendedores ambulantes legalmente instalados ou ainda retirar aqueles trabalhadores considerados irregulares, os órgãos públicos e ou privados, tentam suprimir um sentido de positivo de vir e estar na cidade, pela defesa da estética e da modernização desses territórios.

O contragolpe mais imediato dessas classes hegemônicas tem sido uma constante tentativa de criminalização e repressão às estratégias desses trabalhadores na luta pelo seu direito de ocupar o espaço urbano. Criminalização e marginalidade, que por sua vez, também são apropriadas e reformuladas através dos discursos criados por esses trabalhadores e incorporados a suas práticas e estratégias de lutas. Nesse sentido, no caso dos vendedores ambulantes, o reordenamento espacial desses trabalhadores no centro de Foz, realizado pela prefeitura nos primeiros anos do mandato do Paulo Mac Donald, foi uma situação concreta que possibilitou uma atuação mais coletiva e organizada de alguns desses sujeitos:

¹⁶⁰ Mais informações consultar: www.sindtten.org.br Boletim dos Técnicos da Receita Federal Nº 112 de 14 de junho de 2005. p 05.

“Mesma coisa é o prefeito qué tira noís da rua para... Mas como vou para de vendê ali se ele não me deu opção, se ele não me arrumou o, o camelódromo que ele prometeu, entendeu? Esses dia eu, eu inclusive dei uma entrevista na, na Tarobá, nós [referindo aos demais vendedores ambulantes] eu coloquei um cartaz... Num deixavam... “Quero trabalha, o prefeito não deixa. O prefeito prometeu, não cumpriu... Cadê o camelódromo”? Entendeu?”¹⁶¹

Mesmo que não concretizasse conquistas permanentes, não alterando significativamente suas difíceis condições de existências, tais protestos tornaram-se, pelo menos para Sr. Elvis, um ponto de partida importante na luta e manutenção desses espaços. Sendo aquela área, um ambiente de trabalho para Sr. Elvis e outros vendedores, é interessante ainda observar que sua presença representava também uma maneira de viver e trabalhar numa ordem na qual ele não deveria inserir-se ou atuar, já que se chocava com a tentativa de construção de uma “cidade moderna”. De forma desejada ou não, esses trabalhadores resistiam reinventando, relacionando-se, adaptando-se com a tentativa de definição desse espaço.

Em vários momentos, portanto, da narração do Sr. Elvis transpareceu que o exercício dos sacoleiros e vendedores ambulantes deixa de ser compreendido apenas como uma única saída em decorrência do desemprego, e passa a ser visto como um aspecto importante na luta política travada tanto na esfera das instituições de poder quanto na memória construída pelo trabalhador a respeito desse processo. As reivindicações para implantação do camelódromo no intuito de regularizar seu exercício, as cobranças políticas de medidas que beneficie ou minimamente atenuem suas condições de vida e trabalho, expressa que Sr. Elvis, como outros trabalhadores, são sujeitos políticos. Quando não atendidas suas exigências, o uso desautorizado do solo urbano, em sua consciência e formas de viver são justificadas pelas necessidades mais imediatas, mesmo que sofram os riscos de chocar-se com os projetos das classes dominantes.

Nessa situação específica a maioria dos trabalhadores que atuassem na contramão das normas previstas pela Secretaria da Fazenda, corria o risco de perder os seus pontos de trabalho, podendo ser recolocados em outras áreas ou até de serem proibidos de trabalhar naquela área da cidade. Esse período foi marcado por manifestações e revoltas envolvendo

¹⁶¹ Elvis Ramon, entrevista já citada.

os trabalhadores e os agentes da fiscalização. Um desses vários embates foi registrado pelo “Jornal do Iguaçu” no final de 2005:

“Cerca de 150 trabalhadores informais realizaram um protesto pelo centro da cidade pedindo uma solução da prefeitura municipal para um novo local de trabalho para os ambulantes da Avenida Brasil, Feira Iguaçu e da Ponte da Amizade. Eles percorreram a avenida com faixas pedindo para conversar com o prefeito Paulo Mac Donald e criticando a ACIFI (Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu). Segundo o presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes e Autônomos de Foz, Laércio dos Santos, a principal reivindicação é uma melhor distribuição dos ambulantes da Brasil, já que muitos ali estão comercializando os produtos por mais de 25 anos. Com as obras de revitalização da avenida chegando ao fim surgiu um novo impasse entre os autônomos e a prefeitura. Laércio comentou que a administração vai licitar os quiosques do local, o que vai se caracterizar em concorrência desigual.”¹⁶².

A reportagem do “Jornal do Iguaçu” leva a descortinar também que nem sempre as medidas propostas para a cidade são aceitas de imediato e sem contestação, de um modo geral, pela sociedade. Ou que nem todos os elementos de “progresso” implantados pelos poderes públicos são desejados pela população em geral, mesmo no interior da própria elite.

Ademais, os projetos de cidade oriundos do poder público e particular, e/ou defendidos pela imprensa são pensados por outros setores sociais, que também questionam, reivindicam e agem de acordo com seus interesses.

Sobre outros aspectos, muitos fiscais, tanto da prefeitura quanto da Receita Federal, acabam também fazendo “vistas grossas” para a ação desses trabalhadores. Segundo Cícera, “*alguns federal*”, de certa forma acabam se sensibilizando, diante daquela situação de trabalho e vida da maioria da população, pois “*...aqui oitenta por cento é Paraguai, se fecha aquilo lá* [ao referir-se nessas circunstâncias aos representantes Federais na Ponte da Amizade] *tá todo mundo morto, tá todo mundo morto*”¹⁶³. A argumentação de Cícera pondera que o panorama de instabilidade econômica e social da região não afeta apenas os trabalhadores envolvidos nessa condição, mas faz parte do repertório de discursos e preocupações dos poderes instituídos.

Tal fato ficou evidente no pronunciamento do prefeito Paulo Mac Donald, referindo-

¹⁶²FREIRE, Marcelo. *Autônomos pedem apoio de vereadores para novo local*. In: “O Jornal do Iguaçu”. 8 de Outubro de 2005. p 01.

¹⁶³ Cícera entrevista já citada.

se a situação dos vendedores ambulantes quando realizada a reforma da Avenida Brasil e proximidades em que foram deslocados de seus locais de trabalho, conforme tratou o site oficial da Câmara Municipal da cidade: *“Os ambulantes são parte da nossa cultura. Não só em Foz, mas em todas as grandes cidades existem e aqui nós vamos dar um tratamento digno para eles”*. Partindo dessa perspectiva, a prefeitura buscava assumir uma postura mediadora, seguindo as necessidades do mercado e da dinâmica capitalista, na medida em que tentava eliminar os trabalhadores considerados irregulares das áreas centrais, e possibilitava paradoxalmente formas de manutenção desse trabalho.

Tais premissas ainda são reforçadas por Claudinei, quando reavalia as funções dos agentes fiscais na aduana brasileira, a partir da seguinte ótica: *“Fica ali na ponte, fica ali parado na ponte... Você vai ver eles... fazendo isso, passando na maior cara dura porque né? A fiscalização né? Tem pouca gente pra fiscalizar e muita gente pra trabalhar, passando necessidadi...”*¹⁶⁴

Nessas ocasiões até a própria atuação dos agentes federais e a estruturação da lei que descriminava esses sujeitos era posta em dúvida, sendo reformuladas ou descaracterizadas a partir de outros imperativos e mecanismos lançados pelos trabalhadores.

Ao que se apresenta, o desemprego acarreta uma pressão social até para a própria administração pública, sendo um motivo plausível para que se tolere o comércio intitulado irregular ou ilegal na região. O fato de, muitas vezes, não conseguirem a inserção no mercado de trabalho formal, ou quando o obtém, acabam refletindo nos baixos rendimentos, contribuem para que esses trabalhadores assumam outras atividades na cidade.

Portanto, observa-se que a administração municipal tanto do prefeito Paulo Mac Donald como aqueles que o antecederam, usavam uma retórica nos seus discursos e ações: apresentando-se como órgão repressor das atividades de rua consideradas ilegais, ao mesmo tempo, que toleravam a viabilidade dessas atividades, uma vez que ratificava sua preocupação política e a necessidade de medidas socioeconômicas que viabilizam a existência dessas pessoas no município, incluindo aqueles trabalhadores perseguidos e

¹⁶⁴ Claudinei, entrevista já citada.

reprimidos pela sua atuação. Uma vez ainda que busca assegurar os interesses de alguns membros da classe dominante.

Como já referimos acima, alguns segmentos da sociedade são atingidos pelas pressões sobre dos sacoleiros e laranjas, inclusive o empresariado local. Sobre isso é significativo ponderar o que escreve Fouad Mohamad Fakih no seu artigo “ *Foz que se prepare para a tsunami que vem por aí*”, o proprietário de inúmeros estabelecimentos comerciais na cidade, ressalta sua posição quando se trata de caracterizar esses trabalhadores no universo da tríplice fronteira:

“Os sacoleiros surgiram das carências. No princípio, cumpriam o papel de garantir o abastecimento do país com produtos importados com baixos custos. Fortaleceram o plano real e cooperaram para evitar o desabastecimento e a inflação. Depois pela falta de oportunidade de emprego nos grandes centros urbanos e diante dos olhos da fiscalização, tornaram-se milhares de reféns da atividade. De alguma maneira, isso ajudou a evitar a convulsão social. Em resumo: a omissão da fiscalização e a falta de políticas de geração de empregos levaram essas pessoas à informalidade. Estão incluídos em uma massa que representa quase 50% dos trabalhadores brasileiros. Como eles surgiram tanto os laranjas quanto os novos empresários em todos os setores. Os negócios, da alimentação ao setor da construção civil, foram ampliados para atender a demanda. Todos os segmentos foram beneficiados e isso não rotula como agentes do contrabando...”¹⁶⁵

Perante essa produção de argumentos, a tentativa de criminalização ao exercício desses trabalhadores, intensificada principalmente no início do século XXI, também passa pelo exame minucioso dos mais variados setores da sociedade que encontram nessa conjuntura, agravada partir de 2000 quando se intensificou a fiscalização na fronteira com o Paraguai por parte da Receita Federal, deixando quase 40 % da população que já vivia na informalidade sem nenhum tipo de ocupação e provocando o fechamento de quase cinco mil pequenas lojas apenas em Ciudad Del Este.¹⁶⁶

É preciso, portanto, atentar que o autor situa-se num momento, considerado de crise social por um número expressivo de moradores, empresários e comerciantes de Foz do Iguaçu e região que depende direta ou indiretamente do comércio de importados. O pronunciamento de Fouad como o de outros empresários que lucram com atuação desses sujeitos nos possibilita ponderar mais uma vez, que o que está em questão não é apenas a

¹⁶⁵ FAKIH, Fouad Mohamada. “ *Foz que se prepare para o “tsunami” que vem por aí*”. Mais informações consultar o site: clipping.planejamento.gov.br 16/03/2007. p 03

¹⁶⁶ Mais informações consultar o site: www.sopabrasiguiaia.com

legalidade/ilegalidade, criminalidade da atividade, o caos social, mas de como essa atividade apresenta-se enquanto um alicerce primordial nas relações processadas ao longo dos anos na cidade, tornando-se ponto de referência para os sujeitos sociais que constroem e vivem nesse espaço.

Dessa maneira, esses trabalhadores compreendem os espaços, tanto das áreas centrais da cidade quanto da aduana Federal, como possibilidade de trabalho e vida. Para isso, frequentemente utilizam-se de estratégias que invariavelmente condizem com as noções legais, morais, estéticas, modernização, apregoadas pelas classes dominantes.

Trabalhadores e Viveres Urbanos

As dificuldades encontradas no cotidiano do trabalho dos sacoleiros e vendedores ambulantes nas ruas de Foz do Iguaçu não se resumem apenas a ação das instituições públicas ou privadas. Além de enfrentar o controle dos fiscais e a intenção do poder local de removê-los dos espaços com maior número de transeuntes, frequentemente os trabalhadores disputam entre si os melhores lugares para trabalhar. De acordo com Sr. Dário isso gera:

*“... Poblema... É quando junta excesso de vendedor por causa do desemprego, são pessoas que ainda entende. É um trabalhador... É um ladrão a menos, porque o que não presta é o que mais tem... Mas tudo num acordo, respeito, né? Chega e conversa e tudo resolvido e pronto. Continua cada um pro seu canto”*¹⁶⁷.

Uma das reclamações do Sr. Dário direciona-se a uma parcela significativa de trabalhadores não licenciados que migrou nesses últimos tempos para área da Avenida Brasil. Ao passar pela avenida percebemos que o número de vendedores ambulantes é expressivo, principalmente os que ofertam CDs e DVDs. Cada centímetro é vitoriosamente conquistado. Cada um a sua maneira busca demarcar seus espaços, quer seja pela força física, quer seja pelos acordos informais entre os mesmos trabalhadores e até mesmo com os comerciantes locais:

“Eu trabalhava na, na frente do Barbarela [lanchonete] há quatro anos, inclusive dá luz pra eu, eu testa o meu, meu CD e tudo, entendeu? E ele falou: “você não me

¹⁶⁷ Dário Maldonado, entrevista já citada.

atrapalha”... Porque eu trabalho sério né, não mexo com mulhe, não falo besteira pra ninguém, nada. E eu né não ofereço minha mercadoria... Se você chegou na minha banca, você comprou porque vocês quis, não te ofereço, num, num fico... Não sou aquele camelô “leva, leva”, entendeu?. É isso que eu aprendi ... Entendeu?¹⁶⁸

Esses acordos tácitos ainda permitem realçar os laços de conveniências entre o vendedor e o dono da lanchonete, na medida em que ao atrair o público para seus produtos, ele ainda abastece com consumidores o comércio instalado próximo ao da sua banca e vice-versa.

Ao não se revelar um vendedor inconveniente e persistente, Sr. Elvis aposta num diferencial para conquistar sua clientela e as amizades dos comerciantes locais. Trabalhar com honestidade e respeito, significou para Sr. Elvis, enfatizar seus valores e costumes herdados e mantidos, dos quais Sr. Elvis se vale no sentido de adaptar-se ao meio urbano, reconstruindo e imprimindo seus modos de viver e trabalhar:

“Então sou uma pessoa uma pessoa humilde, faço amizade com o pessoal tudo... Esse problema eu num, num tive né, porque aonde eu vou às pessoas me querem bem né... Porque eu respeito todo mundo, entendeu? Porque o meu negócio é mais... Bem humilde... Eu sou amigo de todo mundo, entendeu?”¹⁶⁹

Cada sujeito ao seu modo visa desenvolver e potencializar suas habilidades na tentativa de superar as dificuldades encontradas no exercício diário, visando tornar as ruas o espaço mais agradável possível de trabalhar. Outras vezes, as péssimas condições do comércio é outro problema encontrado entre esses trabalhadores, uma vez que trata de um tipo de atividade que depende da oferta de bens e serviços ofertados para a população, explica Sr. Sebastião:

“Porque muitas vezes você... Eu trabalho com crediário, eu vendo muito fiado... Então muitas vezes a pessoa não tem condições de compra... Ir no Paraguai, compra não tem dinheiro na hora... Então ele compra aqui com a gente...”¹⁷⁰.

Vender “fiado” ou trabalhar com “crediário” reflete-se como uma das dificuldades encontradas pelo sacoleiro nas ruas das cidades, mas também se apresenta como uma forma

¹⁶⁸ Elvis Ramon, entrevista já citada.

¹⁶⁹ Elvis Ramon, entrevista já citada.

¹⁷⁰ Sebastião, entrevista já citada.

de atrair o público e conquistar sua simpatia e confiança, reforçando o vínculo comercial e/ou pessoal entre o cliente e o vendedor.

As condições de trabalho também se referem nas falas desses trabalhadores pela falta de infra-estrutura, os assaltos e roubos constantes, as péssimas condições de higiene nas ruas, desalojados de sanitários tendo que recorrer às lojas e bares privados. Características, que ainda são reforçadas por Claudinei quando se trata de ressaltar o seu deslocar na fronteira:

“...Todo mundo que trabalha no Paraguai, todo mundo fala... Eu não quero trabalhar no Paraguai, porque lá é sujo, lugar sabe que não tem lei sabe... Sei lá... Você come em horário errado, você bebe em horário errado, você fica só tomando café, tem né? Quem fuma, fuma sabe...Você fica muito tempo ali... Fica naquela correria, fica no carro a gente espera, é, é... O pessoal vai passar mercadorias e você fica ali, fica ali três, quatro horas sem fazer nada. Aí você toma refrigerante, você fica parado... A minha intenção não é ficar assim sabe desligar assim totalmente é...Pode viver só da educação física no caso né? Quero só estudar na área mesmo...”¹⁷¹

Essas impressões, Claudinei constrói uma contraposição entre a educação física e os sacoleiros e laranjas. Trabalhar nas ruas implica correr risco, viver sobre incertezas e estar vulnerável socialmente. Por outro lado, ele pondera que não desmerece essa atividade já que a mesma foi responsável por muitas de suas aquisições pessoais desde que migrou para Foz do Iguaçu, tais como a aquisição de sua casa no Parque Imperatriz, “ *... hoje em dia eu tô bem. Tenho meu carro e minha casa, antes era mais difícil*”. Além de significar a solução imediata de “livrar-se” do pagamento de aluguéis, que consomem parte significativa do orçamento familiar, o alcance da casa própria significa ter direito a morar e viver na cidade, que também é compreendido como ter direito às condições de vida digna.

A idéia, portanto, de uma vida improvisada, precária repleta de incertezas não passa apenas pelo âmbito do trabalho, a começar pelas incertezas de um “lugar para morar”. Para a maioria dos sacoleiros, laranjas e vendedores ambulantes, ter vindo para Foz do Iguaçu ou mesmo para aqueles que aqui nasceram, está relacionado com as expectativas de melhores condições de vida. Mapeando algumas dessas trajetórias, atenta-se que esses sujeitos não

¹⁷¹ Claudinei, entrevista já citada.

travaram uma luta apenas pelo direito de trabalhar, mas também pelo acesso a moradia, transporte, educação, saúde, e outros requisitos básicos que lhes garantam minimamente sua sobrevivência na cidade.

Um exemplo sugestivo foi de dona Marinetti. Residindo há mais de cinco anos no Bairro Porto Meira, a depoente destaca seu grande sonho de adquirir sua casa própria, o que não foi possível, tendo em vista os poucos retornos da atividade, caminhando lado a lado com as “ameaças” de despejos: *“Não tudo aluguel, não conseguimos comprar até agora, por isso que eu digo. Se tassi os dois empregado noís tinha condição de pegá um financiamento e compra uma casa. A vida da gente é assim não passemos fome, mas também não sobra pra fazê capital nenhum...”*¹⁷²

A impossibilidade de adquirir sua casa própria, expressa na locução da trabalhadora, concepções por ela trazidas e (re)elaboradas a partir de suas necessidades e possibilidades. Diante dessa impossibilidade, morar de aluguel ou sofrer ações de despejos, na argumentação de dona Marinetti tornam-se legítimos diante do quadro de instabilidade da fronteira. Logo, também para os moradores do bairro Vila “C”, Marco Aurélio, Cícera e Mariusa, e para tantos outros trabalhadores, a estabilidade financeira e laboral, representa um passaporte importante para o acesso a seu primeiro imóvel. O que significa por sua vez confrontar e driblar as várias barreiras encontradas:

Cícera : *“... melhora aqui só se aparece algum... Serviços nessa cidade, se não tá todo mundo frito...”* ¹⁷³

Marco Aurélio: *“Eu penso em estuda, estuda né? Ter uma profissão melhor, um, um serviço sabe melhor, do que esse né?”*¹⁷⁴

Mariusa: *“Ah! Eu espero qui pelo menos pro meus filhos, qui eles estudi né? Qui nem eu falei para eles, pra vê se consegue um, um emprego, uma vida boa...”* ¹⁷⁵

Ainda que conscientes das dificuldades que encontram na cidade, para alguns desses sujeitos, como Marco Aurélio, dona Mariusa e Cícera, seus sonhos e objetivos persistem,

¹⁷² Marinetti, entrevista já citada.

¹⁷³ Cícera, entrevista já citada.

¹⁷⁴ Marco Aurélio, entrevista já citada.

¹⁷⁵ Mariusa, entrevista já citada.

enquanto projetos de um futuro próspero, ou quando não realizados e satisfeitos a sua maneira, seus filhos passam a fazer parte desses projetos de vida esperado. Desse modo, ao construir essa cidade, esses diversos trabalhadores foram se construindo também em suas formas específicas ou não de inserção, moradia, trabalho, registrando suas memórias e impressões sobre esse processo de reafirmação pessoal e social.

Mesmo que sua situação permanecesse inalterada, pelo menos de imediato, a sua chegada ao município e conquista de um pequeno terreno irregular as margens do rio Paraná, para dona Sebastiana abriu a perspectiva para a resolução dos seus problemas habitacionais. *“Você tá vendo essa casa aqui, até massa de cimento, já ajudei a assenta na casa...Tudo...fui eu com meu trabalho...”*¹⁷⁶

É interessante notar que para dona Sebastiana a luta pela moradia torna-se uma conquista, diante dos demais problemas e enfrentamentos com a legislação urbana e o poder público. Vivendo há mais de dez anos na intitulada “favela da marinha”, construir sua casa, para dona Sebastiana, não correspondeu apenas às demandas mais imediatas da trabalhadora, mas assume nesse processo, o reconhecimento, e afirmação de pertencimento de algum lugar no espaço urbano. Sua participação no processo de ocupação e edificação de sua casa também contribuiu para compartilhar os outros problemas enfrentados pelos moradores do bairro, especialmente o de infra-estrutura, tornando-se um ponto de partida para outras reivindicações da laranja:

“Eu a gostaria Elen de estudar, gostaria. Que até, que até chamei para ponha um poste de Luiz, pra eu podê vim à noite embora, estuda à noite, que aqui é todo escuro, nem isso não me atendem, nem um poste de Luiz ali pra min não vieram ponha... Quando eu me operei eu fiquei mal, eu fiquei mal, que estorou, estorou a apendiciti e eu não sabia... Eu fiquei três dias na cama aqui, meus patrões vieram tudo aqui me deram assistência, tudo que outros aqui em Foz que eu trabalhei não me deram assistência. Pra político mesmo Elen, quando é época de eleição a minha casa é cheia de gente, de político pra mim ir trabalhar, chegam a briga entre eles, pra mim... Porque eu tenho muita amizade aqui. As pessoas que eu falo “ voto para fulano, eu quero perder meu pescoço se eles não voltaram” através de mim. I, i, eu nunca tive ajuda dum prefeito, dum vereador, de nada mesmo, nunca tive cesta básica, de nada, de nada mesmo ...”¹⁷⁷

¹⁷⁶ Sebastiana Dock , entrevista já citada.

¹⁷⁷ Sebastiana Dock , entrevista já citada.

Se do ponto de vista da trabalhadora o descaso das políticas públicas se proclama na precariedade infra-estrutural do seu bairro se estendendo às dificuldades de saúde, por outro lado a maioria de suas reivindicações ou críticas abria a oportunidade para o florescimento de práticas políticas das mais diversas. Portanto, a luta por trabalhar dos sacoleiros, laranjas e ou vendedores ambulantes, não é tomada como um elemento isolado, que finda em si mesmo. Ela se constitui primordialmente enquanto um alicerce significativo também na luta pela afirmação pelos espaços sociais.

Nesse sentido, as reivindicações pelo direito de trabalhar para esses sujeitos inserem-se nas mesmas reivindicações, que levam milhares de trabalhadores a lutarem por uma moradia melhor, cobrar medidas dos representantes públicos com relação à saúde, saneamento básico, educação, sendo colocados lado a lado como parte importante das estratégias de vida e resistência desses trabalhadores na cidade.

As redes de comunicações, o apoio e solidariedade compostos por parentes, vizinhos, colegas de trabalho, que se encontram na mesma condição, surgem para a trabalhadora enquanto superação para o controle da própria situação. Diante disso, dona Sebastiana ainda intitula-se uma espécie de líder do seu bairro, partindo da justificativa *“Porque eu tenho muita amizade aqui”*, tornando-se uma pessoa bem quista entre os membros da comunidade, (re) significando suas práticas políticas fortalecidas através dos laços de convivência. A solidariedade entre esses trabalhadores transparece nos seus diálogos como um forte elemento de coesão social, prevalecendo especialmente sobre questões circunstanciais: *“Se não fosse os sacoleiros”, meus vizinhos, o Paraguai eu não sei... Eu fui pedi ajuda ali, ajuda, na, na PROVOPAR [Programa do Voluntariado do Paraná] para mim dá uma mão né? Eles não me deram, pro, pro eu não tinha, tava ainda operada, eu tava operada não podia erguer peso nenhum. Você acredita que ali ninguém deu um pedaço de pão seco pra mim trata meus filhos, nada...*”¹⁷⁸

Sobre isso é significativo pensar no que escreve Antunes Medeiros. O autor, ao investigar os modos de viver dos ambulantes/camelôs e dos produtores/comerciantes de horti-fruti-granjeiros no município de Uberlândia, a partir da década de 1970, ressalta a importância desses sujeitos na constituição desse espaço, a partir da perceptiva que elaboram e experimentam sua visão de cidade. Na sua concepção:

¹⁷⁸ Sebastiana Dock, entrevista já citada.

“A cidade é representada então, como um espaço das possibilidades de melhorar de vida. Não satisfeita essa expectativa, tornando-se um anseio permanente, há que se lutar para concretizá-la. Essa realização, passa, necessariamente, por um posicionamento político. O posicionamento político dá –se de acordo com a experiência individual. Alguns tendo sofrido várias frustrações face ao poderes públicos, assume a postura de descrédito. Outros permanecem na luta, utilizando de várias estratégias”¹⁷⁹.

Nessa direção, a cidade é composta por diversos segmentos sociais, interesses diversos, conflituosos e diferenciados. A partir disso, que para Antunes, é da relação entre trabalhadores, representante comerciais, públicos, moradores, vizinhos, entre outros aspectos e da soma de todos os elementos apontados acima, que o espaço urbano é constituído.

A ausência dos equipamentos públicos, como água encanada, luz, também foi encontrada pelo Sr. Sebastião quando migrou de Dois Vizinhos para Foz do Iguaçu. Depois de muitas idas e vindas, morando em vários bairros na cidade, ele confessa que está bem instalado, com sua casa própria no Jardim Maracanã, o que não impede que ele pondere a seguinte situação:

“Antigamente a gente vivia melhor, agora tá cada vez pior, vende menos, tem menos turista na cidade, a cidade não oferece oportunidade de trabalho melhor... Então, cada vez ficando pior, violência, mercadoria, mantimento, tudo aumenta né? Só o salário que não, é nossa renda é pouca. Então, não tem como assim eu ti dize um futuro melhor, do que do jeito que vai... É difícil ter um futuro melhor em relação... É tipo assim a estudo, você não pode estudar porque você tem que trabalhar, se você para um dia de trabalhar faz falta... Então, não tem como você te um... Futuro melhor é difícil...”¹⁸⁰

Entre o passado e o futuro, os trabalhadores também têm que realizar um exercício no sentido de aprender a lidar com outras situações, mesmo que isso se reflita na falta de oportunidades de emprego, violência, etc. Ao falar que antigamente vivia melhor, ela expressa, ao mesmo tempo, a consciência de que não é possível um retorno ao passado e que é necessário um aprendizado em relação viver nos atuais moldes da cidade.

Isso significa também sentir suas dificuldades e se perceber nessa cidade.

¹⁷⁹ MEDEIROS, Antunes, op cit. p 84.

¹⁸⁰ Sebastião, entrevista já citada.

Na situação do Sr. Dário, são elementos concretos que fazem com que ele pondere o seguinte:

“Eu e minha esposa que trabalhamos... Só eu e ela é devido à falta de emprego. Algumas coisas saíam assim... Então, por causa dos filhos também... Então, não tem condições hoje, os salários assim é muito difícil, hoje com um salário de quatrocentos, quinhentos reais aí... Ora manté uma família, qui nem nois somos em seis: eu, minha esposa e quatro filhos... Então, você vai no mercado, você compra o necessário trezentos, quatrocentos real e falta, isso todo dia, mais, uma conta de luz hoje, num mais baixo hoje é trinta, quarenta real, né? Uma água hoje menos de vinte e cinco real você não consegue, por mais que você se esforce não tem jeito entendeu?”¹⁸¹

A experiência na cidade reforça a própria interpretação do sacoleiro e vendedor ambulante, onde vida e trabalho não se separam. Assim, pode-se dizer que parte do seu desencanto com a cidade, que passa também pelos baixos salários, pela alta “*conta de luz*”, dentre as inúmeras dificuldades de sobrevivência nesse espaço, reflete-se nas inseguranças e incertezas do mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, a memória dos sacoleiros e laranjas, é (re) elaborada de acordo com alguns critérios: a perda de um determinado benefício faz com que a memória positiva ceda lugar a um sentimento de negatividade daquela conjuntura, tal como foi com dona Sebastiana: “*Você acha que essas obras que taí, não foi du, du, Paulo, foi do Dobrandino [prefeito da gestão de 1988 e 1998 e pai do sucessor Samis da Silva] ... do Samis que tava fazendo e deixou pra nois [referindo-se a gestão anterior do prefeito Paulo Mac Donald, em 2005] ... O Dobrandino é ima pessoa muito bem vista... Que a prefeitu, esse prefeitu eu num, num confio mesmo. Essa prefeitura não serve...*”¹⁸²

Diante desse quadro, ela ainda mantinha uma lembrança positiva das administrações anteriores, comparando-as com a administração presente, que na sua opinião, “*não o está tendo uma ótima gestão*”. Ao se apropriar dos acontecimentos passados, para elogiar as administrações Silva se comparado pelo descaso com relação à gestão atual, a laranja acaba transpondo suas preocupações para o campo complexo de disputas pelas quais ela também se constitui. Ela tomava como referencial importante no apoio à reeleição do candidato Celso Samis da Silva, e dos mandatos posteriores de

¹⁸¹ Dario Maldonado, entrevista já citada.

¹⁸² Sebastiana Dock, entrevista já citada.

1983 e 1993, do seu pai Dobrandino da Silva também prefeito de Foz do Iguaçu, que a seu ver “... sempre ajudou os pobres” e consequentemente “... O filho fez e faria o mesmo.”¹⁸³

Cabe sublinhar que a fala de dona Sebastiana não apenas registra um processo tenso vivido pela trabalhadora na construção de outros valores quando se trata de posicionar politicamente na cidade, mas também nos embates e disputas pelo futuro mandato municipal de 2005, que trouxe no bojo de suas legendas, partidos e interesses opostos representado pelo até então prefeito Celso Sâmis da Silva (PMDB) e Paulo Mac Donald (PDT), que buscavam garimpar a todo custo apoio das mais variadas classes sociais. Ademais, dona Sebastiana como muitos outros trabalhadores, não apenas estão afirmando-se no campo das lutas sociais e políticas, mas estão disputando lugares, reivindicando direitos, assegurando presenças e identidades.

Logo, aprovação ou a desaprovação de uma determinada administração, e a forma como a memória é constituída sobre ela, vincula-se ao alcance de benefícios ou concessões de uma forma ou de outra, marcam a experiências desses trabalhadores. Em relação a isso, a gestão do prefeito Paulo Mac Donald foi avaliada sobre outros parâmetros pela dona Marinetti:

“Olha mudou cem por cento, porque mais que cem por cento não tem como muda... Em tudo, pra mim eu digo assim, desde de médico, dentista, tudo... Qui si fala, tudo pelo SUS [Sistema Único de Saúde] , estudo... Tudo que a gente batalhava, agora consigo tudo. Mais a hora que precisa é outra coisa, esses SAMU [Serviço de Atendimento Móvel de Urgência] que falam é a melhor coisa que inventaram i si liga no máximo quinze minuto, quando demora quinze minuto, às vezes nem isso... Eu acho qui o Paulo ele não vai fazer tudo o que ele tem vontade, porque só tem quatro anos, né? Tomara que ele vai, se ele si candidata ele se elégi di novo...”¹⁸⁴

Se de um lado encontramos dona Sebastiana que enfatiza sua frustração e desencanto com mandato Mac Donald, para dona Marinetti esse período atuou em melhorias na sua qualidade de vida na cidade. Diante de tal situação, é compreensível que ter acesso à saúde e educação marca profundamente a vida de uma família de poucos recursos financeiros. O que mais me chamou a atenção foi que no momento da entrevista, ele não mencionou problemas na referida administração. Essas observações,

¹⁸³ Sebastiana Dock , entrevista já citada.

¹⁸⁴ Marinetti, entrevista já citada.

feitas pela dona Marinetti, são um indício, também, de como uma perspectiva de governo preocupado com o bem estar da classe trabalhadora era propagada a partir dos próprios trabalhadores como meio de inculcar na população o ideal de administração.

Assim, a memória e narração de dona Marinetti, como de alguns desses trabalhadores, são também impregnadas de noções extraídas do pensamento dominante e remodeladas de acordo com suas trajetórias, expectativas e interesses. A partir dessas relações entre esses sujeitos e o poder público que afloram e são construídas as diversas percepções sobre a cidade. Da mesma forma que atacar a fiscalização dos poderes públicos, buscarem melhorias na suas condições de trabalho, moradia, saúde, relacionar-se bem ou mal com os políticos locais, são elementos que constituirão a memória desta trabalhadora sobre Foz do Iguaçu.

Podemos compreender também que a própria presença desses sujeitos enquanto trabalhadores, moradores, são apreendidas na cidade a partir dos seus interesses específicos, que buscam barganhar apoio dos representantes políticos da cidade, oferecendo em troca seu possível voto e apoio nas eleições seguintes. Alguns desses trabalhadores buscam barganhar voto, na medida do possível o apoio de lideranças políticas, significa também um modo a garantir sua existência e o reconhecimento da categoria. Isso significa para dona Marinetti:

“Eu acho que o laranja, merecia ter mais tarde um tipo de aposentadoria, valer todos os anos que as pessoas estão trabalhando passando mercadorias. É o que nós estamos lutando... Que nem se valer isso aí, os doze ano que, por exemplo, o meu marido trabalha nisso, tem mais esses anos e daí a hora que a gente conseguiu fazer alguma coisa, continua pagando INSS [Instituto Nacional de Seguridade Social], daí vai valer pra ele aposentadoria, esses dozes anos vai valer junto, como um emprego como ele tivesse... A gente tá torcendo que dê certo, esse negócio que Giacomo [Deputado Federal] tá mexendo, ele tá dando apoio. O Giacomo é um dos que apóia os muambeiros...”¹⁸⁵

Ao ressaltar o apoio do representante público Fernando Giacomo às categorias dos sacoleiros e laranjas, dona Marinetti faz também alusão à medida provisória 380 lançada em meados de 2007 e encabeçada pelo deputado, que propõem a instituição do Regime de Tributação Unificada na importação, por via terrestre, de mercadorias trazidas por esses

¹⁸⁵ Marinetti, entrevista já citada.

trabalhadores. Na prática, isso significa a criação de uma legislação aduaneira entre Brasil e Paraguai que permita aos sacoleiros, através da implantação de impostos mais acessíveis, possam atuar como micro importadores, legalizando sua situação na fronteira.

Em outras palavras, isso significa para a laranja e muitos outros trabalhadores a regulamentação e reconhecimento do seu exercício perante a sociedade e a legislação trabalhista.¹⁸⁶ Embora esse projeto, na época da entrevista, estava ainda em fase de discussões e especulações, trazendo no seu bojo muitas controvérsias; no que se refere ao estabelecimento de quais tipos mercadorias seriam regularizadas, valores de impostos cobrados, e especialmente quando se trata de atender as necessidades dos empresários do país a serem respingados com tal medida, (evitando uma concorrência direta com os trabalhadores da fronteira), para a dona Marinetti já representava a construção de outros caminhos, projetados para um futuro próximo que garantisse a segurança de sua família, a começar pela aposentadoria do seu marido.

Apegar-se as classes mais abastadas, acentuar a necessidade de maior infraestrutura nos bairros e região, sempre foi utilizado como peça importante de propaganda pelo poder público na época de campanhas eleitorais ou na gestão, os trabalhadores ora denunciam a sua ausência ora negam essa falta, demonstrando, um sentimento de pertencimento a esta cidade, mas de conhecer suas qualidades e problemas:

“Esses dias tava assistindo a “TV Foz” na minha casa eu vi o, o prefeito prometendo [Paulo Mac Donald] aqui, quando abaixasse o leito, ele ia até coloca até azulejo na, na prainha de Três Lagoas, entendeu? Daí ele falou pra jornalista assim, né? Quando ela... “... não adianta amanhã, depois, daqui três ano você me cobra que tem que abaixa o rio” Mas daí eu penso como é que vai coloca azulejo, que vai cola isso aí, porque tem que seca né, entendeu? Ele, ele fala muita besteira, né? Com tanta coisa pra fazer na cidade...”¹⁸⁷

Para enfatizar suas palavras, ele exemplifica que o policiamento, também é uma antiga reivindicação do bairro Adriana, o que mostra certa revolta diante das

¹⁸⁶ Entre outras questões, o projeto de lei propõem que o interessado, em qualquer parte do território brasileiro, poderá comprar mercadorias no Paraguai até o teto de R\$ 240.000,00 anuais, sendo que a tarifa de importação deverá ficar entre 25 à 44%, dependendo do produto importado, legalizando dessa maneira, o comércio na fronteira entre os dois países Brasil e Paraguai. Mais informações consultar o site: www.portalexame.abril.com.br.

¹⁸⁷ Elvis Ramon, entrevista já citada.

“... Só promessas do prefeito [Paulo Mac Donald] ... Por isso tá aumentado o roubo, o assalto, morte...”

Desse modo, estes trabalhadores compartilham da constituição do espaço urbano, através da busca de equipamentos públicos, de habitação, e também por meio das formas como trabalham na cidade, tornam-se co-autores dessa cidade. As experiências desses trabalhadores interferem diretamente no cenário urbano, remodelando, reconstruindo-o. Da mesma forma que em suas práticas tendem a influenciar e impregnar nesse espaço significados diversificados, elaborados mediante a experimentação dos modos de morar, reivindicar, trabalhar e relacionar-se com os diversos sujeitos sociais.

Denunciar a ausência dos equipamentos públicos, segurança, bem como cobrar a sua instalação ou ainda revelar seu apoio incondicional as administrações municipais, expressa um desejo desses trabalhadores de serem úteis e reconhecidos num espaço, no caso, a cidade. Portanto, foi freqüente nas locuções desses sujeitos, ora um julgamento positivo ora negativo sobre uma mesma gestão, dependendo do momento em que o entrevistado está vivenciado e dos benefícios possíveis que poderia conseguir.

Vivendo e trabalhando em condições precárias ou não, esses sujeitos não deixaram de experimentar e preservar alguns de seus costumes, comportamento, crenças, numa variedade de locais onde encontram espaço para sua sociabilidade. Nesses locais de trabalho, na travessia pela ponte, nas compras nas lojas de Ciudad Del Este, acaba tornando-se lugares de sociabilidade da classe trabalhadora, comentando sobre as notícias que acontecem na cidade, sobre outras oportunidades de empregos, etc.

Cruzando as várias experiências que constituem e caracterizam a cidade de Foz do Iguaçu, as vivências dos sacoleiros e laranjas, bem como aqueles que atuam como vendedores ambulantes não aparecem de forma isolada, ao contrário, eles fazem parte de uma rede mais ampla de relações sociais. Relações que compreendem elementos de discussões tais como trabalho, ilegal, legal, regular, irregular, migração, moradia, resistência e que afloram na narração desses sujeitos e são vividas em momentos históricos por vezes específicos, apresentando compreensões distintas a respeito dessa cidade e o direito ao seu uso. Compartilho, nesse sentido, com a noção de cidade de Raquel Rolnik. Ao situar os sujeitos sociais na constituição do espaço urbano, a autora ressalta que:

“As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar; aqui lugar de trabalhar, aqui lugar de circular. Estas seriam relações puramente funcionais; só que a cidade não é só isso. Para além delas existe todo o processo de significação, de percepção e de construção desta territorialidade. Então uma rua, para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências, que o sujeito teve, que seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve.”¹⁸⁸

Assim, muito mais que situar os sacoleiros e laranjas num ambiente comum de trabalho e sobrevivência, Foz do Iguaçu constitui-se um espaço de luta, no qual trabalhadores, poder público, elites compartilham seu espaço de modo diferente, mas constroem suas experiências de maneira entrelaçadas nesse tecido social.

¹⁸⁸ ROLNIK, Raquel. “História urbana: História na cidade?” In: FERRANDEO, ANA, GOMES, Marco A. (org) *Cidade & História. Modernização das Cidades brasileiros nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA/ANPUR, 1992. p 28

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Abordando a história como um processo construído pelos próprios homens, de maneira compartilhada, complexa e ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas.”¹⁸⁹

A coragem, à vontade e/ou a necessidade de trabalhar marcam desde muito cedo a trajetória dos sacoleiros e laranjas, residentes em Foz do Iguaçu. Situados num contexto específico da tríplice fronteira, atravessar a Ponte Internacional da Amizade para comprar mercadorias no país vizinho, apresenta-se como um dos inúmeros obstáculos a ser vencido por esses sujeitos que expressam maneiras de viver e trabalhar, muitas vezes, diversas e em confronto com aquelas pensadas e propagadas pelas classes dominantes.

O mundo do mercado intitulado “informal” configura-se para esses indivíduos, residentes em Foz do Iguaçu ou ainda vindo de outras regiões, como única alternativa plausível para fugir do desemprego e das carências vivenciadas. Os riscos, incertezas e a instabilidade das condições de trabalho nas ruas combinadas com a destituição de uma série de direitos trabalhistas, contemplam frequentemente o universo de relações e significações desses indivíduos.

Nessa direção, na primeira parte desse trabalho, coloquei-me diante de um importante e necessário debate sobre a inserção desses trabalhadores na atividade de laranja, sacoleiro e/ou vendedor ambulante na cidade de Foz do Iguaçu, situando em termos de relação de trabalho, família, migrações, escolhas. É interessante perceber, que mesmo não conseguido concretizarem muitas das expectativas construídas e trazidas para essa cidade, dentre elas o alcance de um emprego registrado em carteira, esses trabalhadores não estavam

¹⁸⁹ KHOURY, Yara Aun. “As Narrativas Orais na Investigação da História Social”. In: *Projeto História*. São Paulo, Jun, 2001. p 80.

interpretando necessariamente sua trajetória como fracasso, decepção ou arrependimento.

Através de suas próprias narrativas, se observa como esses sujeitos se reconheciam enquanto sujeitos de um processo histórico. Esse processo, geralmente, é interpretado de forma predominantemente estatística e numérica ou a partir de denominações conceituais tais como “ilegais”, “informais”, nas quais se negava a esses trabalhadores a condição de sujeitos sociais.

Assim, apontamos que as práticas e ações dos sacoleiros e laranjas se expressam das mais variadas formas, resistências, acomodações, trajetórias as mais variadas, percepções, às vezes, contraditórias, sobre trabalhar e viver na fronteira. Os confrontos com órgãos instituídos tais com a Receita Federal, fiscais da prefeitura, com a imprensa local, entre aqueles ainda os relacionados aos estereótipos de classes, a pesquisa problematizou não só suas múltiplas faces, mas também as estratégias de inserção e sobrevivência sociais, alternativas construídas a partir delas, entre as quais destacou a necessidade de afirmarem-se como pessoas honestas e bem quistas.

Esses embates de classes transformam-se para os sacoleiros e laranjas em momentos de discriminação por parte da sociedade, imprensa e órgãos oficiais. As imagens e caracterizações a cerca desses trabalhadores, normalmente tendem a colocá-los com indivíduos desordeiros, criminosos, incapazes de pensar e agir sobre os acontecimentos que os circunda. Ademais, a multiplicidade de tensões experimentadas nos mundos do trabalho, se manifesta também no interior da classe; na luta por melhores “patrões”, por mais viagens conseguidas, na concorrência da banca ao lado que vende os mesmos produtos, entre outros aspectos.

Nesse sentido, por meio das fontes orais, dos documentos jornalísticos, da documentação do poder público, busquei historicizar parte dessas relações sociais estabelecidas, dos confrontos, das lutas, enfim da história de vida e de trabalho trilhado por esses sujeitos na cidade de Foz do Iguaçu, a partir da década de 1990. Digo parte, levando em consideração a diversidade de experiências engendrados no interior e entre as classes e que se entrecruzam nas narrativas, num emaranhado de temporalidades e sentidos para esses trabalhadores. Portanto, ao se inscrever nessa discussão, tínhamos a consciência de que não estávamos buscando escrever a história mais “completa” ou “verdadeira” sobre esses sujeitos. Tínhamos também consciência de estar situando diante de um campo

demarcado por conflitos e sentidos em torno de ser sacoleiro ou laranja e viver em Foz do Iguaçu.

Cabe ainda compartilhar que a experiência de trabalhar com fontes históricas em Foz do Iguaçu não foi uma tarefa fácil - e nem esperava que fosse. Foi assim, por exemplo, em relação à documentação do comércio ambulante de Foz do Iguaçu. Essas fontes estavam disponíveis na Secretaria da Fazenda, órgão responsável, dentre funções, pela situação e presença dos vendedores ambulantes em Foz do Iguaçu. Passei dias procurando localizar o responsável ou um funcionário que pudesse informar sobre a situação desses trabalhadores na cidade, ou quando os encontrava, esquivavam-se a fornecer maiores informações sobre a categoria, alegando que *“para isso eu teria que trabalhar além do expediente”*.

Mas graças a um funcionário de outra repartição da prefeitura municipal, pude obter pelo menos os documentos referentes à regulamentação do comércio eventual ou ambulante no município de Foz do Iguaçu. Desse modo, não poderia encerrar este debate sem ao menos mencionar uma das inúmeras dificuldades encontradas pelos pesquisadores ao lidar com as fontes documentais desta cidade. Assim, parte dessa documentação que deveria ser disponibilizada em arquivos, ao público em geral, apresentava-se para a pesquisa num emaranhado de descasos e silêncios. É importante pensar também que esses “silêncios” fazem parte desse universo social contraditório e conflituoso que se denomina espaço urbano, marcado de interesses, posições e atitudes políticas das mais diversas.

Nesse ponto de vista, os depoimentos coletados foram imprescindíveis para a apreensão dessas tensões silenciadas evidenciando que estes trabalhadores, enquanto sujeitos, também avaliam, sentem, percebem e experimentam o processo social. É preciso sublinhar que a fonte oral permite entrar em contato com outras histórias e enredos, que algumas às vezes estão adormecidas, mas prontas para serem despertadas e publicizadas. O convívio humano com os depoentes durante e depois da realização das entrevistas fez-me rever algumas convicções e olhar de outra maneira as generalizações das classes dominantes ligadas à presença daqueles trabalhadores em Foz do Iguaçu, ajudando-me a reconstruir outros sentidos e apreensões sobre estes trabalhadores na tríplice fronteira.

Na disputa pelo centro da cidade, os sacoleiros e vendedores ambulantes demonstraram também sua capacidade de resistência e adequação, delimitando territórios, se apropriado de espaços, imprimindo valores. Esses valores, por sua vez, não se refletem

apenas pelas formas que trabalham na cidade, mas como compartilham a constituição desse espaço urbano na busca por moradia, saneamento básico, saúde, educação, alianças política, etc.

Em contrapartida às imposições dos poderes instituídos, os sacoleiros e laranjas desenvolveram estratégias que nem sempre representou um confronto direto; ao contrário, escondendo suas mercadorias *no banco atrás da piruá*, ou mesmo oferecendo *algum dinheirinho* para os fiscais, estes sujeitos buscaram burlar a tentativa de controle. Quanto aos ataques da imprensa, por vezes procuraram refutar outras ignorá-los nas suas maneiras de representar os sacoleiros e laranjas na linha Foz do Iguaçu- Ciudad Del Este, mesmo porque deixaram claro os motivos pelos quais se encontravam nessa atividade: a luta pela sobrevivência. Dessa forma, a trajetória desses trabalhadores é contextualizada pelo direito de trabalhar na fronteira, travando batalhas, suportando as inúmeras adversidades e imprevistos que contemplam o dia a dia daqueles que vivem do trabalho.

Por fim, cabe justificar algumas ausências que me pareceram ser dispensáveis no momento do desenvolvimento da pesquisa. Em outros momentos, conjugados o curto tempo, ao desejo de pesquisar, incorporar ao corpus documental mais fontes, discussões, tive que me confrontar com a difícil tarefa de delimitar, recortar... Considerando a importância da legalização da atividade para alguns desses trabalhadores, tais como o projeto de lei da medida provisória 380, que propunha a regulamentação do exercício de sacoleiro na linha Brasil Paraguai, não busquei produzir uma discussão específica ou mais aprofundada sobre essa e outras propostas que visam o reconhecimento desses trabalhadores.

Outros temas poderiam ser discutidos também, tais como a relação de interdependência comercial que estabeleceu ao longo das relações históricas entre Brasil e Paraguai, mais especificamente Foz do Iguaçu – Ciudad Del Este; e outras categorias de investigação como os moto-taxistas, os taxistas, catadores de papel, que dependem e se encontram nesse circuito estabelecido em torno do comércio de importados. Revelam-se problemáticas nada desprezíveis para discussões, mas que se fossem também investigá-las, correr-se-ia o risco de perder o foco central do trabalho, levando-o a outros caminhos difíceis de serem trilhados neste momento, mas que para as próximas pesquisas podem ser desafiados e explorados.

Investigar as práticas de trabalho dos sacoleiros e laranjas, enfocando o seu modo de viver na cidade de Foz do Iguaçu, foi um exercício gratificante. Longe de se apresentarem como meros “contrabandistas” estes sujeitos também avaliam de outras formas suas ações e atividades, consideram-se, sobretudo, como trabalhadores, apesar – e, por vezes, contra – os projetos das classes dominantes. A partir dos diálogos mantidos foi possível perceber que estes trabalhadores não estão ilesos, no seu cotidiano, das tensões, sentimentos, dramas e sonhos, bem como das transformações em sua maneira de ver o mundo e nele viver.

Sendo assim, é difícil encerrar estes escritos sem mencionar as dimensões e significados que o trabalho apresenta para alguns desses sujeitos. Algumas vezes encarado como obrigação, necessidade, frustração, outras vezes é dotado de comprometimento, aprendizado, carregado de valores morais e sociais. O termo trabalho concilia ou confronta todos esses elementos de discussões, como bem finaliza em sua entrevista dona Mariusa: *“Ah! ainda bem que meu marido ainda tá trabalhando no Paraguai, até fico com medo dele leva um tiro lá. Mais eu falei, mais vão falar: “Ah! Esse aí morreu trabalhando, morreu trabalhando.”* ¹⁹⁰ Apesar de ressaltar as tensões, desgastes físicos, persistências, e por vezes frustrações, vividos enquanto laranjas e sacoleiros, estes sujeitos não se entregam. Ao contrário, se desdobram e inventam, a cada dia, mecanismos de luta e sobrevivência.

¹⁹⁰ Mariusa, entrevista já citada.

ACERVOS E FONTES:

Fontes Orais

Cícera Alves Pego. Entrevista realizada no dia 02 de janeiro de 2004. Natural de Campo Mourão. Com trinta e sete anos, casada mãe de quatro filhos, estudou até a quarta série do primário. Atua como “laranja” há nove anos. Exerceu a profissão de empregada doméstica e balconista. No momento da entrevista seu marido encontrava-se desempregado, representando atividade de laranja a única renda familiar.

Claudinei da Silva de Oliveira. Entrevista realizada no dia 14 de novembro de 2004. Tem vinte nove anos, é natural de Toledo Paraná, reside em Foz do Iguaçu há mais de dez anos e exerce a atividade de “laranja” há sete anos. Já trabalhou de cinegrafista e funcionário público. É solteiro e mora com os pais. Na época da entrevista cursava a faculdade de educação física e também trabalhava na secretaria de esportes da prefeitura de Foz do Iguaçu.

Dário Maldonado Ribas. Entrevista realizada no dia 21 de fevereiro de 2004. Nasceu em Amambaí - Mato Grosso, tem trinta e três anos, reside em Foz do Iguaçu e atua como vendedor ambulante é “sacoleiro” há mais de quinze anos. Já exerceu as profissões de auxiliar de depósito e ajudante de mecânico. É casado, pai de quatro filhos e estudou até a quarta série do primário.

Elvis Ramon. Entrevista realizada no dia 25 de maio de 2006. Natural de Foz do Iguaçu Paraná, com vinte oito anos, é casado e conta com ajuda dos seus dois enteados, para vender seus produtos na Avenida Brasil. Estudou até a terceira série do ensino primário. Já trabalhou como artesão e atua na profissão de sacoleiro e vendedor ambulante há mais de quatro anos.

Marco Aurélio da Silva. Entrevista realizada dia 05 de fevereiro de 2007. Natural de Cascavel – Paraná migrou para Foz do Iguaçu ainda na década de 90, com vinte e quatro anos, atua há mais de cinco anos com laranja, juntamente com seu tio. É casado, pai de uma menina e cursa no período noturno o supletivo.

Marinetti Rios. Entrevista realizada no dia 20 de julho de 2007. Com quarenta e cinco anos, natural do município de Planalto - Paraná, reside em Foz do Iguaçu há doze anos e atua na atividade de laranja há mais de dez anos. A filha e o marido trabalham juntos com a laranja. Estudou até a quinta série do ensino fundamental.

Mário Camargo. Entrevista realizada no dia 15 de agosto de 2006. Representante comercial da ACIFI (Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu), graduado em administração e possui uma empresa de despachante de carros em Foz do Iguaçu.

Mariusia Alves de Souza. Entrevista realizada no dia 05 de fevereiro de 2007. Migrou de Rancharia - São Paulo para Foz do Iguaçu nos anos 90. Com trinta e seis anos, casada em com três filhos, ela atua como laranja há mais de dez anos e ainda aproveita suas viagens para abastecer com produtos de Ciudad Del Este uma pequena loja que possui em frente a sua casa. Já trabalhou como copeira e empregada doméstica, concluindo seus estudos até a sétima série do ensino fundamental.

Nelci de Fátima Martins. Entrevista realizada no dia 23 de dezembro de 2005. Morava em Rondônia, tem quarenta e seis anos, reside em Foz do Iguaçu há mais de dez anos, ocupando a função de laranja há mais de cinco anos. Já exerceu a função de cozinheira e empregada doméstica. É divorciada, mãe de três filhos e estudou até a quinta série do ensino fundamental.

Sebastiana Viera Dock. Entrevista realizada dia 01 de julho de 2006. Natural de Dois Vizinhos Paraná, reside em Foz do Iguaçu e atua como laranja há mais de dez anos. Com quarenta e dois anos, já trabalhou limpando quintais e de doméstica. Não chegou a freqüentar a escola.

Sebastião de Oliveira. Entrevista realizada no dia 21 de fevereiro de 2004. Com vinte e sete anos, natural de Dois Vizinhos - Paraná, reside há vinte e dois anos em Foz do Iguaçu e atua na atividade de sacoleiro e vendedor ambulante há mais de dez anos. Já trabalhou como jornalista. É casado, pai de dois filhos e possui o primeiro grau completo.

Jornais:

ANDRION, Bruno. *Apreensões da RF atingem RS 135 milhões*. In: “A Gazeta do Iguaçu”. 21 de novembro de 2006.

ANDRION, Bruno. Lojas de Ciudad Del este sofrem com a “fuga” de compristas. In: A gazeta do Iguaçu. 2006.

FIGUEIRA, Nelson. *Quiosques são entregues á concessionários. Vencedores de licitação firmaram contrato com município e devem abrir empreendimentos no máximo em 60 dias*. In: “A gazeta do Iguaçu”. 4 de julho de 2006.

FIGUEIRA, Nelson.. *Parte dos “laranjas” pode ter migrado ao crime e ao contrabando, : Com arrocho na repressão ex atravessadores podem ter se voltado a outras práticas criminosas*. In: “A Gazeta do Iguaçu”. 7 de dezembro de 2006.

FONSECA, Alfredo Peris e LUGNANI, Antônio Carlos. *Um Estudo Sobre O Eixo Cascavel–Foz do Iguaçu, Na Região Oeste do Paraná*. 2003.

FREIRE, Marcelo. Autônomos pedem apoio de vereadores para novo local. In: “O Jornal do Iguaçu”. 8 de Outubro de 2005.

LIMA, Jackson. *Contrabando sangra o país e gera desemprego*. In: “A Gazeta do Iguaçu”. 12 de abril de 2002.

MARQUES, Elson. *“laranjas” descambam para o tráfico de drogas*. In: “A Gazeta do Iguaçu”. 19 de março de 2003.

MARTA, Stela. *Novos protestos tumultuam Ponte da Amizade*. In: “Jornal do Iguaçu”. 24 de março de 2006.

OTTA, Lu Aiko. *Governo quer combater contrabando na fronteira: acordo foi firmado em outubro com o governo do Paraguai; é o fim dos “sacoleiros”*. In: “A Gazeta do Iguaçu”. 27 de fevereiro de 2000.

PARO, Denise. “Paraguai reage contra fim do contrabando”. In: A Gazeta do Povo. 23 de março de 2005.

VIDAL, Gilberto. “sacoleiros” *fecham a ponte em protesto à fiscalização*. In: “A Gazeta do Iguaçu” 12 de novembro de 2003.

VIDAL, Gilberto. “sacoleiros” *permanecem presos na PF*. In: “A Gazeta do Iguaçu”. 26 de agosto de 2000.

VIDAL, Gilberto. *Governo quer combater contrabando na fronteira: acordo foi firmado em outubro com o governo do Paraguai; é o fim dos “sacoleiros”*. In: “A Gazeta do Iguaçu”. 27 de fevereiro de 2000.

WURMEISTER, Fabiula. *Receita Federal inibe estratégias de fuga de muamba*. In: “A Gazeta do Iguaçu”. 26 de janeiro de 2006.

Sites:

www.portalexame.abril.com.br

www.mj.gov.br/combatepirataria

www.receita.fazenda.gov.br/

www.sindtten.org.br

www.sopabrasiguaia.com

Documentos:

Assessoria de Comunicação. ACIFI (Associação Comercial Industrial de Foz do Iguaçu).
Jornalista responsável: Andréa David. 30 de setembro de 2005.

Boletim dos Técnicos da Receita Federal Nº 112 de 14 de junho de 2005.

Dados da população por região com faixa etária entre 16 e 65 anos (em idade ativa).
Fornecidos pela Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu –
Paraná. 2007.

Dados Fornecidos pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE) em Foz do Iguaçu. 2007.

Decreto Número 17.216. Súmula: Aprova o regulamento do exercício do comércio eventual
ou ambulante no município de foz do Iguaçu. Data 26 de junho de 2006.

FAKIH, Fouad Mohamada. “ *Foz que se prepare para o “tsunami” que vem por aí*”. Mais
informações consultar o site. In: www.clipping.planejamento.gov.br

Foders da ACIFI (Associação Comercial Industrial de Foz do Iguaçu).

Relatório da Sindireceita (Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal) sobre
“*Considerações sobre o combate ao “contrabando” em Foz do Iguaçu*”. *A abordagem
integral de combate e o desenvolvimento socioeconômico com medida necessária*”.
Relatório Anual Sindireceita. 2004.

BIBLIOGRAFIA

CARDIN, Eric Gustavo. “Sacoleiros” e “laranjas” na tríplice fronteira: uma análise da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Arraquara-São Paulo: 2006. Dissertação (mestrado).

CATTA, Luiz Eduardo. “O Cotidiano de uma Fronteira: a perversidade da modernidade”. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

CRUZ, Heloisa de Faria. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência* (São Paulo 1900 1920) “. São Paulo, Marco Zero, 1991”.

FENELON, Dea R. *Cidades*. São Paulo: Olho D água, 1999, p 7

GUIMARAES, Araújo Nadya. “Por uma Sociologia do Desemprego: Contextos Societais: Construções Normativas e Experiências subjetiva”. In: Marco Aurélio Santana & J. Ramalho (org). *Além da Fábrica*. RJ Boimtempo, 2003.

GONZÁLES, Emilio. “Memórias que narram à cidade: experiências sociais na constituição urbana de Foz do Iguaçu”; PUC: São Paulo, 2005 (Mestrado).

_____ “Discussão acerca da Historiografia de Foz do Iguaçu”. In: *A invasão das Morenitas: Experiências sociais na constituição urbana da cidade Foz do Iguaçu (1993-2001) Historiografia, Trajetórias e Depoimentos* (monografia).

KHOURY, Yara Aun. “As Narrativas Orais na Investigação da História Social”. In: *Projeto História*. São Paulo, Jun, 2001.

_____. “Muitas Memórias, outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História”. In: *Muitas Memórias, outras Histórias*. Editora: Olho D’Água. São Paulo, 2000. p 116-138.

MEDEIROS, Antunes. *Trabalhadores e Viveres Urbanos: Trajetória e Disputa na Conformação da Cidade de Uberlândia 1970/2001*. Universidade Federal de Uberlândia, 2002. (Dissertação de mestrado).

MORAIS, Sergio Paulo. “Modos de vida e relações de Convivência: Trajetórias e Vivência de Carroceiros na Cidade de Uberlândia. (1980/2000)”. In: *História & Perspectivas*. Uberlândia Janeiro: 2003. ANTUNES, Antunes. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a morfologia do trabalho*. São Paulo. Boimtempo, 2005.

NORONHA, Eduardo G. “Informal, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 18, número 53, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus. *A condição provisória permanente dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua na cidade de salvador*. 2005. (Dissertação de mestrado)

PAOLI, Maria Célia P. M. *Desenvolvimento e Marginalidade: um estudo de caso*. São Paulo: Pioneira, 1974.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. In: *Revista Projeto História*. Estudos pós Graduados da Puc São Paulo. 1997. p 35.

_____. “Tentando Aprender um Pouquinho: Algumas reflexões sobre a ética na História oral”. In: *Projeto História*. PUC: São Paulo, 1981. .

_____. “O que faz a história oral diferente”. In: *Revista Projeto História*. Estudos pós Graduados da Puc São Paulo. 1997. p 35.

ROLNIK, Raquel. “História urbana: História na cidade?” In: FERRANDEO, ANA,

GOMES, Marco A. (org) *Cidade & História. Modernização das Cidades brasileiros nos séculos XIX e XX*. Salvador: UFBA/ ANPUR, 1992. p 27-29.

SADER, Eder. “Movimento Sociais”. In: *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p 1999.

SILVA, Luiz Antonio Machado. “Mercado de trabalho, ontem e hoje: Informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento” . In: Santana, Marco Aurélio. Ramalho, José Ricardo. *Além da fábrica: trabalhadores sindicatos e a nova questão social*. Editora BOIMTEMPO: São Paulo, 2003.

TAVARES, Maria Augusta. “Os Fios (In) Visíveis da Produção: Informalidade e Precarização do Trabalho”. In: *Revista Outubro*, 2002.

THOMPSON, E. P. “Estudos sobre a cultura popular tradicional”. . In: *Costumes em comum. Costume e Cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E.P. “Padrões e Experiências”. In: *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão*. V. 2. Tradução Renato Bussato Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

_____ “O termo ausente: experiência”. In: *A miséria da teoria ou planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p 180 – 201.

_____ “Padrões e Experiências”. In: *A formação da classe operária inglesa. A maldição de Adão*. V. 2. Tradução Renato Bussato Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____ “Introdução: Costume e Cultura”. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VIERA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em História*. Editora Ática: São Paulo, 1995.